

Bruna Zanoni Ruthner



... SESMART ...

Requalificação do Centro Histórico e
da Orla do Rio Taquari de Lajeado/RS

... SESMART ...

Requalificação do Centro Histórico e
da Orla do Rio Taquari de Lajeado/RS



Relatório de pesquisa apresentado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso - Etapa 1, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Arq. Me. Augusto Alves

Lajeado, junho de 2020.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família e meus amigos, pelo apoio durante toda a caminhada que foi a graduação em Arquitetura e Urbanismo; ao professor Alexandre Pereira dos Santos, responsável por fazer eu me apaixonar pelo urbanismo; e ao professor Marcelo Arioli Heck, por sempre instigar e incentivar a urbanista que habita em mim, além de inspirar a escolha para o tema desse trabalho de conclusão de curso através da sua paixão pelo planejamento urbano e do direito à cidade para todas e todos.

RESUMO

O presente trabalho, intitulado SESMart: Requalificação do Centro Histórico e da Orla do Rio Taquari de Lajeado/RS, compreende a etapa 1 do Trabalho de Conclusão de Curso, em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Taquari - Univates. O trabalho tem como intuito a pesquisa de conceitos em relação ao tema, a análise da área de intervenção, o lançamento preliminar do programa e como esse se organiza, além da definição de referenciais que podem servir de base para dar continuidade à etapa 2 do trabalho de conclusão. Dentre os seis eixos estruturantes do trabalho, dá-se ênfase para o debate de gênero nas cidades, e a segurança pública nesse âmbito.

PALAVRAS-CHAVE

Requalificação Urbana
Centro Histórico
Orla do Rio Taquari
Espaços Abertos
Gênero

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Composição do nome.....	19	Castelo Branco).....	31
Figura 02 - Processo Criativo.....	20	Figura 26 - Hospital São Roque com acesso principal pela Rua Júlio de Castilhos.....	31
Figura 03 - Residências no “Cantão do Sapo”.....	21	Figura 27 - Bancas da Feira do Produtor Rural.....	35
Figura 04 - Residências no “Cantão do Sapo”.....	21	Figura 28 - Feira do Produtor Rural.....	36
Figura 05 - Casa de Cultura.....	22	Figura 29 - 38º Edição do Arte na Praça.....	36
Figura 06 - Casa Born.....	22	Figura 30 - Arte na Praça da Matriz.....	36
Figura 07 - Abertura de via do parque.....	23	Figura 31 - 13ª edição do Viva o Taquari-Antas Vivo.....	37
Figura 08 - Abertura de via que conecta a Rua Bento Rosa à Orla (vista da Rua Bento Rosa).....	23	Figura 32 - 1ª edição do Cine Rua, na Travessa Wanda Maria Ruschel.....	38
Figura 09 - Abertura de via que conecta a Rua Bento Rosa à Orla (vista da Rua Osvaldo Aranha).....	23	Figura 33 - Pedal da Deriva na Orla do Rio Taquari.....	38
Figura 10 - Centros Históricos de cidades brasileiras.....	24	Figura 34 - Ocupa Valão na Av. Décio Martins Costa.....	38
Figura 11 - Parque do Engenho.....	27	Figura 35 - Ocupa Valão na Av. Décio Martins Costa.....	39
Figura 12 - Formação do território.....	28	Figura 36 - 1º Arte na Cidade.....	39
Figura 13 - Maxambomba.....	28	Figura 37 - A.Woman Ocupa.....	40
Figura 14 - Rua da Praia (hoje Silva Jardim).....	28	Figura 38 - A.Woman Ocupa.....	40
Figura 15 - Posto de combustível na Rua da Praia (hoje Silva Jardim).....	28	Figura 39 - Bandeira oficial do Bloco “Juntas no Rolê”.....	41
Figura 16 - Armazém de Secos e Molhados.....	29	Figura 40 - Bloco “Juntas no Rolê”.....	41
Figura 17 - Traçados de 1898 e 1945/52.....	29	Figura 41 - Bloco “Juntas no Rolê”.....	41
Figura 18 - Traçados de 1898 e 1945/52.....	29	Figura 42 - Perímetro do Centro Histórico de Lajeado conforme o PDDI, área de tombamento da Casa de Cultura e perímetro da área de intervenção.....	43
Figura 19 - Abertura de vias (Júlio de Castilhos) no entorno da Praça da Matriz (direita).....	29	Figura 43 - Rota da Inovação.....	46
Figura 20 - Prédio da Intendência.....	29	Figura 44 - Mapa de Lajeado, tecido urbano.....	49
Figura 21 - Praça da Matriz.....	30	Figura 45 - Mapa de Lajeado, rodovias estruturantes e quadrantes.....	50
Figura 22 - Av. Júlio de Castilhos (atualmente Rua).....	30	Figura 46 - Vias estruturantes do município de Lajeado.....	51
Figura 23 - Escola Comunitária da Comunidade Evangélica (Colégio Evangélico Alberto Torres).....	31	Figura 47 - Centralidades ao longo da Av. Senador Alberto Pasqualini e da Av. Benjamin Constant.....	52
Figura 24 - Colégio Sant’Ana (Madre Bárbara).....	31	Figura 48 - Equipamentos da macroescala: espaços abertos.....	52
Figura 25 - Escola Paroquial São José (Colégio Estadual Presidente		Figura 49 - Macroescala: equipamentos urbanos.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 50 - Limites dos bairros de Lajeado.....	55	Figura 77 - Alturas das edificações na microescala.....	76
Figura 51 - Densidades dos bairros de Lajeado.....	55	Figura 78 - Setores censitários e quadras da área de intervenção na mesoescala.....	77
Figura 52 - Mapa da rede hidrográfica e áreas afetadas pelas cheias na cota 27.....	56	Figura 79 - Unidades Territoriais de Planejamento (UTPs) da área de intervenção.....	79
Figura 53 - Áreas afetadas pelas inundações nos níveis 19 e 21.....	57	Figura 80 - Diagrama do que o <i>Smart Cities</i> engloba.....	96
Figura 54 - Áreas afetadas pelas inundações nos níveis 23 e 25.....	58	Figura 81 - Diagrama do etapas do sistema de incubação do Inovates.....	96
Figura 55 - Transição de escala: da cidade para o bairro e o Centro Histórico.....	58	Figura 82 - Espaço para alocação de bicicletas em transporte público.....	98
Figura 56 - Vias estruturantes do Centro.....	59	Figura 83 - 10 Princípios de Mobilidade Compartilhada para Cidades mais Humanas.....	99
Figura 57 - Centro Histórico definido pelo Plano Diretor Municipal.....	60	Figura 84 - Macroatritores, pontos nodais e infraestrutura cicloviária.....	101
Figura 58 - Características das vias estruturantes do Centro Histórico.....	61	Figura 85 - Localização do Abrigo São Chico e distância da Praça da Matriz.....	103
Figura 59 - Usos do solo do Centro Histórico.....	62	Figura 86 - Nomes das ruas e localização do TEIA: Centro de Cultura, Educação, Economia Criativa e Empoderamento Feminino.....	104
Figura 60 - Equipamentos públicos na mesoescala.....	62	Figura 87 - Localização do CAR, TEIA e COLAB.....	105
Figura 61 - Equipamentos de maior influência da mesoescala.....	63	Figura 88 - Matriz FOFA.....	106
Figura 62 - Espaços abertos da mesoescala.....	64	Figura 89 - Ilustração do IPTU Progressivo no Plano Diretor Estratégico de São Paulo.....	112
Figura 63 - Lotes públicos destinados à área verde na mesoescala.....	64	Figura 90 - Diretriz de Preservação.....	121
Figura 64 - Alturas das edificações na mesoescala.....	65	Figura 91 - Diretriz de Morfologia.....	122
Figura 65 - Perfis socioeconômicos de acordo com as edificações.....	65	Figura 92 - Diretriz de Alturas.....	122
Figura 66 - Massas vegetais na mesoescala.....	67	Figura 93 - <i>Skyline</i> proposta.....	122
Figura 67 - Patrimônios culturais: tombados, inventariados e propostos.....	67	Figura 94 - Diretriz de Espaços Públicos.....	123
Figura 68 - Transição de escala: do Centro Histórico para a Orla.....	70	Figura 95 - Percursos no 4º Distrito.....	123
Figura 69 - Limites microescala.....	70	Figura 96 - Sistema Cicloviário no 4º Distrito.....	123
Figura 70 - Acessos, hierarquia e sentidos das vias na microescala.....	71	Figura 97 - Implantação do Jardim de Glazov.....	124
Figura 71 - Fluxos e rotas na microescala.....	71	Figura 98 - Setores do Jardim de Glazov.....	125
Figura 72 - Sistema Cicloviário.....	72	Figura 99 - Escadaria ampliada na implantação.....	125
Figura 73 - Espaços abertos na microescala.....	73		
Figura 74 - Equipamentos da microescala.....	74		
Figura 75 - Usos do solo na microescala.....	74		
Figura 76 - Setores ao longo da Rua Osvaldo Aranha.....	75		

LISTA DE FIGURAS

Figura 100 - Escadaria do jardim.....	125	Figura 125 - Passeio entorno do lago em <i>deck</i> de madeira, e o que leva à biblioteca em piso intertravado.....	132
Figura 101 - Iluminação pública e multifuncionalidade em diferentes turnos.....	126	Figura 126 - Passeio em torno do lago em <i>deck</i> de madeira.....	133
Figura 102 - Espaços de Permanência.....	126	Figura 127 - Passeios principais do parque em piso intertravado na cor natural.....	133
Figura 103 - Espaços de Permanência.....	126	Figura 128 - Levantamento de atividades.....	134
Figura 104 - Espaços de Permanência.....	126	Figura 129 - Comportamento dos usuários, diurno.....	134
Figura 105 - Espaços de Permanência.....	126	Figura 130 - Comportamento dos usuários, noturno.....	135
Figura 106 - Implantação do <i>JD Riverfront Park</i> : organização do programa.....	127	Figura 131 - Levantamento de acidentes.....	135
Figura 107 - Patamares com vegetação, e margens do rio com presença de vegetação densa.....	127	Figura 132 - Áreas de permanência na rua.....	136
Figura 108 - Passeios.....	128	Figura 133 - Áreas de permanência na rua.....	137
Figura 109 - Área de recreação: pistas de <i>skate</i>	128	Figura 134 - Áreas de permanência na rua.....	137
Figura 110 - Passeio próximo às margens do rio.....	128	Figura 135 - Cruzamentos.....	137
Figura 111 - Passeio próximo às margens do rio.....	128	Figura 136 - Cruzamentos.....	137
Figura 112 - Baía do passeio próximo às margens do rio para contemplação.....	128	Figura 137 - Cruzamentos.....	137
Figura 113 - Implantação do Parque.....	129	Figura 138 - Participação popular.....	138
Figura 114 - Acessos e circuito da ciclovia.....	130	Figura 139 - Implantação da Rua João Alfredo, em Porto Alegre.....	138
Figura 115 - Feira do produtor.....	130		
Figura 116 - Feira do produtor.....	130		
Figura 117 - Lanchonete.....	131		
Figura 118 - Biblioteca.....	131		
Figura 119 - Biblioteca - vista interna.....	131		
Figura 120 - Zona esportiva.....	131		
Figura 121 - Zona esportiva.....	131		
Figura 122 - Anfiteatro.....	132		
Figura 123 - <i>Playground</i>	132		
Figura 124 - <i>Playground</i>	132		

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Obras de restauração de prédios públicos e religiosos do Programa Monumenta.....	33
Quadro 02 - Obras de restauração de prédios privados do Programa Monumenta.....	34
Quadro 03 - Relatórios do Abrigo São Chico no período de outubro de 2019 à fevereiro de 2020.....	89
Quadro 04 - Diagnóstico e Prognóstico da mesoescala.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Etapas do Programa de Aceleração.....	47
Tabela 02 - Densidade dos bairros de Lajeado.....	55
Tabela 03 - Probabilidade de ocorrência de inundações de diferentes níveis.....	57
Tabela 04 - Unidade Territorial de Planejamento (UTP 7) com demarcação de Pólo de Comércio e Serviço e Unidade Territorial Especial.....	80
Tabela 05 - Índice de Aproveitamento (IA).....	80
Tabela 06 - Taxa de Ocupação (TO).....	80
Tabela 07 - Altura das Edificações (H).....	81
Tabela 08 - Recuos de Ajardinamentos (RC).....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Público feminino: bairros em que residem.....	91	Gráfico 13 - Público masculino: modais de locomoção da sua residência para o centro.....	97
Gráfico 02 - Público masculino: bairros em que residem.....	91	Gráfico 14 - Faixa etária da população.....	108
Gráfico 03: Público feminino: faixa etária.....	92	Gráfico 15 - Relação entre os gêneros da população.....	108
Gráfico 04: Público masculino: faixa etária.....	92	Gráfico 16 - Cor da população.....	108
Gráfico 05 - Público feminino: identidade de gênero.....	92	Gráfico 17 - Comparação entre frota de veículos (todos) de Lajeado e Brasil.....	110
Gráfico 06 - Público masculino: identidade de gênero.....	92	Gráfico 18 - Viagens com origem na Cidade Baixa e divisão de modais de transporte.....	136
Gráfico 07 - Público feminino: Você se sente segura nos espaços abertos do Centro Histórico, incluindo a Orla do Rio Taquari?.....	93	Gráfico 19 - Viagens com destino à Cidade Baixa e divisão de modais de transporte.....	136
Gráfico 08 - Público feminino: Em qual turno você mais frequenta o centro?.....	93		
Gráfico 09 - Público feminino: Por qual motivo você frequenta o Centro?.....	93		
Gráfico 10 - Público feminino: Por quais motivos você utiliza os espaços abertos do Centro?.....	93		
Gráfico 11 - Público feminino: Quais espaços abertos do Centro você frequenta?.....	94		
Gráfico 12 - Público femininino: modais de locomoção da sua residência para o centro.....	97		

LISTA DE SIGLAS

ACIL	Associação Comercial e Industrial de Lajeado	ITDP	Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento
APP	Área de Preservação Permanente	ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CAR	Centro de Acolhimento Resignificar	ONU	Organização das Nações Unidas
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo	OUC	Operações Urbanas Consorciadas
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas de Lajeado	PCS	Pólo de Comércio e Serviço
CH	Centro Histórico	PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
COLAB Colaborativas	Centro de Incentivo a Iniciativas Criativas e Colaborativas	PDE	Plano Diretor Estratégico de São Paulo
CRECI	Conselho Regional de Corretores de Imóveis	PDM	Plano Diretor Municipal
CREA/RS	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura	PLANMOB	Plano de Mobilidade Urbana
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito	PNMU	Política Nacional de Mobilidade Urbana
EMEI	Escola Municipal de Ensino Infantil	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
EPTC	Empresa Pública de Transporte e Circulação	PPS	<i>Project for Public Spaces</i>
H	Altura das Edificações	RC	Recuos de Ajardinamento
IA	Índice de Aproveitamento	SEAD	Secretaria Municipal de Administração
INOVATES	Incubadora Tecnológica Univates	SEAVAT	Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Taquari
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social	SECEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
IPHAE Estado	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado	SEDETAG	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agricultura
IPHAN Nacional	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SEMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano		
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis		

LISTA DE SIGLAS

SEOSP Urbanos	Secretaria Municipal de Obras e Serviços
SIMPLA SEPLAN Urbanismo	Sistema Municipal de Planejamento Secretaria Municipal de Planejamento e
SIMPLA SINDUSCON SISNAMA TECNOVATES TICs TO UNIVATES UNOPS Projetos	Sistema Municipal de Planejamento Sindicato da Indústria da Construção Civil Sistema Nacional do Meio Ambiente Parque Tecnológico e Científico Univates Tecnologias da Informação e Comunicação Taxa de Ocupação Universidade do Vale do Taquari Escritório das Nações Unidas de Serviços para
UTE	Unidade Territorial Especial

SUMÁRIO

01

INTRODUÇÃO 13

02

- 17 2.1 Apresentação do Tema
- 17 2.1.1 SESMart
- 18 2.1.2 Identidade Visual
- 20 2.1.3 Público e Comunidade
- 22 2.2 Justificativas do Tema
- 24 2.3 Contextualização Histórica: Urbanização e os Centros Históricos
- 25 2.3.1 Lajeado: a cidade às margens do Rio Taquari
- 25 2.3.1.1 Imigração: as fases para a formação do território
- 27 2.3.1.2 Centro: a formação do núcleo urbano na área central
- 32 2.4 Estado da Arte
- 32 2.4.1 Requalificação dos Centros Históricos
- 35 2.4.2 Dinâmicas Socioespaciais: Projetos, Coletivos e Iniciativas Locais
- 35 2.4.2.1 Feira do Produtor Rural, Arte na Praça e Viva o Taquari-Antas Vivo
- 37 2.4.2.2 RolaRolé: Cine Rua, Pedal da Deriva e Ocupa Valão
- 39 2.4.2.3 A.Woman Art + Coletivo Juntas: A.Woman Ocupa e Bloco Juntas no Rolê
- 42 2.4.2.4 Comitê Gestor de Revitalização do Centro Histórico de Lajeado
- 44 2.4.2.5 Pro move Lajeado: o conceito de *Smart Cities*

TEMA

16

03

- 49 3.1 Apresentação da Área de Intervenção
- 49 3.1.1 A Cidade: inserção regional e estrutura urbana
- 58 3.1.2 O Centro Histórico
- 70 3.1.3 A Orla do Rio Taquari
- 76 3.2 Condicionantes legais e medidas globais
- 76 3.2.1 Plano Diretor Municipal
- 81 3.2.2 Planos Setoriais
- 83 3.2.3 Legislação Ambiental
- 83 3.2.3.1 Código Florestal Brasileiro
- 85 3.2.3.2 Código Estadual do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul
- 86 3.2.3.3 Código do Meio Ambiente de Lajeado

ÁREA DE INTERVENÇÃO

48

04

- 89 4.1 Os eixos estruturantes
- 89 4.1.1 Combate à Vulnerabilidade Social
- 90 4.1.2 Igualdade de Gênero no Direito à Cidade
- 95 4.1.3 Inovação Tecnológica: *Smart Cities*
- 97 4.1.4 Mobilidade Sustentável: a transição entre modais
- 99 4.1.5 Valorização da Cultura e História Local
- 100 4.1.6 Acessibilidade Universal
- 101 4.2 Organização do programa: as três escalas
- 101 4.2.1 Macroescala: a cidade
- 102 4.2.2 Mesoescala: o Centro Histórico
- 106 4.2.3 Microescala: a Orla
- 107 4.3 Influências de Pesquisa
- 107 4.3.1 Análise Comparativa de Dados Municipais
- 110 4.3.2 O conceito de *Placemaking*
- 111 4.4 Condicionantes legais do programa
- 111 4.4.1 Estatuto da Cidade
- 112 4.4.2 Política Nacional de Mobilidade Urbana e PLANMOB
- 115 4.4.3 Agenda 2030 ONU: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- 116 4.4.3.1 ODS 3: Saúde e Bem-Estar
- 117 4.4.3.2 ODS 5: Igualdade de Gênero
- 117 4.4.3.3 ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura
- 118 4.4.3.4 ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

PROGRAMA

88

05

- 121 5.1 Reconhecer: 4º Distrito POA - RS
- 124 5.2 Jardim da Cidade de Glazov
- 126 5.3 *JD Riverfront Park*
- 129 5.4 Parque da Gare
- 133 5.5 Rua João Alfredo

REFERÊNCIAS PROJETUAIS

120



INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido no primeiro semestre de 2020, sob orientação do Prof. Arq. Me. Augusto Alves, para o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Etapa 1, na instituição de ensino Universidade do Vale do Taquari - Univates, exigido para a obtenção do bacharel em Arquitetura e Urbanismo. A pesquisa realizada neste trabalho irá embasar e, posteriormente, auxiliar no desenvolvimento da segunda etapa do TCC, a qual consiste no desenvolvimento do projeto de urbanismo, a ser realizada no segundo semestre de 2020.

A pesquisa tem como tema a intervenção urbana que visa a requalificação do Centro Histórico e da Orla do Rio Taquari, no município de Lajeado, RS. A cidade do estudo é considerada o polo do Vale do Taquari e está localizada a 112 km da capital do estado.

Esse trabalho estrutura-se em 4 capítulos principais: tema, programa, área

de intervenção e análise de referências. No primeiro apresenta-se o tema, que abrange desde o conceito até o público alvo; a contextualização histórica; o estado da arte e as justificativas que orientaram na sua escolha. Ademais, aborda-se projetos e práticas sociais, no qual apresenta-se o movimento smart cities, ou cidades inteligentes, iniciativa do poder público municipal com o privado e Universidade, através da Rota da Inovação proposta pelo Pro_move Lajeado. Esse movimento busca a implementação das estratégias tecnológicas para o desenvolvimento local e regional, além da promoção de qualidade de vida adequada à toda população. Também representa-se a mobilização popular presente por meio de grupos compostos por voluntários e militantes, denominados como coletivos, que atuam em diversas frentes no município para a uma cidade mais democrática e justa.

Na sequência, analisa-se a área de

intervenção, conforme a transição de escalas e definições para cada uma, e estuda-se as condicionantes legais do tema. Dentre essas condicionantes está o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado; as legislações ambientais vigentes em níveis federal, estadual e municipal; além do decreto de pavimentação de passeios públicos, manutenção e recuperação das calçadas integrantes das vias públicas (DECRETO Nº 9.253, 2014) e a resolução do Plano Diretor da Arborização Urbana de Lajeado (CONDEMA Nº. 01, 2010).

O capítulo do programa explana os eixos estruturantes definidos a partir do estudo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Destaca-se, portanto, os objetivos que vão de encontro com as diretrizes do projeto: objetivo 3: Saúde e Bem-estar; objetivo 5: Igualdade de Gênero; objetivo 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura; e, por fim, o objetivo 11: Cidades e

Comunidades Sustentáveis. Em adição, explicita a organização da intervenção a partir das três escalas: Macro (a nível municipal); Meso (Centro Histórico); e a Microescala (Orla do Taquari).

Para embasar a pesquisa, analisa-se as condicionantes legais do programa estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, Política Nacional de Mobilidade Urbana e Agenda 2030 da ONU. O projeto se constitui a partir dos objetivos estabelecidos para o local, sendo assim, elencou-se o que será analisado e proposto para cada uma das escalas, bem como a organização geral deste. Para fundamentar essas escolhas, nesse capítulo também serão expostos os métodos e resultados dos questionários desenvolvidos pela acadêmica para aproximação com a comunidade. Esses questionários, divididos conforme o gênero, masculino e feminino, foram aplicados de forma online, pela plataforma Google Formulários.

Por último, inicia-se a análise de

referenciais para auxiliar na elaboração do projeto previsto para a cidade de Lajeado. O estudo de intervenções urbanas contribui para a identificação das estratégias utilizadas, mas não necessariamente classifica o projeto como modelo a ser seguido. Essas análises servem de base para a segunda etapa do TCC, a qual será desenvolvida no segundo semestre de 2020.



TEMA



2 TEMA

O tema escolhido para o desenvolvimento da etapa I do Trabalho de Conclusão de Curso é a intervenção urbana que propõe a requalificação do Centro Histórico e da Orla do Rio Taquari no município de Lajeado, RS. Esse capítulo expõe a apresentação, conceito e o público alvo da proposta, além das justificativas fundamentadas em dados de instituições e órgãos relevantes para o desenvolvimento do projeto. Além disso, a contextualização histórica que abrange a urbanização às margens de cursos d'água, o surgimento de centros urbanos e históricos de algumas cidades brasileiras e a imigração e surgimento de Lajeado, relacionando com as demais cidades do Vale do Taquari. Por fim, o estado da arte do tema explora o Programa Monumenta, em foco na cidade de Porto Alegre/RS, que requalifica o centro histórico da cidade, além de expor as iniciativas e projetos locais e Pro_move Lajeado.

2.1 Apresentação do Tema

2.1.1 SESMart

É possível identificar no Centro de Lajeado, em especial na região do Centro Histórico, que houveram alguns investimentos por parte do poder público - renovação de mobiliário e manutenção de vias-, mas as problemáticas do local ainda interferem na sua apropriação plena pela comunidade. Dentre essas destacam-se as seguintes questões: a situação de vulnerabilidade social dos moradores de rua e dependentes químicos, que se encontram presentes na área, principalmente em praças, o que compromete as relações sociais. Outra questão são os terrenos públicos, destinados à área verde conforme o Plano Diretor, que atualmente são utilizados para outros fins, muitos dos quais se encontram em cota de cheias. Também, os passeios públicos que, em sua maioria, não possuem infraestrutura que garantam a acessibilidade universal

a esses espaços. Apesar de haver uma relação da população com a área e os espaços abertos do centro, ainda é possível identificar que os espaços ao longo da orla não são densamente utilizados.

Em relação aos investimentos por parte do poder público na área, destaca-se aqueles na Orla do Rio Taquari que recentemente recebeu novos mobiliários, substituição dos guarda-corpos dos belvederes, além da pintura da ciclovia existente paralela à orla. Isso, contudo, não soluciona as demais deficiências identificadas no local: ausência de atrativos (diurnos e noturnos) não incentiva a população a se apropriar de forma definitiva do local; déficit de diversidade de usos dos equipamentos, que aliado à falta de iluminação adequada, impõem ao local um aspecto perigoso; desconexão da paisagem urbana com a paisagem natural do Rio Taquari; e a ausência de uma rota cicloviária adequada para a

cidade.

Aliado à isso, uma vivência pessoal em um evento realizado na Orla do Rio Taquari, no início de 2020, o “A Woman Ocupa”, inspirou o projeto “SESMart: Requalificação do Centro Histórico e Orla do Taquari de Lajeado, RS”. Esse evento, que será explorado em outro capítulo no decorrer desse trabalho, oportunizou a percepção da qualidade desse espaço que vem sendo negligenciado, e que pode compor o programa para a reintegração dessa área da cidade com o restante do território urbano.

Isto posto, propõe-se para a área de intervenção uma requalificação desta região atribuindo ao local o conceito de smart cities, ou cidades inteligentes, iniciativa municipal que será explanada em outro capítulo, integrando a Rota da Inovação. Em consonância com isso, o projeto se organiza por meio de seis eixos estruturantes: Inovação Tecnológica, Igualdade de Gênero, Segurança nos Espaços Públicos,

Combate à Vulnerabilidade Social, Valorização da Cultura Local e Mobilidade Adequada. Esses eixos auxiliam na determinação das diretrizes projetuais, juntamente com os objetivos 3, 5, 9 e 11 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da ONU, dentre os quais destaca-se o 5: “Igualdade de Gênero”, dando enfoque à uma intervenção que assegure a vivência feminina na cidade com segurança, igualdade e apropriação. Para tal, propõem-se o diálogo com os coletivos existentes no município para a plena inclusão dessa população.

O projeto urbano será organizado em diferentes escalas de abrangência: macro, meso e microescala, sendo a intervenção com foco na microescala, ainda que suas diretrizes e objetivos sejam pensados a partir da macro e meso.

2.1.2 Identidade Visual

Para criação do conceito do projeto, realizou-se, inicialmente,

pesquisas acerca da origem do município de Lajeado, cidade sede do projeto. De acordo com o histórico do município, divulgado no site da Prefeitura, no antigo território de Lajeado e Estrela a distribuição das terras foi realizada para dois irmãos. Esses portanto, decidiram transformar as sesmarias recebidas em fazendas, que originaram o perímetro urbano da cidade e a área rural de Carneiros. Realizando uma pesquisa mais assertiva acerca da palavra “sesmaria”, pôde-se determinar que essa é originária do latim e significa “a sexta parte”. Considerando isso, organizou-se o projeto em seis eixos estruturantes, os quais atendem, de forma conjunta, os objetivos do trabalho.

Determinado isso, seguiu-se para o nome: SESMart. Esse termo surgiu da fusão da palavra “sesmaria” com “arte” (palavra escolhida para representar a cultura). Ao separar os dois termos conforme adequação de ambos, obteve-se: SESM e ART. Outra

interpretação para o termo é a palavra “smart”, a qual representa o conceito de cidades inteligentes. Para demonstrar o processo criativo da palavra, criou-se o diagrama de nome (Figura 01).

Figura 01: Composição do Nome.



Fonte: da autora (2020).

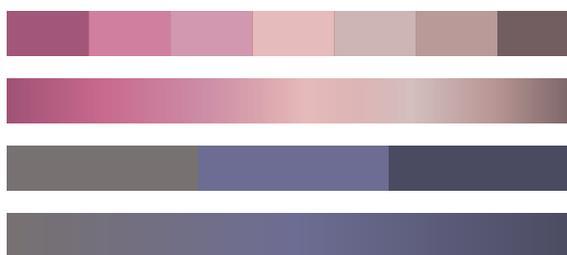
Para a paleta de cores definida, optou-se por uma escala de cores que abranja 4 cores base: rosa, bege, verde e azul. As duas primeiras compõem o grupo de cores quentes, as quais remetem à tons terrosos, presentes nas lajes (as quais originaram o nome da Cidade).



As cores da outra extremidade da paleta, são cores frias, e essas representam as belezas naturais e componentes fundamentais do projeto: azul para a água do Rio Taquari e Arroios que delimitam a área de intervenção, e verde para a vegetação.



A partir das quatro cores base, definiu-se os tons e subtons, formando 7 tons quentes e 3 tons frios.



Sabe-se que as cores influenciam diretamente na interpretação de um espaço ou objeto, seja de forma positiva ou negativa. Confirmando isso, Farina,

Perez e Bastos (2011, p. 11) ressaltam ser “[...] evidente que, na força comunicativa da imagem, o que predomina é o impacto exercido pela cor. Nem a captação instantânea da forma do objeto pode produzir o impacto emocional que nos é proporcionado pela cor”. À vista disso, adotou-se a definição da paleta de cores como um dos primeiros passos para a composição do conceito. A presença de mais tons quentes do que tons frios indica a intenção de priorizar o sentimento de envolvimento e acolhimento que é proporcionado por essa temperatura de cores. Isso se opõem aos tons frios, os quais compõem somente metade da paleta, que representam segurança e confiança, essenciais para o pleno “acolhimento da área” pela população. A relação entre o sentimento que as cores exercem no público e a dependência entre **acolhimento** e **segurança** reforça as diretrizes adotadas para o projeto.

A partir da definição do nome,

conceito e paleta de cores, pôde-se iniciar a criação do logo do projeto. Elencou-se objetivos para essa identidade visual:

- Os seis eixos estruturantes do projeto;
- A relação da água da Orla do Rio Taquari;
- A relação com o nome escolhido;
- E a transição entre as percepções que as cores transmitem.

Definido isso, estabeleceu-se que o logo deveria representar todos esses elementos de forma sutil, sem perder a qualidade visual. Pode-se acompanhar o processo de composição na Figura 02, que ilustra as 7 etapas de desenvolvimento.

O logo, conforme pode ser observado, passou por 7 etapas até estabelecer-se na forma final. Cada parte do logo foi pensada a partir das diretrizes projetuais, eixos estruturantes, harmonia de elementos como forma e cor, além de representar em sua essência a Orla, microescala do projeto.

Figura 02: Processo Criativo.



Fonte: da autora (2020).

2.1.3 Público e Comunidade

Inicia-se essa sessão com a citação:

Se a vida, como disse Vinícius de Moraes, é a arte do encontro, a cidade é o cenário desse encontro - encontro das pessoas, espaço das trocas que alimentam a centelha criativa do gênio humano. Encontro deve se traduzir em qualquer momento de convivência com a cidade, seja no trabalho, no transporte, e também no lazer. [...] as nossas cidades podem ser melhores se forem pensadas para aqueles que a criaram: as pessoas.

Corroborando com Lerner, busca-se com a SESMart, restabelecer a relação do Centro Histórico com os moradores de Lajeado e de municípios vizinhos ao olhar para a área com a visão de espaços voltados para as pessoas.

Pensar nesses espaços para as pessoas, entretanto, esbarra em algumas problemáticas existentes. Abrangem essas problemáticas desde a desigualdade social, de gênero e de acessibilidade, até o direito à moradia. Sendo esses estabelecidos pelo Art. 6º do Capítulo II da Constituição Federal (BRASIL, 1988): "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o

trabalho, **a moradia**, o transporte, **o lazer, a segurança**, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, **a assistência aos desamparados**, na forma desta Constituição”.

Para cumprimento dos direitos estabelecidos na Constituição, busca-se pensar os espaços, para além dos moradores formais — denominados neste trabalho como aqueles que vivem em habitações definidas e permanentes —, para os moradores informais das cidades, moradores em situação de rua. Ao garantir uma cidade pensada para todos os indivíduos que compõem aquela comunidade, o espaço transforma-se em um lugar democrático e seguro.

A área atualmente é caracterizada por grande diversidade de público, o que reflete-se tanto nos equipamentos instalados, bem como nas residências consolidadas. Destaca-se, por exemplo, as moradias próximas ao Parque Professor Theobaldo Dick, na Rua Carlos Spohr Filho, área popularmente conhecida

como “Cantão do Sapo” (Figuras 03 e 04). A área é duramente afetada em época de cheias e, apesar de tentativas do poder público em realocar as famílias residentes, continua a ser o local escolhido pelos moradores para residir. Sabe-se que os moradores optam por permanecer nessa área, apesar de ser fragilizada, pela sua localização privilegiada no centro da cidade, o que seria perdido caso concordassem com a realocação proposta pelas autoridades, a ocorrer em áreas afastadas. Nessa região também é possível observar a presença de um público de baixa renda, alocado principalmente ao sul do centro, o que pode estar relacionado com as vias que fazem conexão com os bairros mais periféricos da cidade.

Reforçando a diversidade existente na área, destaca-se também a presença de consultórios médicos e comércios voltado ao público com maior poder aquisitivo; servidores públicos como a

Figura 03 e 04: Residências no “Cantão do Sapo”.



Fonte: *Google Maps Street View* (2019).

Prefeitura Municipal, INSS, dentre secretarias e postos de saúde; patrimônios que reforçam a história do bairro e da cidade, como a Casa de Cultura (Figura 05) e a Casa Born (Figura 06), localizada na Rua Osvaldo Aranha, na Orla; além de moradores em situação de rua e imigrantes que passaram a ocupar esses espaços com maior frequência.

Figura 05: Casa de Cultura de Lajeado.



Fonte: da autora (2020).

Figura 06: Casa Born.



Fonte: da autora (2020).

Isso posto, define-se como público desse trabalho todos os cidadãos do espaço urbano, respeitando diferenças étnicas, raciais, sociais e de gênero. Com foco, principalmente, nas mulheres, vulneráveis também em aspectos que envolvem gênero e a organização da sociedade patriarcal e machista, aspectos esses que sobrepõem as inseguranças nos espaços públicos às quais os homens estão sujeitos.

2.2 Justificativas do Tema

Pode-se inferir que, ao analisar o Centro Histórico de Lajeado sofre deficiências que afetam a qualidade de vida dos moradores e a vitalidade da cidade. Essa área, característica e consolidada devido ao surgimento da cidade às margens do Rio Taquari, atualmente não recebe o protagonismo que poderia, sendo uma área com muitas potencialidades.

Assim sendo, elenca-se as problemáticas que determinam a escolha

desse tipo de intervenção urbana. Grande parte da área do centro histórico está situada em cota de cheias, em consequência da evolução da cidade ter se dado a partir desse local. Aliado à isso, a infraestrutura urbana é ineficiente para amenizar o problema de cheias, bem como é ineficaz no incentivo à apropriação e valorização do Centro Histórico. A partir disso, entende-se a importância de uma intervenção que reforce o valor histórico e cultural dessa área, e que conscientize e eduque a população para uma apropriação plena e inclusiva.

O conceito de Cidades Inteligentes, abordado pelo movimento Pro_move Lajeado, apresenta a Rota da Inovação — os quais serão explanados com mais embasamento na sessão Dinâmicas Socioespaciais: Projetos, Coletivos e Iniciativas Locais —, a qual está prevista implementação ao longo da Rua Bento Rosa, partindo do Parque Científico e Tecnológico Univates (Tecnovates), no

bairro Universitário, e adentrando o Centro Histórico. Com isso, impacta-se diretamente na valorização da área e na adequação do município para as expectativas para o futuro das cidades. Centro Histórico. Com isso, impacta-se diretamente na valorização da área e na adequação do município para as expectativas para o futuro das cidades.

Ainda nas características problemáticas da área, mais pontualmente na microescala, há a desvalorização da relação da paisagem urbana — tecido da cidade — com a paisagem natural — a Orla —. Isso impacta diretamente na relação de cuidado e pertencimento que os moradores sentem em relação ao espaço público.

A área, atualmente vem recebendo intervenções que demonstram o interesse público na valorização da área. Como principal ação, destaca-se a implantação do novo Parque Municipal, para o qual já iniciou-se a instalação de

uma nova via, conectando a Rua Bento Rosa com a orla na Rua Osvaldo Aranha (Figuras 07, 08 e 09).

Figura 08: Abertura de via que conecta a Rua Bento Rosa à Orla (vista da Rua Bento Rosa).



Fonte: *Google Maps Street View* (2019).

Figura 09: Abertura de via que conecta a Rua Bento Rosa à Orla (vista da Rua Osvaldo Aranha).



Fonte: *Google Maps Street View* (2019).

Figura 07: Abertura de via do parque.



Fonte: *Google Maps Street View*, adaptado pela autora (2019; 2020).

Isso posto, justifica-se a escolha do tema por ser uma área com problemáticas e potencialidades que já são reconhecidas pelo poder público (por meio do investimento que está sendo aplicado na área) e pela população ao demonstrar interesse na melhoria e na valorização dos espaços abertos do Centro Histórico (conforme respostas dos questionários).

2.3 Contextualização Histórica: Urbanização e os Centros Históricos

Sabe-se que as cidades que incluem em seus limites territoriais rios e/ou outros cursos de água naturais tendem a iniciar a sua urbanização a partir das margens desses. Esse recurso natural, desde os primórdios da civilização, desempenha importante papel para o transporte de mercadorias e pessoas, bem como para a produção de alimentos que abastecem a população dessa comunidade.

Faber (2011) relembra que as primeiras civilizações instalaram-se às margens dos rios devidos às terras férteis serem fundamentais para o desenvolvimento das técnicas de agricultura. A partir do aprimoramento dessas técnicas e da possibilidade de estocar comida, surgem as “vilas” ou “aldeias” às margens desses cursos d’água, as quais posteriormente evoluem para a forma de uma cidade. Por definição, “cidade” é uma “[...] área densamente povoada onde se agrupam zonas residenciais, comerciais e

industriais” (SIGNIFICADOS, 2013). Rogers (2012, In: GEHL, 2013, p. XI), em complemento, aborda o conceito de cidades como sendo “[...] locais onde as pessoas se encontram para trocar ideias, comprar e vender, ou simplesmente relaxar e se divertir.”

A partir dessa análise do surgimento das cidades, compreende-se o motivo da proximidade dos Centros Históricos a cursos d’água. Para exemplificar isso, apresenta-se cidades de diferentes regiões do Brasil, Sul, Sudeste e Nordeste, respectivamente

Figura 10: Centros Históricos de cidades brasileiras.



Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

(Figura 10).

Pode-se observar, portanto, que os centros dessas cidades, assim como de outras em situação semelhante, estão alocados às margens, senão cercados - como no caso de Recife/PE -, de fluxos d’água. Essa localização oportuniza a relação direta com os rios, mares e outras hidrografias, bem como incentiva a mesma, ainda que atualmente seja possível observar que alguns municípios vêm ignorando as potencialidades que as suas orlas podem oferecer.

Ao exemplo do Rio de Janeiro, destaca-se o projeto do Porto Maravilha

como uma intervenção que buscou transformar a relação existente com a região portuária da cidade. Destituindo-se do caráter do projeto - que desempenhou uma relação de valorização do espaço no âmbito econômico e estabeleceu uma nova relação, ao par que amplificou as desigualdades sociais com a realocação das famílias moradores dessa região em outras afastadas do centro (OLIVEIRA, 2016) -, percebe-se que se tem voltado as atenções para às suas origens.

A partir da busca da valorização da história e cultura locais, adentra-se no papel que o Centro Histórico desempenha. Nesse, além de conter as características marcantes da imigração refletidas nos edifícios da época, é possível observar a formação do território da cidade, bem como o conflito da cultura e importância histórica que esse local carrega com as interações de uma área central tipicamente comercial.

Essa relação de funções do centro

da cidade é explanada por Fortuna (1995), que aborda o papel do centro histórico das cidades como um local onde inicialmente abrigava-se todas as funções urbanas sem delimitação entre os usos residencial, comercial, industrial, administrativo. Com a Revolução Industrial, as cidades sofrem transformações, o que leva à divisão das funções existentes nesses centros, segregando o Centro Histórico (CH) e surgindo o Centro de Comércio Urbano (CCU) ao lado deste, o qual reforça a divisão das atividades dessa região. No CH conserva-se alguns usos residenciais mais carentes, serviços de administração da cidade, e alguns poucos comércios, enquanto o CCU desempenha o papel de área predominantemente comercial, uso característico de grande parte dos centros das cidades. Os demais usos foram se alocando em outras regiões da cidade, seguindo a organização das legislações que definem o uso do solo (FORTUNA, 1995).

2.3.1 Lajeado: a cidade às margens do Rio Taquari

2.3.1.1 Imigração: as fases para a formação do território

Considera-se que a imigração das populações europeias, na região do Vale do Taquari, é pertencente à segunda fase de colonização no Rio Grande do Sul, que ocorreu por volta de 1850. Essas famílias, estimadas em 25% da população alemã, se estabeleceram pelas províncias do vale, colonizando essas cidades e trazendo seus costumes natais (SCHIERHOLT, 1993).

Em relação à colonização no município de Lajeado, Schierholt (1993) destaca que mais possivelmente o artigo 1º da Lei de Terras tenha sido o maior responsável para sua caracterização de ocupação das terras. Para incentivar o estabelecimento dos imigrantes nas terras do vale e priorizar a agricultura local, o governo provincial tomou diversas

medidas. Em relação aos benefícios oferecidos, os colonos que se adequassem no perfil - casados, viúvos com filhos ou solteiros dispostos a se casar na região - tinham direito a receber 100.000 braças quadradas de terras. Ademais, estabeleceu-se que a cada 70 colônias estabelecidas, seria construído uma igreja e escola, permitindo assim a liberdade religiosa (SCHIERHOLT, 1993).

Após o estabelecimento dessas colonizações, o governo provincial passou a incentivar a iniciativa privada, e a procurar locais adequados para isso. Assim, iniciou-se a exploração dos lotes às margens de rios que fossem apropriados para começar uma colônia. A ocupação em Lajeado ocorreu primeiramente no território de Conventos Velho, às margens do Arroio dos Conventos, onde os irmãos Teixeira receberam sesmarias e puderam se estabelecer. O arroio desembocava no Rio Taquari, o que possibilitou a

instalação do primeiro porto da Fazenda e Colônia dos Conventos. No porto atracavam as embarcações que traziam mantimentos e levavam a erva mate para exportação. Nesse mesmo porto também chegaram os primeiros imigrantes, que a partir dali passaram a colonizar as províncias às margens do Rio Taquari, o que resultou na criação das cidades do Vale às beiras do rio (SCHIERHOLT, 1993).

Antônio Fialho de Vargas, fundador e patriarca de Lajeado, iniciou o traçado urbano com a determinação de abertura de ruas, construção de pontes sobre arroios e inserção de pequenas edificações dentro do núcleo urbano da época. Infere-se que, na época, houve a abertura de um pique para a construção de uma ponte sobre o Arroio dos Moinhos, para a qual o material já havia sido providenciado, o que reforçava a importância do transporte fluvial. Em uma carta escrita por Antônio Fialho de Vargas para seu sócio, em 1867, é

possível observar como o transporte fluvial era estimado.

[...] O lugar mais conveniente para a criação desse passo é num porteiro acima da cachoeira, denominada Lajeado, onde no verão dá excelente vau, e abaixo da mesma, quando o rio está crescido, para evitar a força da corrente; e tem ainda a dobrada vantagem de comunicar-se com a Colônia da Estrela e Teutônia, que ocupam a margem esquerda e dá passagem para a estrada acima da Serra. Deste ponto para baixo há navegação fluvial, pelo rio, a maior parte do ano, e para cima, até Santa Bárbara, é difícil, como já é sabido. Voltando à margem direita, lembro que a ponte arrematada, no Arroio dos Moinhos, por intermédio da Câmara de Taquari, no ano de 1863, para a qual subscrevemos em Sociedade com a quantia de quatrocentos mil-réis, de cuja quantia já o arrematante recebeu duzentos e sessenta e oito mil-réis, está a ponte por fazer e as madeiras quase arruinadas no lugar [...]. (SCHIERHOLT, 1993, p. 74)

A hidrografia foi também um dos dois fatores motivadores para a mudança da sede da colonização e, conseqüentemente, o nascimento de

Lajeado. O porto localizado em Conventos Velho não atendia mais as necessidades, uma vez que não admitia a passagem de barcos maiores - a não ser em épocas de cheias -. Portanto, definiu-se que esse continuaria a ser utilizado para desembarque de pessoas, enquanto se estabeleceria outro mais abaixo, que oferecia mais segurança às embarcações de cargas (SCHIERHOLT, 1993).

O engenho foi o segundo fator, e foi considerado uma das primeiras obras em Lajeado. Esse, construído junto ao Arroio Lajeado, continha uma roda que, com a força hidráulica do arroio, começou a funcionar, além de também funcionar todas as engrenagens da serraria. Para o moinho, construído próximo ao engenho, foi necessária a construção de uma segunda roda d'água. Após Luíz Jaeger demonstrar desinteresse em dar continuidade à administração desse complexo, Antônio Fialho de Vargas decidiu vender a

propriedade. O comprador, Filipe Jacó Hexsel, em 1874, assinou o contrato e a partir daí, iniciou algumas melhorias no engenho. Dentre as melhorias, elenca-se: o anexo de "um terceiro canal, roda d'água e engenho para descascar arroz e extrair óleo de amendoim" (SCHIERHOLT, 1993, p. 79), o que serviu de combustível para a iluminação doméstica.

Figura 11: Parque do Engenho.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

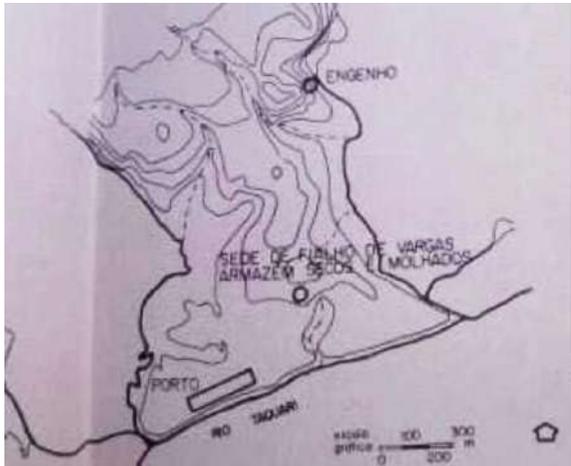
As atividades desse complexo industrial perduraram por quase um

século, sendo que em 1950 o moinho foi desmontado, restando somente o descascador de arroz (SCHIERHOLT, 1993).

2.3.1.2 Centro: a formação do núcleo urbano na área central

Pode-se compreender que a formação do núcleo urbano de Lajeado, em razão da localização do porto e do engenho (Figura 12), iniciou-se próxima ao Rio Taquari e ao Arroio do Engenho, uma vez que foi essencial o alargamento dos piques e abertura de algumas vias para o transporte de cargas nessa área. Assim sendo, o porto de Conventos Velho foi desativado em seguida, principalmente em decorrência da utilização do novo porto e do assentamento de companhias de navegação em seu entorno (SCHIERHOLT, 1993; MÜLLER, 1976).

Figura 12: Formação do território.



Fonte: Müller (1976).

Figura 13: Maxambomba.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

Às margens do Rio Taquari construíram-se maxambombas, as quais eram movidas à tração animal e funcionavam pelo sistema de contrapeso para carga e descarga das navegações (Figura 13) (SCHIERHOLT, 1993).

Carpinteiros mecânicos e o primeiro posto de combustível de Lajeado instalaram-se na Rua da Praia (hoje Silva Jardim), bem como restaurantes, bares, hotéis e estalagens marítimas que se estabeleceram no entorno, transformando assim o cais do Porto de Lajeado em uma rua movimentada e em um centro comercial (Figuras 14 e 15) (SCHIERHOLT, 1993).

Figura 14: Rua da Praia (hoje Silva Jardim).



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

Figura 15: Posto de combustível na Rua da Praia (hoje Silva Jardim)



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

Das edificações que surgiram nessa área central, destaca-se o sobrado de Fialho de Vargas, que no decorrer dos anos desempenhou diversas funções, como moradia individual, hotel, comércio, salão de festas, cartório distrital, além de ter sido utilizado como local para ministração de aulas e cultos religiosos. Sua última função, antes de ser demolido, foi de Armazém de Secos e Molhados (Figura 16), que também recebia bailes, teatros e saraus (SCHIERHOLT, 1993).

Figura 16: Armazém de Secos e Molhados.



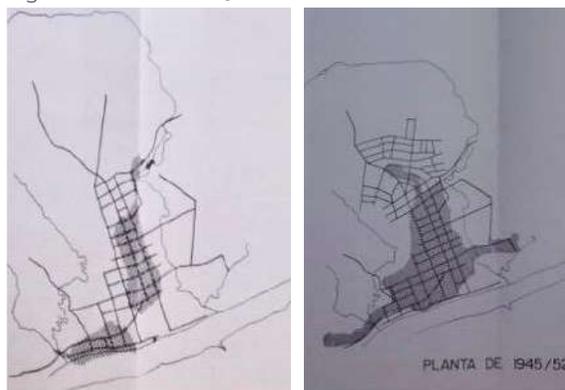
Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

Com essa movimentação na área central, além dos investimentos na localidade com a inserção de comércio e exportação da erva mate, os moradores começaram a optar por alocar suas residências no município de Lajeado. A partir desse crescimento da província de Lajeado, Fialho de Vargas decidiu pela criação do primeiro Plano Diretor, ainda que uma versão preliminar, por volta de 1876. A partir disso, definiu-se a doação de lotes para a construção de alguns equipamentos públicos como a praça, igreja, escola, casa dos padres, entre

outros (SCHIERHOLT, 1993).

Sobre a definição do traçado viário (Figuras 17 e 18), Schierholt (1993) destaca que realizou-se a abertura das primeiras ruas em torno da Praça Santo Inácio (Marechal Floriano e, por fim, Praça da Matriz) (Figura 19). Poucas edificações antigas perduram até hoje no Centro, e estima-se que a maior parte das edificações “[...] do núcleo urbano foi construída nas décadas de 1880-1900” (SCHIERHOLT, 1993, p. 87).

Figura 17 e 18: Traçados de 1898 e 1945/52.



Fonte: Müller (1976).

Figura 19: Abertura de vias (Júlio de Castilhos) no entorno da Praça da Matriz (direita).



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

A edificação que atualmente abriga a Casa de Cultura, foi construída para ser o prédio da Intendência (de 1900 a 1930) (Figura 20), e é um dos principais edifícios históricos do município e foi sede da Prefeitura desde 1930 até 1990; a partir de 1991 o edifício foi declarado Casa de Cultura do Município de Lajeado. Figura 20: Prédio da Intendência.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

Em relação às enchentes e secas, no ano de 1899 registrou-se a maior cheia do município, a qual se repetiu no ano de 1901 e mais tarde no ano de 1941. Em seguida, no verão de 1902, a seca prejudicou a colônia o que resultou na implementação de outras estratégias para o município. Francisco Oscar Karnal, intendente eleito na época, definiu a melhoria do traçado urbano, calçamento, limpeza e iluminação, bem como a expansão do perímetro urbano, o que resultou em um aumento de famílias residentes na cidade. Dentre as estratégias adotadas por Francisco Oscar Karnal estava a melhoria da praça da matriz (Figuras 21), localizada no entorno da Rua Júlio de Castilhos (um divisor de águas no contexto local da época), a qual já desempenhava um caráter comercial, em complemento à Rua Silva Jardim (SCHIERHOLT, 1993).

Figura 21: Praça da Matriz.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

Ademais, enxergou o potencial da Rua Osvaldo Aranha, para a qual imaginava a construção de “paredões laterais sucessivos, alicerçados no próprio barranco” (SCHIERHOLT, 1993, p. 125). Anos mais tarde, em 1962, presencia-se a criação de Belvederes na Orla, sob o mandato de Bruno Born, o que reforça a visão idealizadora de Karnal algumas décadas mais cedo (SCHIERHOLT, 1993).

No mandato de João Frederico Schaan, Lajeado deixou de ser

denominada como Vila e passou a ser chamada de Cidade, em função da nova legislação federal que alterou a denominação dos núcleos urbanos. Dentre as ações prioritárias estava o alargamento de vias, calçamento, arborização e criação de avenidas (Figura 22).

Figura 22: Av. Júlio de Castilhos (atualmente Rua).



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

Dentre as funções estabelecidas na área central da cidade, destaca-se o ensino, uma vez que três grandes colégios estão situados nessa área. A escola comunitária da Comunidade Evangélica (Colégio Evangélico Alberto Torres - CEAT, atualmente) foi a pioneira

no município (Figura 23), tendo surgido em 1892, seguida pelo Colégio Sant'Ana (Colégio Madre Bárbara, atualmente) (Figura 24), no ano de 1897 (SCHIERHOLT, 1993; IECLB LAJEADO, 2019; REDE ICM, sem data).

Figura 23: Escola Comunitária da Comunidade Evangélica (Colégio Evangélico Alberto Torres).



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (1972).

Figura 24: Colégio Sant'Ana (Madre Bárbara).



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

A terceira escola a surgir no município foi a primeira escola pública deste, em 1907, tendo surgido com o intuito de ser uma escola masculina, a qual foi nomeada como Escola Paroquial São José. Os Irmãos Maristas atuavam como educadores ainda que a escola pertencesse à Mitra Diocesana da Paróquia santo Inácio. Mais tarde, a escola passou a atender público feminino e masculino, e passou por uma nova intitulação: Colégio Estadual Presidente Castelo Branco (RISSI; MACHADO, 2011).

Figura 25: Escola Paroquial São José (Colégio Estadual Presidente Castelo Branco).



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (1965).

Outro equipamento importante localizado no Centro é o Hospital São Roque (Hospital Bruno Born), inaugurado em 1933, o qual possuía seu acesso principal pela Rua Júlio de Castilhos (Figura 26). Em 1964, após finalização de melhorias, a entrada principal passa a ser na Av. Benjamin Constant, paralela à Rua Júlio de Castilhos (HBB, sem data).

Figura 26: Hospital São Roque com acesso principal pela Rua Júlio de Castilhos.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Lajeado (sem data).

Percebe-se, portanto, que a área se consolidou ao longo dos anos não

somente como um núcleo central para a cidade, mas também para a região do Vale do Taquari. Isso, atrai diariamente diferentes públicos de distintos municípios da região, agregando ainda mais na diversidade da área.

A área do centro histórico ainda apresenta algumas das características originais, com algumas influências e aparições de edifícios mais altos conforme o seu desenvolvimento. Isso, entretanto, está mais presente na área mais “nobre” do centro, mais afastado da orla, em direção noroeste.

2.4 Estado da Arte

2.4.1 Requalificação dos Centros Históricos

A partir do que foi anteriormente exposto, ao ressaltar a importância que os Centros Históricos desempenham nas dinâmicas das cidades e o surgimento da cidade de Lajeado a partir da área central, compreende-se os projetos de

requalificação de centros históricos que são implementados em diversas cidades.

Para esclarecimento de termos, destaca-se, primeiramente, a diferença entre renovação, revitalização e requalificação urbana. Define-se o primeiro como um tipo de intervenção mais agressiva, que não necessariamente irá respeitar o traçado urbano, as edificações e a identidade local existentes (LIMA, 2017). O segundo, por outro lado, parte do princípio de que a área a receber essa intervenção está “sem vida”, portanto é necessária a inserção de vida, a “re-vitalização”. Enquanto a última, requalificação, sugere a retomada da qualidade de um determinado espaço, o qual carece em alguns aspectos, mas que ainda apresenta potencialidades.

Neste trabalho aborda-se o conceito de requalificação, que se aplica de forma mais adequada para a área analisada. Sendo assim, expõe-se o Programa Monumenta/BID -

implementado pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) -, em especial as intervenções realizadas nas cidades de Porto Alegre e Olinda (SCHICCHI, 2012).

O Programa Monumenta (IPAC-BA, 2013) tinha como objetivo integrar a recuperação e preservação de bens patrimoniais históricos com o desenvolvimento econômico e social. O programa do Ministério da Cultura opera em cidades históricas protegidas pelo IPHAN, em áreas tombadas como patrimônio cultural da nação, em parceria com órgãos estaduais e municipais, além de oferecer “atividades de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos” (IPAC-BA, 2013, texto digital).

Na capital gaúcha, o programa foi implementado no ano de 2001, com sua primeira atuação na restauração e estabilização da cobertura do Pórtico

Central do Cais Mauá, obra acompanhada pela arquiteta Briane Bicca (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2001; LIMA, 2020).

O investimento para implementação do Programa Monumenta foi fornecido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Unesco, fornecendo cerca de R\$ 15 milhões para as ações previstas. Em adição à verba do programa, Porto Alegre também contou com recursos fornecidos pelos governos estadual e municipal. Dentre as ações a serem implementadas estavam a restauração de imóveis e bens de caráter tanto público quanto privado; dando, por exemplo, vida nova a casarões e praças. Ademais, tinha como intuito gerar um retorno econômico para a área, como pôde-se observar conforme a área foi recebendo investimentos do setor comercial, além de proporcionar educação patrimonial, que atuou de forma significativa para a conscientização da população em relação à importância de patrimônios

(LIMA, 2020).

Os imóveis e espaços listados no planejamento de atuação do programa foram divididos em categorias: obras de restauração em prédios públicos e religiosos; obras de restauração em prédios privados; e obras de qualificação em espaços públicos (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2009).

Todas as obras de restauração em prédios públicos e religiosos foram todas finalizadas, ainda que o Programa Monumenta tenha chegado ao seu fim no meio desse período - em 2013 (LIMA, 2020). Em 2016 conclui-se a restauração do último imóvel dessa categoria, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), e a seguir apresenta-se o quadro com as obras e suas respectivas datas de conclusão de restauração (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2002-2016).

Quadro 01: Obras de restauração de prédios públicos e religiosos do Programa Monumenta.

2002/ 2003	Pórtico Central do Cais do Porto Avenida Mauá, s/nº
2006	Palácio Piratini Praça Marechal Deodoro, s/nº
2008	Memorial do Rio Grande do Sul Rua Sete de Setembro, nº 1020
2010	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa Rua dos Andradas, nº 959
2012	Igreja Nossa Senhora das Dores Rua dos Andradas, nº 630
2013	Pinacoteca Ruben Berta Rua Duque de Caxias, nº 973
2015	Biblioteca Pública (3ª fase) Rua Riachuelo, nº 1190
2016	Museu de Arte do Rio Grande do Sul Praça da Alfândega, s/nº

Fonte: Prefeitura de Porto Alegre (sem data).

As obras de restauração em prédios privados, previstas no planejamento do Programa Monumenta, foram todas concluídas, e são listadas abaixo com o ano de finalização de suas

obras.

Quadro 02: Obras de restauração de prédios privados do Programa Monumenta.

2005	Prédio Rua Riachuelo, nº 933
2007	Prédio Rua General Auto, nº 123
2007	Sobrados Rua dos Andradas, nº 673/677/679/683
2008	Clube do Comércio Rua dos Andradas, nº 1085
2008	Condomínio Santos Dumont Avenida Borges de Medeiros, nº 464
2008	Igreja Anglicana Rua dos Andradas, nº 800
2008	Prédio Rua General João Manoel, nº 440
2008	Residência Rua Cel. Fernando Machado, nº 506
2009	Prédio Rua Riachuelo, nº 838
2009	Residência Rua Demétrio Ribeiro, nº 535
2010	Condomínio São Salvador Rua Duque de Caxias, nº 1350
2016	Hotel Praça da Matriz Largo José Amorim de Albuquerque, nº 72

Fonte: Prefeitura de Porto Alegre (2002-2016).

Em sua última categoria, o programa abordou obras de qualificação em espaços públicos, na qual estiveram previstos a Praça da Alfândega, a Av. Sepúlveda, o Cais Mauá, a Rua General Câmara e a Praça da Matriz. Todas receberam a restauração, onde no Cais Mauá restaurou-se o pórtico e o calçamento do cais (PROGRAMA MONUMENTA, 2010), sendo o restauro do pórtico o pioneiro na capital pelo programa, e o restauro nos armazéns iniciou-se mas não foi finalizado.

A Praça da Alfândega passou por um processo de restauro pelo período de oito anos, de 2004 a 2012, no qual priorizou-se a qualificação do espaço e a preservação da memória local, registrando durante o processo a descoberta de artefatos arqueológicos enterrados na praça (QUINTANA, 2012).

A rede elétrica foi duplicada na área da praça com o intuito de aumentar a iluminação pública do local, tornando-o

mais seguro e convidativo também à noite. Ademais, aumentou-se a área de passeio, que foi possível com a redução dos canteiros, e investiu-se na pavimentação em pedra portuguesa (QUINTANA, 2012). A Praça da Matriz, a Avenida Sepúlveda e a Rua General Câmara também receberam intervenções, tanto na pavimentação quanto na adequação de mobiliários existentes, tendo suas obras de restauro concluídas em 2010 (PROGRAMA MONUMENTA, 2010).

Além das obras concluídas até o ano de 2008, realizou-se oficinas de educação patrimonial e de qualificação de mão de obra junto à comunidade.

O Projeto Monumenta desenvolveu também, juntamente com o Instituto Pão dos Pobres, um curso de qualificação em marcenaria e carpintaria para a restauração de edificações históricas, voltado para jovens em situação de vulnerabilidade social, visando formar mão de obra para construção civil em geral. (PROGRAMA MONUMENTA, 2010, p. 80)

Juntamente com o Programa Monumenta em Porto Alegre, nasceu o programa “Viva o Centro a Pé”, idealizado pela equipe técnica da prefeitura, que organiza caminhadas guiadas pelos sítios históricos do centro. Além desse, instaurou-se também o Dia do Patrimônio, evento que, juntamente com o Viva o Centro a Pé, perdura até hoje, mesmo com o fim do Programa Monumenta, no ano de 2013 (LIMA, 2020).

2.4.2 Dinâmicas Socioespaciais: Projetos, Coletivos e Iniciativas Locais

Existem no município de Lajeado alguns projetos e iniciativas que movimentam a população e setor público, criando uma relação de pertencimento e um espírito de comunidade. No ano de 2019 foi possível a aproximação de alguns movimentos e coletivos que buscam a representatividade, apoio,

respeito e igualdade para minorias atingidas pelos preconceitos e costumes normativos do Vale do Taquari, bem como a valorização do empreendedorismo local. Com o intuito de conhecer esses coletivos e analisar como se relacionam ao tema e às diretrizes da intervenção no Centro Histórico e na Orla do Rio Taquari, apresenta-se o Rola Rolê, A.Woman Art e Coletivo Juntas. A principal premissa desses coletivos é ocupar a cidade, trazendo vida e promovendo a democracia nos espaços, sem distinção ou exclusão por gênero, classe ou aspirações pessoais.

Nessa seção apresenta-se também o Comitê Gestor do Centro Histórico e o Pro_move Lajeado, ambas iniciativas idealizadas de forma conjunta do setor privado com o setor público.

2.4.2.1 Feira do Produtor Rural, Arte na Praça e Viva o Taquari-Antas Vivo

Dentre os projetos consolidados há mais tempo na cidade de Lajeado, destaca-se a Feira do Produtor Rural, o Viva o Taquari-Antas Vivo e o Arte na Praça. O primeiro acontece na Sede da Feira do Produtor, um galpão aberto na Rua Santos Filho, no Centro, em terças e sextas-feira, das 14h às 18h30min, e aos sábados, das 8h às 12h.

Figura 27: Bancas da Feira do Produtor Rural.



Fonte: *Google Maps Street View* (2019).

A feira é um projeto consolidado no município e incentiva os agricultores e hortifrutíferos locais a produzirem os alimentos na região. Nesse espaço, os pequenos produtores da região têm visibilidade e oportunidade de mercado da agricultura familiar, assim como a

população tem acesso a esses produtos. Esse projeto, ainda, contribui para a movimentação na área central da cidade, atraindo públicos diferentes para essa região. Esse tipo de ambiente reforça o direito à cidade, integrando diversas pessoas, usos e interações na área central da cidade.

Figura 28: Feira do Produtor Rural.



Fonte: Independente (2017).

O Arte na Praça, evento promovido pela Associação de Artesãos de Lajeado com apoio da Secretaria da Cultura, Esporte e Lazer (Secel), acontece há anos no município e em fevereiro de 2020 realizou a sua 38ª edição na Praça

da Matriz (GARSKE via O INFORMATIVO DO VALE, 2020).

Figura 29: 38ª edição do Arte na Praça.



Fonte: Garske (2020).

O evento tem por objetivo expor os trabalhos de artesãos locais e convidar a população a aproveitar os espaços públicos de forma mais participativa, aproveitando a música de artistas locais. Sendo um evento itinerante, possibilita a sua implementação em diversos locais, ocorrendo por vezes na Praça da Matriz ou na Praça João Zart Sobrinho (popularmente conhecida como “Praça do Papai Noel”). Esse projeto reforça a importância da apropriação nos espaços públicos, colocando as praças do

município como protagonistas, e valorizando os espaços públicos existentes na cidade. Isso também corrobora com as exigências de melhorias desses espaços para o poder público, uma vez que são utilizados com apropriação pelos moradores.

Figura 30: Arte na Praça da Matriz.



Fonte: acervo facebook Arte na Praça (2015).

O Viva o Taquari-Antas Vivo, inicialmente nomeado Viva o Taquari Vivo, é uma ação organizada pela Associação Comercial e Industrial de Lajeado (ACIL) e Parceiros Voluntários, a qual teve sua primeira edição em 2007. Com o passar das edições, o projeto que visa “construir uma nova relação de nossa sociedade

com o rio Taquari e seus afluentes, provocando a reflexão para a consolidação da consciência 'preservacionista' na região" (ACIL, 2019, texto digital), recebeu o apoio de entidades como a Prefeitura Municipal de Lajeado, Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), Unimed VTRP, Univates, além de Prefeituras dos demais municípios que incorporaram a ação (Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Estrela, Cruzeiro do Sul, Venâncio Aires).

A ação somente pode ser realizada com a mobilização de voluntários, sejam eles representantes de empresas apoiadoras do projeto ou moradores dos municípios participantes. O evento acontece com frequência anual e, na cidade de Lajeado, é "sediado" no Porto dos Bruder, área portuária na Orla, na rua Osvaldo Aranha, o que é definido como ponto de partida para organização dos voluntários e divisão das equipes. A partir daí, dividem-se as tarefas e as equipes, as quais espalham-se pela Orla

do Rio Taquari catando lixo e resíduos deixados no local. Ao final da coleta, realiza-se a separação e a pesagem dos resíduos.

Figura 31: 13ª edição do Viva o Taquari-Antas Vivo.



Fonte: acervo *facebook* Parceiros Voluntários de Lajeado (2019).

O Viva o Taquari-Antas Vivo, além de mobilizar a população para a preservação das riquezas naturais dos municípios envolvidos, possui também o papel fundamental na educação ambiental da região. Para isso, criou-se o "Seminário Ambiental Viva o Taquari Vivo" em 2008, o qual perdura até hoje. O seminário ocorre na Universidade do Vale do Taquari - Univates, no dia 20 de

setembro de cada ano, e tem como objetivo conscientizar desde alunos da Educação Infantil até o Ensino Médio acerca de questões ambientais (REDAÇÃO JORNAL A HORA, 2016).

2.4.2.2 RolaRolê: Cine Rua, Pedal da Deriva e Ocupa Valão

O coletivo, grupo de voluntários organizados como forma de movimento, RolaRolê, de acordo com os aspiradores Josué Delazeri e Marina Müller (REDAÇÃO A HORA, 2019), foi criado no ano de 2018 com o intuito de divulgar eventos de baixo custo na região que muitas vezes passam despercebidos pela população. Delazeri e Müller, idealizadores do coletivo, iniciaram apenas divulgando os eventos existentes, e posteriormente, passaram a organizar eventos pela cidade. Um dos eventos organizados a ser citado foi o "Cine Rua", em parceria com o Clube de Cinema do Vale do Taquari e SESC Lajeado, que tem como principal objetivo (REDAÇÃO JORNAL A

HORA, 2019, texto digital) “aproveitar, ressignificar e fazer as pessoas conhecerem um pedaço da cidade que, por algum motivo, acaba sendo esquecido.” A primeira edição (Figura 32) desse evento exibiu um filme brasileiro, acervo da cinemateca do SESC Lajeado, e ocorreu na Travessa Wanda Maria Ruschel, no bairro Florestal, contando com a presença de aproximadamente 120 pessoas.

Figura 32: Primeira edição do Cine Rua, na Travessa Wanda Maria Ruschel.



Fonte: acervo Instagram RolaRolê (2019).

Outro evento organizado pelo coletivo é o “Pedal da Deriva”, o qual tem por premissa a ocupação dos espaços

públicos da cidade por meio da bicicleta, além de incentivar o ciclismo como meio de transporte além da prática esportiva. O Pedal da Deriva acontece semanalmente, tendo como ponto de partida a Av. Piraí, no bairro Universitário. Um dos locais incluídos no roteiro de uma das edições é a Orla do Rio Taquari (Figura 33), que conta com uma das ciclovias em melhores condições no município de Lajeado.

Figura 33: Pedal da Deriva na Orla do Rio Taquari.



Fonte: acervo Instagram RolaRolê (2019).

Além do Cine Rua e do Pedal da Deriva, no final de 2019 o RolaRolê lançou o “Ocupa Valão”, que teve como palco a

Av. Décio Martins Costa, no Centro de Lajeado, conhecida popularmente como “valão”, onde houve a canalização do Arroio do Engenho. A ideia do Ocupa Valão surgiu a partir do Trabalho de Conclusão de Curso da designer Marina Müller, integrante do coletivo, o qual propunha uma intervenção na área atualmente esquecida por grande parte da população. O evento propôs a pintura do valão (Figura 34), com a participação da comunidade, de forma a aproximar os moradores à área e restabelecer a relação com o valão.

Figura 34: Ocupa Valão na Av. Décio Martins Costa.



Fonte: acervo Instagram RolaRolê (2019).

Ademais, contou com show ao vivo de artistas locais, adoções de cães do Canil Municipal, distribuição de mudas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), bem como o lançamento do 1º Arte na Cidade, projeto idealizado pela Universidade do Vale do Taquari - Univates, Prefeitura Municipal e Sesc Lajeado.

Figura 35: Ocupa Valão na Av. Décio Martins Costa.



Fonte: da autora (2019).

O 1º Concurso do Arte na Cidade, organizado pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Univates, definiu como tema “Arte urbana:

humanizando a cidade”, e consistiu na escolha de propostas de projetos artísticos-culturais para Lajeado. O edital também determinou que esses seriam executados em locais de entrada da cidade, como o viaduto da Av. Alberto Pasqualini com a BR-386, e na “ponte seca”, local onde a BR-386 passa sobre a Rua Bento Rosa. Os quatro projetos vencedores foram escolhidos e atualmente aguarda-se a normalização das atividades, pós-pandemia do Covid-19, para sua execução que contará com voluntários.

Figura 36: 1º Arte na Cidade.



Fonte: acervo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - Univates (2019).

2.4.2.3 A.Woman Art + Coletivo Juntas: A.Woman Ocupa e Bloco Juntas no Rolê

O A.Woman Art, projeto criado pela estudante de Jornalismo Júlia Amaral, nasceu nas redes sociais Instagram e em forma de Blog. O objetivo do A.Woman, segundo Amaral (2019), é “reunir mulheres, promover a cooperação feminina” e estimular o consumo consciente na região. Em ambos meios de comunicação utilizados, o A.Woman promove a divulgação de trabalhos e projetos desenvolvidos por mulheres na região, fazendo assim com que a rede de apoio às mulheres tenha mais visibilidade e, conseqüentemente, mais pessoas envolvidas. Conforme o movimento foi atingindo mais pessoas, Amaral foi contatada por Müller (RolaRolê), e iniciou-se uma parceria para a efetivação do 1º A.Woman Ocupa, feira idealizada por Amaral há algum tempo (INDEPENDENTE, 2019).

A partir desse contato entre Müller e Amaral, juntamente com outras mulheres da região que compactuam com suas ideias, surgiu o Coletivo Juntas. De acordo com Amaral, em entrevista ao jornal A Hora, o Coletivo busca uma sociedade mais igualitária, assim como outros coletivos vêm fazendo isso na região. Sobre as rotulações atribuídas aos movimentos, ressalta:

Independente dos rótulos, as lutas sociais vão continuar acontecendo. Sempre foi assim. Seja no feminismo, no movimento negro ou no LGBTQI+. A repressão por alguns grupos sempre ocorreu. O fato é que essas ações não foram feitas para agradar. A luta sempre vai acontecer, o que precisamos garantir é que seja dentro de um espaço respeitoso e digno. Vivemos em um país violento para esses públicos. Não é por que alguém não gosta dos movimentos que terá de fazer algo para impedir essas organizações. (A HORA, 2020, texto digital)

O coletivo portanto, formado por seis mulheres, deu continuidade nos planos para fazer acontecer o A.Woman

Ocupa. A feira ocorreu no início de 2020, tendo sido inicialmente programada para outubro de 2019 e adiada devido à interferências climáticas, e reuniu diversas empreendedoras da região. Além do objetivo de expor os trabalhos e dar visibilidades às mulheres, o A.Woman Ocupa também contou com uma roda de conversa sobre Ancestralidade Feminina e ocupou um dos Belvederes da Orla do Rio Taquari, em Lajeado. De acordo com Amaral, a escolha do Belvedere Aldino Aloísio Gallas para protagonizar esse evento foi determinada pelo potencial que a área possui e que atualmente não é devidamente utilizado.

Figura 37: A.Woman Ocupa.



Fonte: Müller (2020).

Ainda sobre a escolha do local, Amaral, em uma entrevista para o jornal O Informativo do Vale (RICHTER, 2019, texto digital), ressalta:

[...] a ideia é ocupar espaços públicos com arte feminina e discussões relevantes para população. Já a ideia de fazer na orla é por lá ser um espaço muito bonito e que foi revitalizado recentemente, mas é pouco movimentado. A intenção é dar uma outra energia para o lugar, movimentá-lo por meio da arte e de assuntos femininos.

Figura 38: A.Woman Ocupa.



Fonte: Müller (2020).

Outro evento organizado pelo Coletivo Juntas, em parceria com o RolaRolê e A.Woman Art, foi o Bloco

Juntas no Rolê. A ideia de organizar o bloco surgiu a partir da “falta de um espaço de carnaval em Lajeado. Queremos festa, bloquinho, carnaval na rua, mas também queremos ir a uma festa tranquila”, segundo Thaisa Ayessa (RIBEIRO, 2020, texto digital), uma das organizadoras do evento. Esse bloco de carnaval, diferentemente dos típicos blocos, coloca em evidência o respeito e a segurança para as mulheres, sendo um evento organizado por elas. O público não se restringe às mulheres, mas evidencia-se o protagonismo feminino também ao exibir como uma das atrações principais do bloquinho a Banda Juntinhas, formada por artistas mulheres da região especialmente para o evento. Definiu-se como as cores oficiais do bloco roxo, amarelo e branco, ainda que cada foliante pudesse optar as cores que se sentissem mais à vontade.

Figura 39: Bandeira oficial do Bloco “Juntas no Rolê”.



Fonte: Ribeiro (2020).

Seguindo a mesma premissa do A.Woman Ocupa ao valorizar os trabalhos realizados pelas mulheres da região e do consumo consciente, Ayessa destaca a importância da customização de fantasias com roupas que já tem-se em casa, seja realizando a própria customização ou encomendando com uma artesã local.

A rua escolhida como cenário desse evento foi a Av. Décio Martins Costa, a “rua do valão”, no Centro de Lajeado. Com o auxílio do Departamento de Trânsito, um trecho da avenida foi interditado para a realização do evento,

que ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2020, das 16h às 22h.

Figura 40: Bloco “Juntas no Rolê”.



Fonte: acervo Instagram RolaRolê (2020).

Figura 41: Bloco “Juntas no Rolê”.



Fonte: da autora (2020).

Esses tipos de ocupação em locais com tais potencialidades não somente valoriza esses espaços na cidade, como também expõem à população e às autoridades que os locais podem e devem ser ocupados, seja para lazer ou demais atividades. No caso específico da Orla do Rio Taquari, percebe-se que esse local atualmente não é bem aproveitado, seja pela sensação de insegurança, ou pela falta de atrativos. Em relação à avenida, retoma-se um local esquecido e que vem sendo ignorado pela população desde a intervenção e canalização do Arroio do Engenho, dando um uso além de “passagem” atribuído à via.

Portanto, essas iniciativas reforçam o papel da comunidade na transformação e apropriação de um local, seja ele de permanência, como a Orla, ou de passagem, como a Av. Décio Martins Costa. O SESMart busca, além de requalificar infraestruturas e edifícios, valorizar projetos locais, dando voz à população que de alguma forma ainda

não a possui. Isso se reflete tanto na questão de gênero, em que mulheres têm uma relação distinta e mais retraída que os homens com os espaços públicos, quanto na utilização livre e democrática desses espaços, sendo pensados e transformados por pessoas.

2.4.2.4 Comitê Gestor de Revitalização do Centro Histórico de Lajeado

Com a aprovação da Lei nº 8.903 (2012) do Plano de Revitalização do Centro Histórico de Lajeado - que estabelece condições especiais de uso e ocupação do solo, cria mecanismos de planejamento e gestão, e dá outras providências para a área - surge o Comitê Gestor de Revitalização do Centro Histórico de Lajeado. Dentre os objetivos citados no Capítulo I, Art. III, destaca-se os itens um e três:

I: Incentivar novos empreendimentos,

comerciais e residenciais, a fim de relevantes para população. Já a ideia de fazer na orla é por lá ser um espaço muito bonito e que foi revitalizado recentemente, mas é pouco movimentado. A intenção é dar uma outra energia para o lugar, movimentá-lo por meio da arte e de assuntos femininos.

A lei (Nº 8.903, 2012) estabelece também que as tomadas de decisões serão analisadas pelo Comitê Gestor do Plano de Revitalização do Centro Histórico de Lajeado, o qual é designado pelo Poder Executivo (por meio de decreto municipal).

No ano de 2018 é decretada, pelo Prefeito Municipal de Lajeado, (DECRETO Nº 10.540, 2018) a nomeação do Comitê Gestor de Revitalização do Centro Histórico de Lajeado com dois membros da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN), um representante de cada secretaria (SEAD, SEOSP, SEMA, SEDETAG, SECEL), um membro da Procuradoria Geral do Município, da Câmara de Vereadores de Lajeado, da

ACIL, do CREA/RS, da CDL, e um da SEAVAT; cinco membros da Associação de Moradores do Bairro Centro, um membro de cada conselho (CAU, CRECI), um do SINDUSCON, e um membro da Univates.

O perímetro do Centro Histórico de Lajeado (Figura 42), segundo o Plano Diretor Municipal e o Comitê Gestor de Revitalização do Centro Histórico, é definido pelos limites naturais do Arroio do Engenho, Rio Taquari e Arroio Encantado, e pela Rua Francisco Oscar Karnal (SANTOS via O INFORMATIVO DO VALE, 2019). A área definida para intervenção, entretanto, se estende por mais duas quadras, tendo seu limite na Rua Santos Filho, uma vez que integra também os lotes públicos destinados a áreas verdes e uma parcela do Parque Professor Theobaldo Dick.

Figura 42: Perímetro do Centro Histórico de Lajeado conforme o PDDI, área de tombamento da Casa de Cultura e perímetro da área de intervenção.



- Perímetro do Centro Histórico (PDM e Comitê Gestor de Revitalização do Centro Histórico de Lajeado)
- Perímetro da área tombada da Casa de Cultura
- - - Perímetro do Centro Histórico definido para intervenção

Fonte: *Google Earth*, adaptado pela autora (2020).

Ademais, o comitê apresentou, em novembro de 2019, um plano de ações para o Centro Histórico a ser executado no período de 2020 a 2025. No plano elencou-se cinco eixos objetivos: segurança, limpeza dos espaços, incentivo, preservação e divulgação (SANTOS via O INFORMATIVO DO VALE, 2019).

Uma das estratégias adotadas pelo

Comitê para a área é criar um sistema de patrulhamento para as ruas Osvaldo Aranha, João Abott, Marechal Deodoro, Borges de Medeiros, Júlio May, Francisco Oscar Karnal, Silva Jr. Dr. Parobé. Ressalta-se também os investimentos na Orla, com a abertura de vias para a implementação do Parque Nacional, além do investimento previsto para a criação da orla gastronômica (SANTOS via O INFORMATIVO DO VALE, 2019).

Além disso, o plano também envolve outras medidas para a efetiva implementação do mesmo. Entre essas, destaca-se a isenção (total ou parcial) de impostos para a região do Centro Histórico, como o ISS, IPTU, ITBI e taxas de Licença para Execução de Obras e de Vistoria de Conclusão de Empreendimentos; bem como o cumprimento de algumas obrigações e responsabilidades pelos proprietários dos imóveis, na área que compreende desde a Rua Francisco Oscar Karnal até a Rua Osvaldo Aranha. Dentro do plano de

ações, o comitê ressalta também a importância em manter os usos existentes que caracterizam o Centro Histórico, bem como a implementação de novos usos para áreas mais fragilizadas e menos movimentadas (REDAÇÃO JORNAL A HORA, 2015).

Outra estratégia que compõem o plano é integrar o Centro Histórico com a Rota da Inovação, a ser implementada na Rua Bento Rosa, pelo Promove Lajeado, o que comporta: “[...] concentrar grandes startups no Centro Histórico atraindo a instalação de empresas, bares, restaurantes e outros, para estimular a circulação nas imediações” (SANTOS, 2019, texto digital). Ademais, flexibilizar as alturas previstas no Plano Diretor Municipal para o entorno da Casa de Cultura, e a “[...] reivindicação de um espaço junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE)” (SANTOS, 2019, texto digital).

Em âmbito projetual e não estratégico, destaca-se as medidas

adotadas para o Centro Histórico no Plano Revitaliza Já:

- Requalificação do paisagismo na Orla do Rio Taquari, tornando-a mais atrativo e transformando-a em um espaço gastronômico com a implementação de restaurantes e bares;
- Manutenção da paisagem das vias com a pintura de meio-fios, poda das vegetações e demais manutenções da infraestrutura, tendo como foco inicial a via da Orla (Rua Osvaldo Aranha) os belvederes e a ciclovia;
- Construção da Rua Histórica e Coberta, a ter seu local determinado conforme estudos na área.

O Comitê, conforme explanado, é importante para a cidade, uma vez que tem como objetivos requalificar um local de interesse público, o Centro Histórico, e traz estratégias importantes a serem analisadas conforme as suas fases de implementação. Esse, entretanto, não deve ser o único órgão responsável pelas decisões efetivas do plano, uma vez que

é necessária a tomada de decisões em conjunto do Poder Público (Prefeitura e secretarias) com a população (moradores).

2.4.2.5 Pro_move Lajeado: o conceito de Smart Cities



O Pro_move Lajeado surge de uma necessidade cada vez mais presente: adaptar a cidade polo do Vale do Taquari às transformações tecnológicas cada vez mais evidentes, bem como melhorar questões relacionadas ao transporte público e a oportunidade de emprego para os profissionais formados pela Universidade do Vale do Taquari - Univates, aprimorando a qualidade de vida (LOPES in PENSAR LAJEADO, 2020).

O movimento é fundamentado no conceito de smart cities, ou cidades inteligentes, que é definido pela União

Européia como:

[...] sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Esses fluxos de interação são considerados inteligentes por fazer uso estratégico de infraestrutura e serviços e de informação e comunicação com planejamento e gestão urbana para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade. (FGV PROJETOS, sem data, texto digital)

Peruccini (2017, texto digital) conceitua as cidades inteligentes como “[...] centros urbanos planejados com processos eficientes que, além de beneficiarem os locais onde são aplicados, melhoram o cotidiano e qualidade de vida de seus moradores”. Iberdrola (sem data, texto digital) complementa o conceito ao afirmar que as cidades inteligentes:

[...] apoiaram-se nas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e no big data para gerenciarem de forma eficaz

e sustentável desde o funcionamento dos transportes até o uso dos recursos energéticos ou hídricos, os espaços públicos ou a comunicação com seus habitantes.

A partir dessas definições, esse movimento estabeleceu-se como política pública na cidade de Lajeado, sendo divulgado para a comunidade no primeiro semestre de 2019, o qual é articulado pela tríplice hélice: poder público, entidades da iniciativa privada e universidade (BOTTONI, 2019). Após essa articulação, optou-se por adicionar a sociedade civil como a quarta hélice, incluindo assim a comunidade na efetivação desse movimento (PROMOVE LAJEADO, 2019a).

Como planejamento de implantação do movimento, definiu-se quatro eixos: Inova, Qualifica, Acelera, Compete. Cada eixo possui objetivos e ações previstas, sendo assim, listam-se as especificações de cada eixo abaixo. No eixo **Inova: Rota da Inovação**, expõem-se os objetivos e metas:

OBJETIVOS:

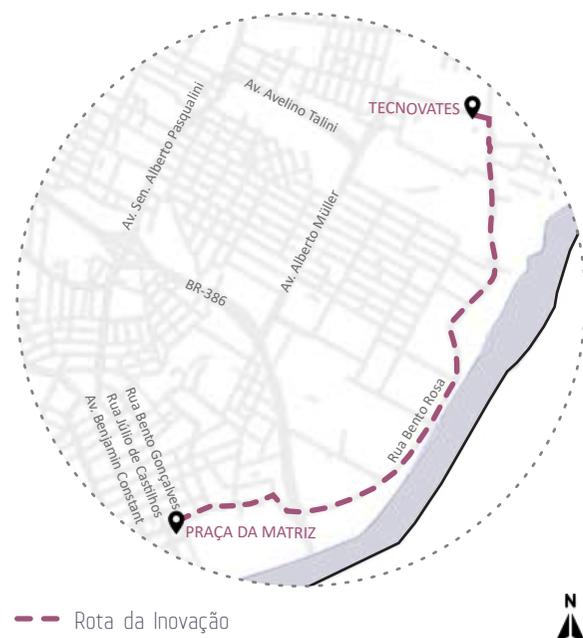
- Atração de Empresas Intensivas em Tecnologia;
- Interligar pontos estratégicos de áreas de inovação e tecnologia da cidade de Lajeado, de forma a criar um roteiro (Rota da Inovação) para apresentar e promover o ecossistema de inovação de nossa cidade.
- Conectar governo com a universidade, empresas e comunidade em geral, unindo talentos, tecnologia, capital e conhecimento para alavancar o potencial empreendedor e inovador dos atores envolvidos.

PARA ATINGIR ISSO, DEFINIU-SE AS METAS:

- Identificar setores de interesse para a cidade e portadores de futuro;
- Atrair empresas intensivas em tecnologia;
- Melhorar a infraestrutura do local, incluindo mobilidade e telecomunicações;
- Qualificar mão de obra técnica e especializada;
- Constituir um Ecossistema de Inovação.

A Rota da Inovação (Figura 43), citada nos objetivos, foi definida como o percurso estipulado na Rua Bento Rosa, a qual parte do Tecnovates e estende-se até a Praça da Matriz, no

centro. A equipe do Pro_move Lajeado ressalta ainda que a “Rota é mais que um percurso geográfico, é um conceito que busca interligar os agentes de inovação da cidade de Lajeado, ampliando a relação da Academia, Poder Público e Empreendimentos Inovadores” (PROMOVE LAJEADO, 2019a, texto digital).
Figura 43: Rota da Inovação.



— Rota da Inovação
Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

No segundo eixo, **Qualifica: Educação Empreendedora**, definiu-se como objetivo principal estimular a atitude empreendedora nas escolas, engajando diretores, professores e alunos. Para possibilitar isso, apresentou-se três projetos possíveis: JEPP Sebrae, Conexão entre Escolas e Visionários da cidade. A partir disso, definiu-se os objetivos do eixo **Acelera: Programa de Aceleração de Negócios Inovadores** (PROMOVE LAJEADO, 2019a).

OBJETIVOS:

- Promover a cultura da inovação no município de Lajeado;
- Apoiar a formação e a consolidação de negócios inovadores;
- Capacitar empreendedores com orientação ética, social e legal;
- Estimular o desenvolvimento de inovações sociais e ambientais;
- Desenvolver projetos e iniciativas destinados ao incremento do empreendedorismo e inovação.

O edital para esse eixo foi lançado em novembro de 2019, para o qual definiu-se as etapas do programa de aceleração (Figura 44) e, posteriormente, selecionou-se dez propostas que seguiram para o processo de mentorias. Essa etapa se estende pelo período de janeiro a junho de 2020, e consiste na criação de projetos que concorrem para a seleção de dois projetos que serão contemplados com qualificações e recursos (PREFEITURA DE LAJEADO, 2019; PROMOVE LAJEADO, 2019b; DUZZO, 2020).

Acerca das qualificações e recursos, esclarece-se que ao determinar-se as duas propostas escolhidas, essas “[...] receberão o processo de incubação no Tecnovates pelo período de um ano, com recurso de R\$ 10.000,00, custeado pelo município de Lajeado, que deve ser usado em serviços oferecidos pelo Parque” (MORÁS, 2019, texto digital).

O quarto e último eixo do Pro_move, Compete, viabiliza o apoio a empresários e a simplificação e desburocratização dos empreendimentos do município (PROMOVE LAJEADO, 2019a). Isso posto, infere-se que o Pro_move Lajeado é uma iniciativa importante para o desenvolvimento da cidade, principalmente ao que tange o desenvolvimento sustentável abordado pelos ODS da Agenda 2030 da ONU. Ressalta-se, ainda, a importância do Pro_move para a área central da cidade, onde a Rota da Inovação se encerra, o que estimula a circulação e o investimento na área.

Tabela 01: Etapas do Programa de Aceleração.

PERÍODO	ATIVIDADE	DIVULGAÇÃO
14/11/2019	Lançamento do Edital	Através do sítio do Município de Lajeado, do Tecnovates e Pro_Move, e respectivas redes sociais.
02/12/2019	Treinamento em ferramentas de gestão para negócios inovadores	Treinamento no Tecnovates, com duração de 3h, das pessoas físicas e jurídicas interessadas em encaminhar propostas para o Edital.
03/12/2019 a 10/02/2020	Inscrição das propostas e projetos inovadores	Entrega virtual por formulário on line até às 17 horas do dia 10/02/2020.
03/03/2020 e 04/03/2020	Pitch das propostas e projetos inovadores	Pitch de 5min, com horário a ser marcado, entre às 8h30min às 21h30min, das propostas inovadoras, para banca avaliadora.
11/03/2020	Seleção dos 10 negócios inovadores	Seleção dos 10 negócios inovadores, por parte da banca, que irão seguir no processo de mentorias.
16/03/2020 a 18/05/2020	Mentorias nas áreas de gestão, mercado, financeira e tecnológicas, considerando a solução do problema proposto	Mentorias em horário marcado com cada negócio, que aconteçam no Tecnovates ou na prefeitura municipal de Lajeado.
01/06/2020	Entrega final dos projetos inovadores	Entrega virtual por formulário online até às 17 horas do dia 01/06/2020.
11/06/2020	Pitch final dos projetos inovadores	Pitch de 20min, com horário a ser marcado, entre às 8h30min e 21h30min, das propostas inovadoras, para banca avaliadora.
12/06/2020	Seleção dos negócios inovadores	Seleção, por parte da banca, dos dois negócios inovadores.
16/06/2020	Homologação pelo CMTI	Homologação pelo CMTI dos dois negócios selecionados
17/06/2020	Divulgação dos dois negócios inovadores	Divulgação dos negócios inovadores por parte do Tecnovates.

Fonte: Pro_move Lajeado (2019b).



ÁREA DE INTERVENÇÃO



3 ÁREA DE INTERVENÇÃO

3.1 Apresentação da Área de Intervenção

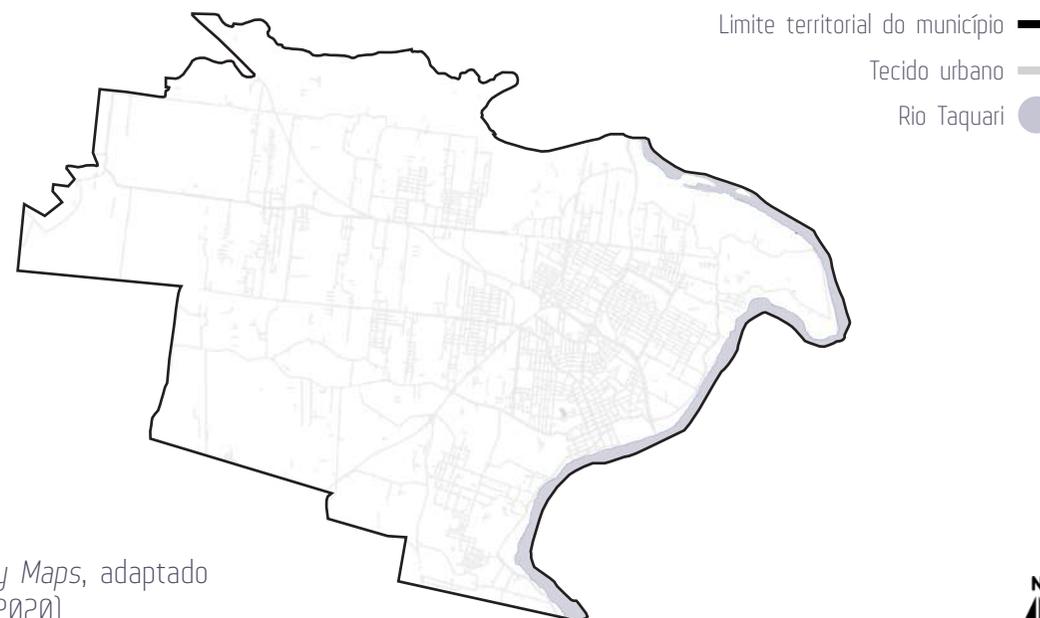
A área determinada para a intervenção urbana, por si só, definiu a escolha do tema para o Trabalho de Conclusão de Curso. Uma vez que intervenções urbanas são aplicadas a partir de um conjunto de problemas e/ou potencialidades em uma área específica, percebeu-se essa situação no Centro Histórico e na Orla de Lajeado, RS. Esse tipo de intervenção, entretanto, não pode ser aplicada somente no âmbito focal do estudo, uma vez que sua efetivação impacta em toda a cidade e nas relações que acontecem no meio urbano. Para isso, divide-se as escalas de análise e estudo da área em: Macroescala - cidade e área central, Mesoescala - Centro Histórico e Microescala - Orla do Rio Taquari.

3.1.1 A Cidade: inserção regional e estrutura urbana

Para a macroescala do projeto definiu-se a cidade de Lajeado, ainda que com mais enfoque na área central, o que possibilita uma análise em âmbito municipal e também de forma mais objetiva. A estrutura urbana de Lajeado é o que molda a cidade e estabelece como ela se comporta. O tecido urbano (Figura 44), que estabeleceu-se inicialmente na área

central da cidade, próximo do Rio Taquari, e conforme a ocupação da cidade e a separação de setores e usos (SCHIERHOLT, 1993) - ao exemplo da área industrial ao longo das rodovias - foi se espalhando para “fora” desse perímetro urbano inicial e determina a hierarquia das vias e como se estabelece as relações entre os espaços e os limites urbanos.

Figura 44: Mapa de Lajeado, tecido urbano.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

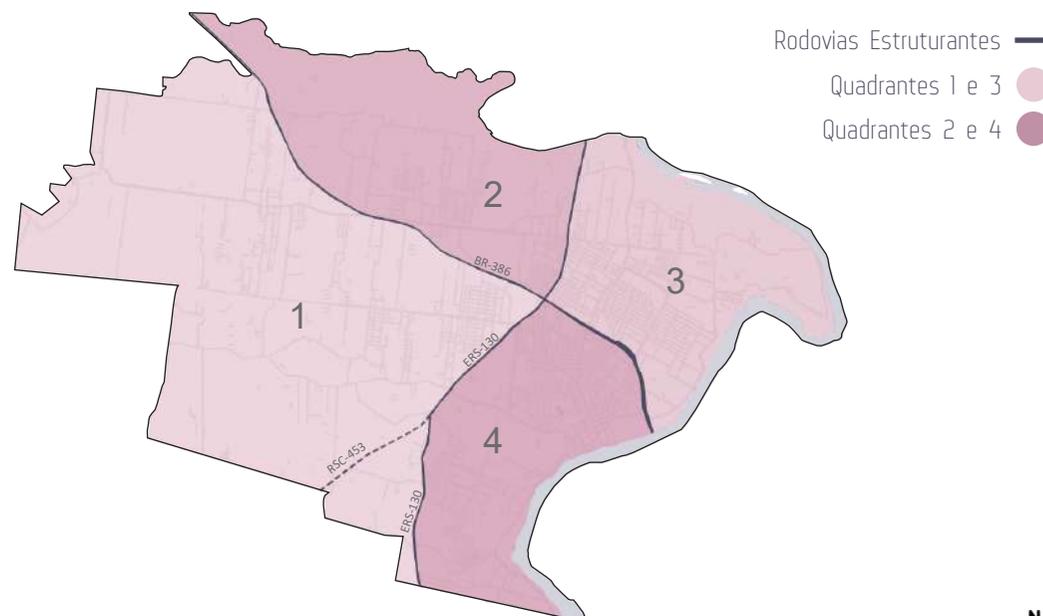
As duas rodovias que ressaltam a estrutura formal do município são a ERS-130 (sentido norte-sul, que desemboca na RSC-453) e BR-386 (sentido noroeste-sudeste). Essas fazem conexões importantes com municípios do Vale do Taquari, sendo a primeira conectora dos municípios de Arroio do Meio e Encantado (sentido norte) e Cruzeiro do Sul, Bom Retiro do Sul e Taquari (sentido sul); e a segunda conecta os municípios de Marques de Souza e Pouso Novo (sentido noroeste) e Estrela, Fazenda Vila Nova e Teutônia (sentido sudeste). Além desses, a BR-386 também conecta à capital gaúcha, no sentido sudeste, e à Passo Fundo e Santa Cruz do Sul, sentido noroeste.

Nessa escala, pode-se observar que as duas rodovias dividem a cidade, separando-a essencialmente em quatro quadrantes (Figura 45). Em relação à área territorial de cada quadrante, percebe-se que o quadrante 1, localizado

à oeste, é consideravelmente maior. Tal fator pode ser relacionado com a localização das rodovias, que são atratores e conectores que possibilitam maior desenvolvimento local e regional. Além das rodovias estruturantes que dividem a extensão de 91,591 km² (IBGE, 2010) da cidade em quatro quadrantes, a estrutura viária do município é definida

pelas Av. Benjamin Constant, Av. Senador Alberto Pasqualini, Av. Avelino Talini, Av. Alberto Müller, Av. Rio Branco, Rua Júlio de Castilhos, Rua Bento Gonçalves, Rua Silva Jardim e Rua Carlos Spohr Filho.

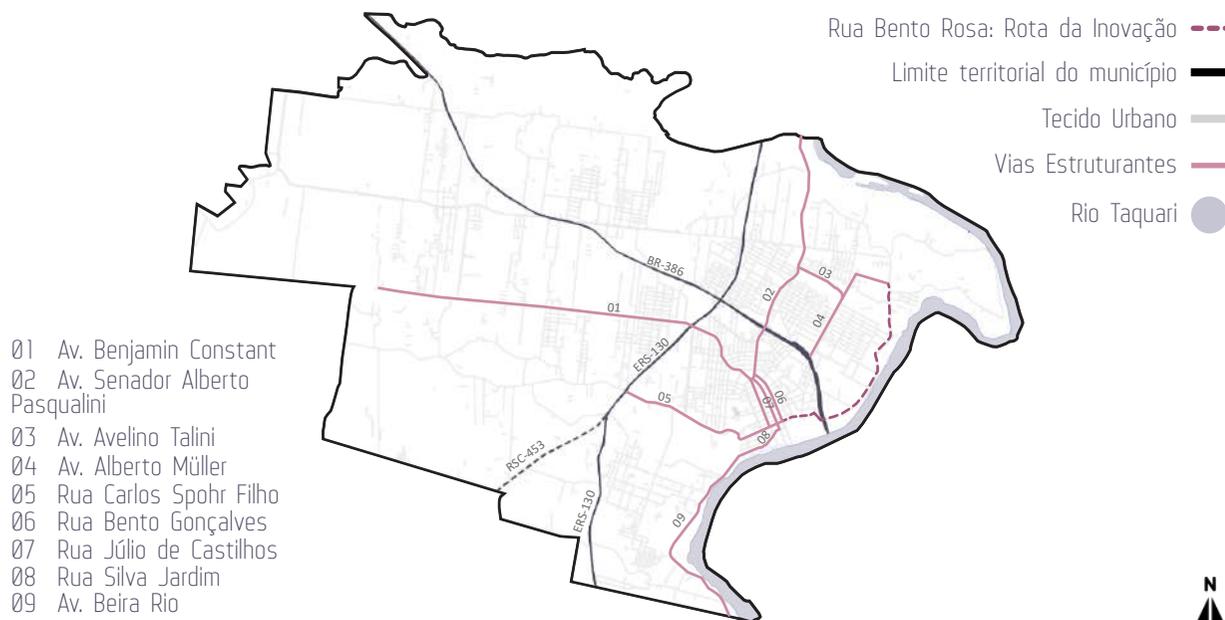
Figura 45: Mapa de Lajeado, rodovias estruturantes e quadrantes.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).



Figura 46: Vias estruturantes do município de Lajeado.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

A partir da análise das vias estruturantes, pôde-se perceber a razão pela qual essas vias exercem tamanha importância para as dinâmicas urbanas de Lajeado. Considerando que o centro possui uma forma mais longilínea, tendo seus marcos na Praça da Matriz e no Posto Faleiro, as Av. Benjamin Constant (01) e ruas Júlio de Castilhos (07) e

Bento Gonçalves (06) são as suas principais vias. Essas se estendem até a Rua Osvaldo Aranha (paralela à Orla), ainda que sua maior influência se encerre ao cruzarem com a Rua Borges de Medeiros e/ou Silva Jardim. A Av. Beira Rio (09) se conecta com a Rua Silva Jardim (08), no centro, e tem como função fazer a conexão dos bairros ao

sul, além de ser uma conectora com a cidade vizinha, Cruzeiro do Sul.

A Av. Senador Alberto Pasqualini (02), por outro lado, exerce duas funções. Se caracteriza, primeiramente, como um eixo conector tanto dos bairros ao norte com o Centro, como da Universidade do Vale do Taquari com o Centro; e do município de Arroio do Meio, com a ponte de Ferro. Ademais, sua segunda função é definida, atualmente, por desempenhar a nova centralidade do bairro São Cristóvão, trazendo maior desenvolvimento econômico para essa área, além de influenciar diretamente na movimentação do local e nos bairros adjacentes. Além dessa, pode-se observar também uma outra centralidade ao longo da Av. Benjamin Constant, principalmente próximo à Padaria Suíça, localizada no Centro, e no Supermercado Imeq, no bairro Florestal (Figura 46).

Figura 47: Centralidades ao longo da Av. Senador Alberto Pasqualini e da Av. Benjamin Constant.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

Em relação aos equipamentos e espaços abertos importantes do município, destacou-se oito locais (Figura 48), dentre estes espaços abertos formais e espaços abertos informais, na escala da cidade. Os espaços públicos formais são aqueles utilizados para o uso que lhe foi previsto, um exemplo em Lajeado é o Parque Professor Theobaldo

Figura 48: Equipamentos da macroescala: espaços abertos.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

Dick, pensado e utilizado como um parque. Já os espaços abertos informais são aqueles espaços que foram transformados pelos usuários em um local de encontro, não sendo este local necessariamente de uso público, como é o caso do campus da Univates, localizado ao longo da Av. Avelino Talini. O campus é privado, mas como é

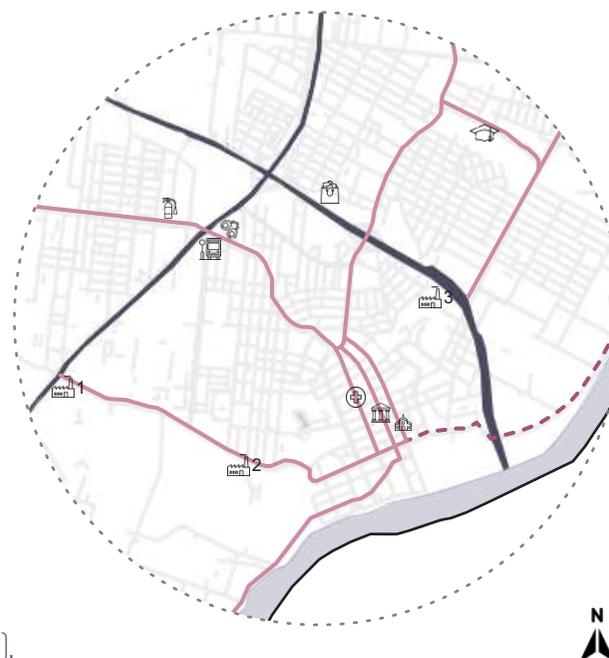
distribuído ao longo da avenida e não é fechado, foi transformado pela população em um local aberto bastante utilizado em fins de semana. A Praça João Zart Sobrinho (09) é um dos menores espaços abertos da cidade, mas é bastante utilizado pela população do entorno e também recebe eventos como o Arte na Praça.



Ainda na escala da cidade, destaca-se os equipamentos urbanos importantes tanto para o município, quanto para o Vale do Taquari (Figura 49). Dentre esses ressalta-se grandes indústrias como a BRF: Brasil Foods, a Minuano Companhia de Alimentos e a Fruki. As duas primeiras estão localizadas no bairro Moinhos, sendo a BRF alocada na ERS-130. Já a Fruki está situada na rua lateral paralela à BR-386, no sentido Lajeado-Estrela. Observa-se que no Centro há 3 equipamentos principais demarcados: a Prefeitura Municipal, a Paróquia Santo Inácio de Loyola (Igreja da Matriz) e o Hospital Bruno Born (HBB). Além desses, o centro também abriga grandes colégios, importantes para toda a região. São esses o Colégio Evangélico Alberto Torres (CEAT), Colégio Madre Bárbara (CMB) e o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, popularmente conhecido como Castelinho.

Figura 49: Macroescala: equipamentos urbanos.

-  Rodovias
-  Vias Estruturantes
-  Rio Taquari
-  Prefeitura Municipal
-  Paróquia Santo Inácio de Loyola
-  Hospital Bruno Born (HBB)
-  Rodoviária de Lajeado
-  Presídio Estadual de Lajeado
-  Corpo de Bombeiros de Lajeado
-  1 BRF: Brasil Foods
-  2 Minuano Companhia de Alimentos
-  3 Fruki
-  Shopping Lajeado
-  Universidade do Vale do Taquari - Univates



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

Além dos equipamentos localizados no Centro, tem-se dois equipamentos no bairro Florestal, a Rodoviária de Lajeado e o Presídio Estadual de Lajeado; o Corpo de Bombeiros de Lajeado, no bairro Montanha; a BRF - Brasil Foods, no bairro Moinhos; o Shopping Lajeado, às margens da BR-386, no bairro São Cristóvão; e a Universidade do Vale do

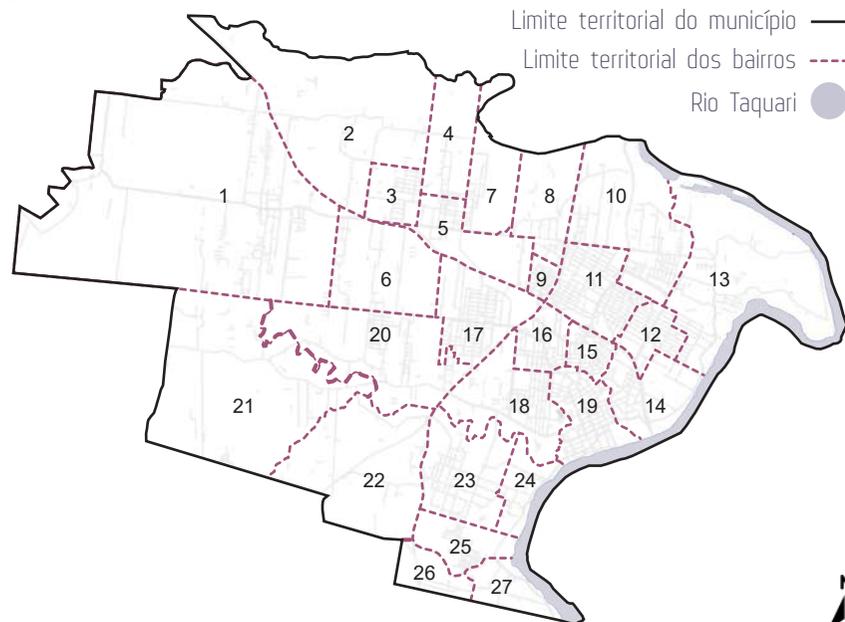
Taquari - Univates, no bairro Universitário. Ao observar-se o mapa, percebe-se que a maioria dos principais equipamentos estão localizados próximos às rodovias, importantes conectoras da cidade com a região. Já os equipamentos localizados no Centro são caracterizados por terem sido instalados conforme a evolução da ocupação da cidade.

Em relação aos limites dentro do município, observa-se a lista de bairros (abaixo) e suas dimensões (Figura 50).

Lista de Bairros:

- 01: Conventos
- 02: Imigrante
- 03: Centenário
- 04: Igrejinha
- 05: Olarias
- 06: Bom Pastor
- 07: Planalto
- 08: Campestre
- 09: Santo André
- 10: Universitário
- 11: São Cristóvão
- 12: Alto do Parque
- 13: Carneiros
- 14: Hidráulica
- 15: Americano
- 16: Florestal
- 17: Montanha
- 18: Moinhos
- 19: Centro
- 20: Moinhos D'Água
- 21: São Bento
- 22: Floresta
- 23: Jardim do Cedro
- 24: Conservas
- 25: Santo Antônio
- 26: Das Nações
- 27: Morro Vinte e Cinco

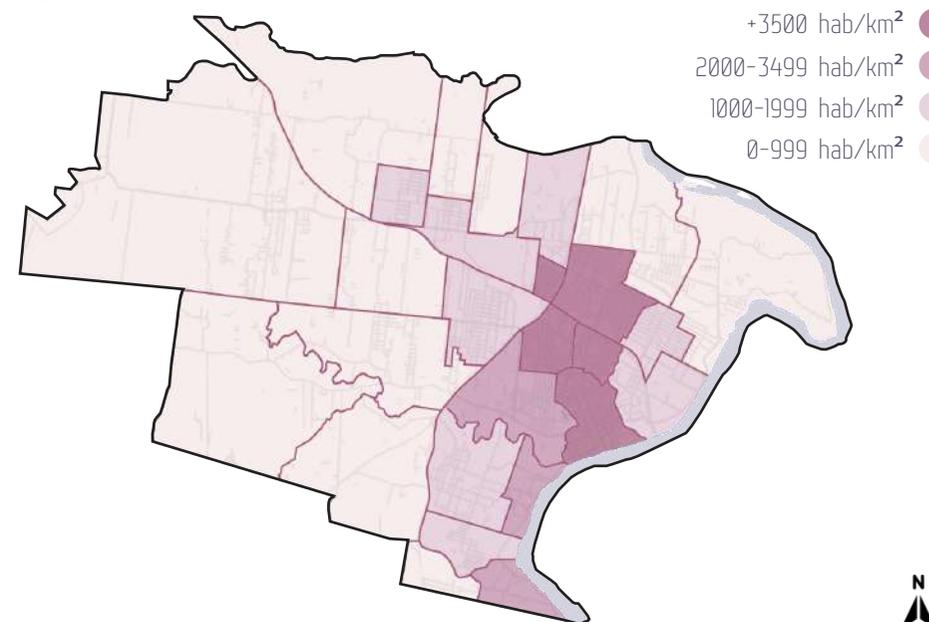
Figura 50: Limites dos bairros de Lajeado.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

Em seguida, relaciona-se o número de habitantes por bairro, disponibilizado no último censo (IBGE, 2010), com a área (em km^2), para obter a densidade demográfica dos bairros de Lajeado (Figura 51). Assim, infere-se que os bairros mais densos, ou mais povoados, são os bairros: Santo André, Florestal, Americano, Centro e São Cristóvão.

Figura 51: Densidades dos bairros de Lajeado.



Fonte: *Snazzy Maps* e censo IBGE (2010), adaptado pela autora (2020).

Os cinco bairros mais povoados de Lajeado, os quais foram citados anteriormente, possuem uma densidade demográfica superior a $3.500 \text{ hab}/\text{km}^2$ e estão situados próximos das rodovias estruturantes da cidade. Esses e os demais bairros, com suas respectivas densidades, podem ser analisados na tabela de densidades (Tabela 02).

Tabela 02: Densidades dos bairros de Lajeado.

BAIRRO	HABITANTES	ÁREA (km^2)	DENSIDADE
Santo André	1966	0,33	6012,23
Florestal	4999	0,98	5101,02
Americano	2684	0,58	4655,90
Centro	7055	1,52	4641,45
São Cristóvão	7039	1,96	3591,33
Conservas	2336	0,80	2927,32
Morro 25	1316	0,6	2193,33
Moinhos	5528	2,65	2086,04

BAIRRO	HABITANTES	ÁREA (km²)	DENSIDADE
Santo Antônio	3260	1,68	1940,48
Montanha	4000	2,2	1818,18
Alto do Parque	1618	0,94	1715,52
Jardim do Cedro	3692	2,2	1678,18
Centenário	1704	1,03	1654,37
Hidráulica	2368	1,79	1322,91
Olarias	2195	1,74	1261,49
Campestre	1985	1,82	1090,66
Das Nações	584	0,59	994,89
Universitário	3750	3,98	942,21
Planalto	1502	1,75	858,29
Igrejinha	936	1,55	603,87
Moinhos D'Água	2152	3,94	546,19
Bom Pastor	1118	3,02	370,20
Carneiros	1279	5,62	227,58
Conventos	3423	16,03	213,54
São Bento	1525	8,36	182,42
Floresta	500	4,31	116,01
Imigrante	666	6,88	96,80

Fonte: da autora (2020).

É importante também analisar a hidrografia e os locais de cheias (nível abaixo da cota 24), em especial no Centro Histórico. O mapa expõem os arroios, nascentes, açudes, lagoas, valas e canais, além do Rio Taquari. Em azul claro estão identificadas as áreas afetadas pelas cheias devido ao nível, abaixo da cota 27, estabelecida como cota para pavimento habitável, e em azul

mais escuro a rede hidrográfica. Ao analisar-se a imagem (Figura 52), pode-se perceber que a área mais afetada está no entorno dos Arroio Saraquá, Arroio Encantado, Arroio do Engenho e às margens do Rio Taquari. Os bairros que mais sofrem com as cheias, portanto, são o Centro, Moinhos,

Conservas, Jardim do Cedro, Santo Antônio e Morro Vinte e Cinco. O bairro Carneiros, localizado mais à nordeste no mapa, também sofre com significativas cheias, ainda que essa área seja mais caracterizada como rural, e não tão urbanizada quanto o Centro, por exemplo.

Figura 52: Mapa da rede hidrográfica e áreas afetadas pelas cheias na cota 27.



Fonte: Snazzy Maps e levantamento da Secretaria do Meio Ambiente de Lajeado (SEMA), adaptado pela autora (2020).



Conforme estudo de probabilidade de ocorrência de inundações de diferentes níveis, realizado por Moraes et al (2018), a tabela 02 aborda desde o nível 19 até o 30. A probabilidade de ocorrência dos níveis varia de 77,44%, referente à cota 19, à 0,01%, referente à cota 30. Esse estudo foi realizado com base em dados coletados pela empresa BASE S.A., em 2013, bem como arquivos disponibilizados pela prefeitura e lançamento desses dados no software ArcGis (MORAES et al, 2018).

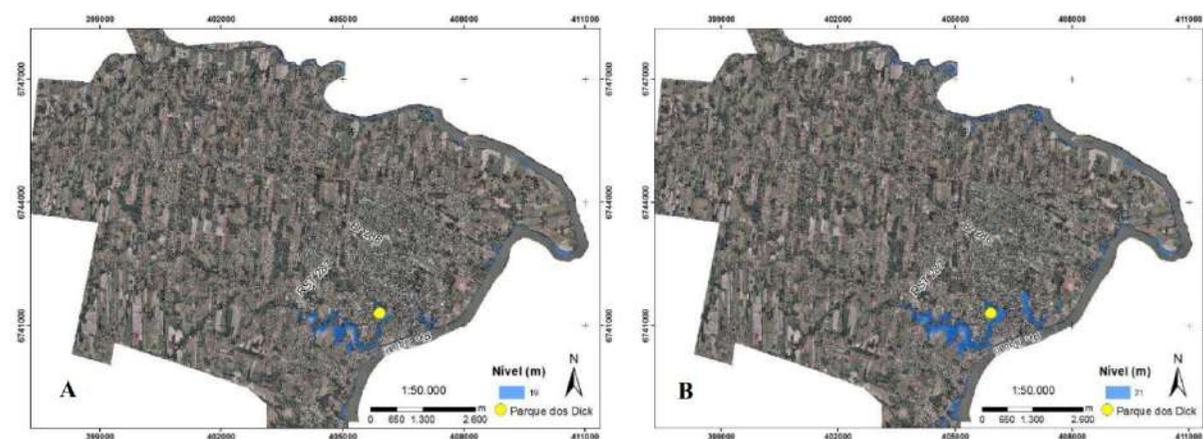
Apresenta-se, portanto, os mapas do nível mais crítico, 19; nível 21; e dos níveis 23 e 25, explanados por Moraes et al (2018). Ao observarmos os levantamentos, percebe-se que no nível 19 as áreas mais afetadas estão no “cantão do Sapo”, enquanto que nos níveis 21 e 23, boa parte do centro encontra-se com inundações.

Tabela 03: Probabilidade de ocorrência de inundações de diferentes níveis.

Nível de Inundação	Probabilidade de ocorrência	Tempo de Retorno (anos)
19	77,44%	1,29
20	69,65%	1,44
21	59,94%	1,67
22	48,48%	2,06
23	35,90%	2,79
24	23,47%	4,26
25	12,86%	7,78
26	5,49%	18,21
27	1,65%	60,61
28	0,30%	333,33
29	0,03%	3448,28
30	0,01%	16666,67

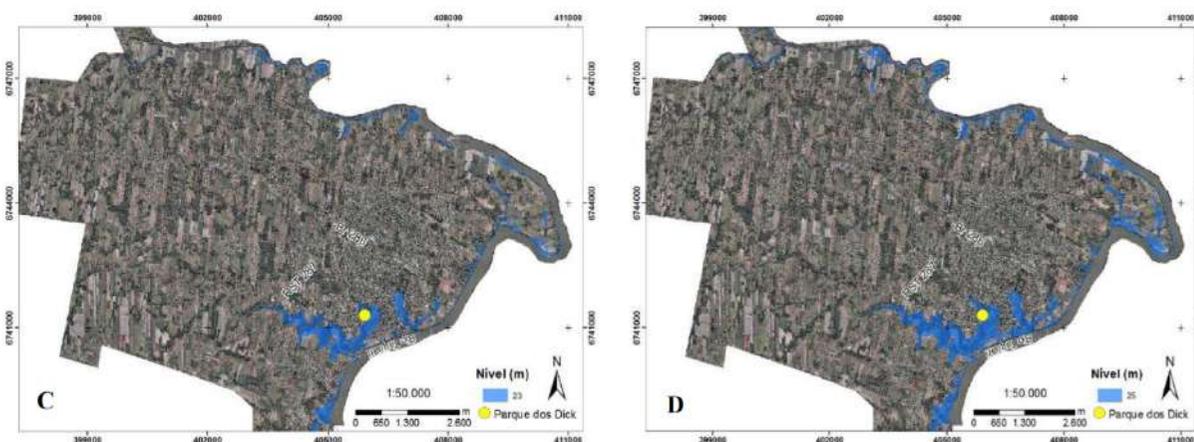
Fonte: Moraes et al (2018, p. 53).

Figura 53: Áreas afetadas pelas inundações nos níveis 19 e 21.



Fonte: Moraes et al (2018, p. 53).

Figura 54: Áreas afetadas pelas inundações nos níveis 23 e 25.



Fonte: Moraes *et al* (2018, p. 53).

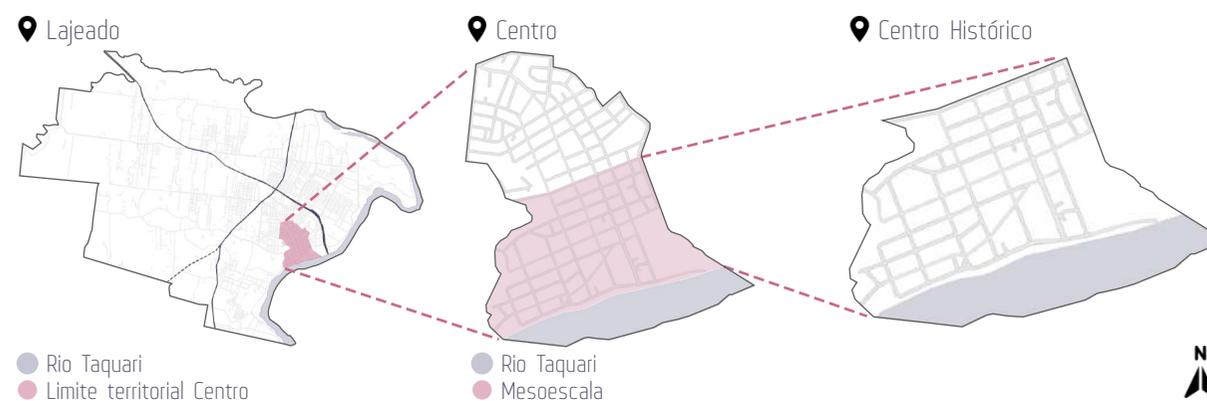
intervenção. Isso posto, inicia-se a análise da área com a estrutura viária.

A Av. Benjamin Constant, além de ser uma via estruturante para a cidade, também é de extrema importância para o Centro Histórico. Nesse mesmo âmbito, a Rua Júlio de Castilhos e Rua Bento Gonçalves são classificadas como vias estruturantes na mesoescala. Além dessas, destaca-se também a Rua Osvaldo Aranha, via paralela à Orla do Rio Taquari, a qual é protagonista na relação da cidade com o rio; e a Rua Silva

3.1.2 O Centro Histórico

O bairro Centro, de Lajeado, conforme observado anteriormente, é um dos mais povoados do município e exerce grande papel nas dinâmicas urbanas locais e regionais. A mesoescala do projeto é oriunda do bairro, ainda que seja definida pelo recorte do Centro Histórico, área identificada com mais problemáticas e potencialidades para a

Figura 55: Transição de escala: da cidade para o bairro e o Centro Histórico.



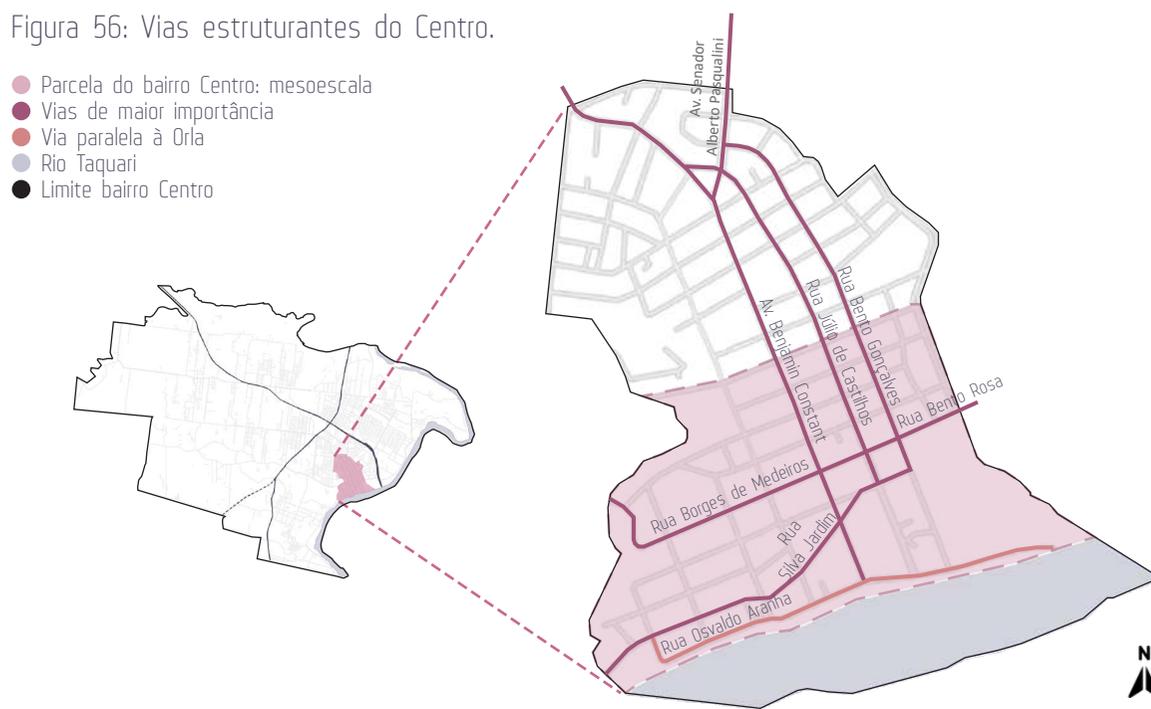
Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

Jardim, a qual já foi a via mais importante do Centro tendo em vista que a cidade surgiu ali e ela fazia a conexão com o Porto. Por fim, a Rua Borges de Medeiros, que faz a conexão com a Rua Carlos Spohr Filho, é também importante por ser o circuito dos bairros Moinhos, Jardim do Cedro, entre outros.

De acordo com o Plano Diretor Municipal, define-se como “Centro Histórico” a área delimitada pelos Arroio Encantado (que desemboca do Arroio Saraquá), Arroio do Engenho, Orla do Rio Taquari (na rua Osvaldo Aranha) e a Rua Francisco Oscar Karnal. A quadra que comporta a Prefeitura Municipal e a Casa de Cultura

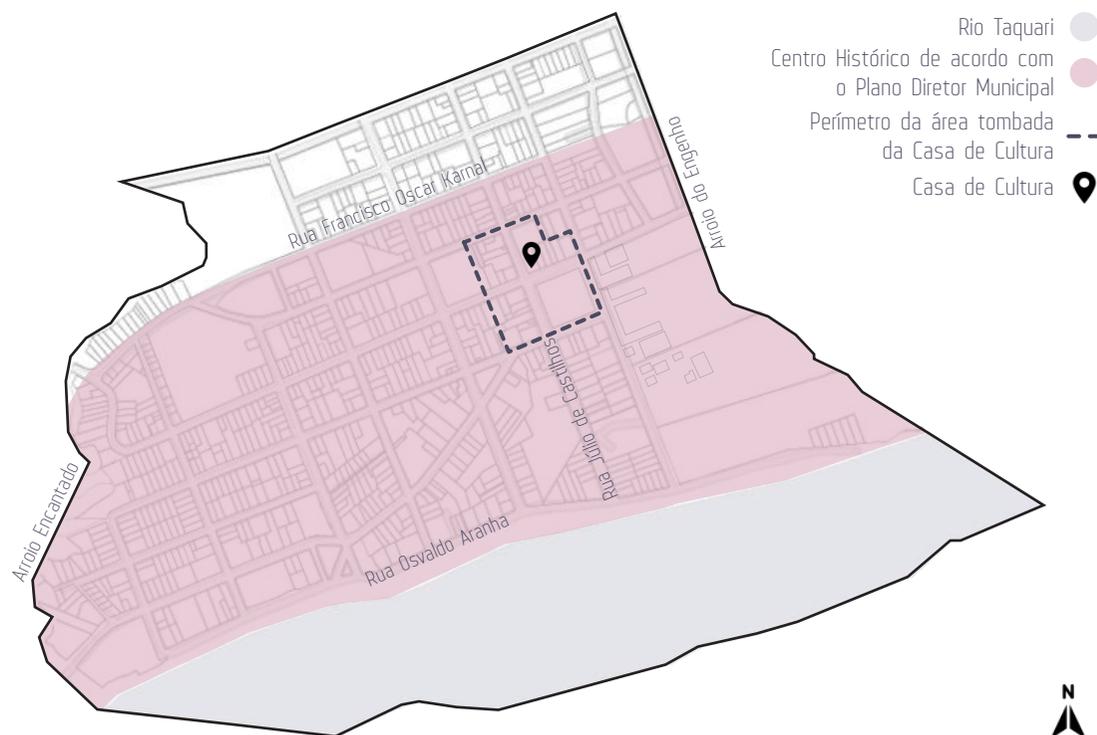
do município, juntamente com a quadra da Praça da Matriz, e até o meio das quadras em frente a essas, na Rua Júlio de Castilhos, formam a área tombada da Casa de Cultura (Figura 57). Essa área é um perímetro de proteção tombado pelo IPHAE, em que limita as alturas das edificações do seu entorno. Para a intervenção, no entanto, optou-se pela adição das duas quadras acima da Rua Francisco Oscar Karnal, estabelecendo o perímetro do Centro Histórico até a Rua Santos Filho. A decisão em incluir essas duas quadras teve como base abranger uma parcela do Parque Professor Theobaldo Dick, importante espaço aberto para a cidade e para as dinâmicas de convivência. Esse espaço irá fazer parte do sistema de espaços abertos previstos para o centro, se conectando aos demais espaços, bem como agregar a valorização histórica e cultural a esse, estando próximo de equipamentos importantes do centro.

Figura 56: Vias estruturantes do Centro.



Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

Figura 57: Centro Histórico definido pelo Plano Diretor Municipal.



Fonte: *Snazzy Maps*, Plano Diretor Municipal, adaptado pela autora (2020).

O centro, apesar de possuir caráter comercial, é caracterizado por usos diversos, entre esses residenciais, serviços, institucional. As vias estruturantes têm influência direta nas características de cada área devido aos

equipamentos nelas instalados e pelos fluxos que comportam. A Av. Benjamin Constant, no seu trecho que passa pelo Centro, atualmente, é definida por serviços como consultórios e clínicas médicas, serviços autônomos,

estacionamentos, além do INSS, do Hospital Bruno Born, do Colégio Madre Bárbara e do Centro Comercial com a agência dos Correios e a Câmara de vereadores. A Rua Bento Gonçalves, por outro lado, admite restaurantes, padarias, alguns pequenos comércios, o Colégio Evangélico Alberto Torres - CEAT, além de agropecuárias e do supermercado STR. Já a Rua Júlio de Castilhos é considerada a principal via comercial do bairro, na qual encontram-se comércios varejistas (sobretudo vestuário, calçadista, joalherias e óticas), além de farmácias, agências bancárias, e a Biblioteca Pública Municipal e a Prefeitura Municipal. Na Orla, a Rua Osvaldo Aranha comporta o uso predominantemente residencial, contando apenas com dois restaurantes, uma indústria, um mercado, além da via possuir uma ciclovia e belvederes para apreciação do Rio. A característica das Av. Beira Rio e Rua Silva Jardim, que se encontram em frente à Praça Moreira

César, é predominantemente residencial e de serviços industriais. Além disso, a Av. Beira Rio também desempenha a função de via arterial, conectando o centro aos bairros da periferia sul. Ademais, as Rua Santos Filho, Rua Francisco Oscar Karnal e Rua Borges de Medeiros têm predominância residencial, com alguns poucos serviços como Igrejas ou Escolas, mas se caracterizam principalmente como via de passagem, que conectam os fluxos bairro-centro.

O centro possui, como citado anteriormente, grande diversidade de usos, além do comercial também percebe-se fortemente usos residenciais, de serviço, institucional e misto. Pode-se perceber que o uso residencial está mais concentrado à sudoeste; enquanto o uso comercial se localiza na rua Júlio de Castilhos e na Bento Gonçalves, mais predominantemente entre as quadras da Rua Francisco Oscar Karnal e Rua Santos Filho. O uso misto se caracteriza

Figura 58: Características das vias estruturantes do Centro Histórico.



Fonte: *Snazzy Maps*, Plano Diretor Municipal, adaptado pela autora (2020).

essencialmente por uma edificação com base comercial, estabelecendo relação direta com a rua, e os demais pavimentos de uso residencial. Os serviços são variados e se consolidam de forma mais espalhada, estando

presentes também na Rua Osvaldo Aranha, na orla. Por fim, os equipamentos de uso institucional, que são caracterizados por escolas e demais locais voltados à educação, além de igrejas, estão concentrados próximos à

Praça da Matriz, ao longo da Rua Bento Gonçalves. Há também uma escola de educação infantil na Rua Osvaldo Aranha e duas próximas ao Parque Professor Theobaldo Dick.

equipamentos de grande influência. No levantamento de equipamentos públicos (Figura 60), destaca-se desde administração municipal como prefeitura e secretarias, equipamentos de cultura

medicamentos do estado e agências da brigada militar e delegacia regional.

Figura 59: Usos do solo do Centro Histórico.



Figura 60: Equipamentos públicos na mesoescala.



Fonte: *Snazzy Maps*, Plano Diretor Municipal, adaptado pela autora (2020). Fonte: *Snazzy Maps*, Plano Diretor Municipal, adaptado pela autora (2020).

Em relação aos equipamentos do Centro, categorizou-se em equipamentos de caráter público e demais

e lazer como biblioteca pública e casa de cultura, até equipamentos de segurança pública como posto de saúde,

- 1 📍 Prefeitura Municipal
- 2 📍 Biblioteca Pública Municipal
- 3 📍 Casa de Cultura
- 4 📍 CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- 5 📍 CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
- 6 📍 STHAS: Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social
- 7 📍 Posto de Saúde Centro
- 8 📍 Medicamentos do Estado
- 9 📍 Cartório Eleitoral
- 10 📍 Agência de Correios e Câmara de Vereadores
- 11 📍 Delegacia de Polícia
- 12 📍 CDL: Câmara de Dirigentes Lojistas de Lajeado
- 13 📍 SED: Secretaria de Educação
- 14 📍 Ministério do Trabalho - Sub-delegacia
- 15 📍 Brigada Militar
- 16 📍 Defensoria Pública Estadual de Lajeado
- 17 📍 Colégio Estadual Presidente Castelo Branco (Castelinho)
- 18 📍 EMEI: Escola Municipal Risque Rabisque

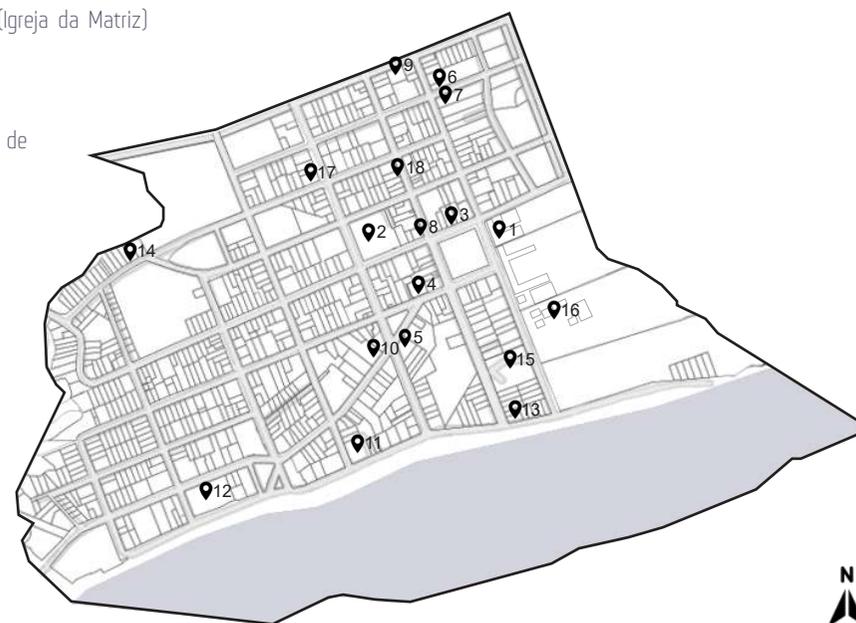
Dentre os equipamentos de maior influência da área (Figura 61), destaca-se algumas casas noturnas já consolidadas como a Sprints Lajeado (05) e a Magic Danceteria (17); supermercados, como a Rede Super (13) e o STR (08), agências bancárias, escolas, bem como a Paróquia Santo Inácio de Loyola, localizada em frente à Praça da Matriz. Na Rua Osvaldo Aranha, paralela à orla, destaca-se

também equipamentos como o Restaurante do Barranco (15) e a indústria Vinagres Prinz (11) que atraem movimento para essa via. Os espaços abertos mais influentes do centro histórico são abordados em um levantamento separado.

Os espaços abertos (Figura 62) identificados no centro histórico foram divididos em categorias para melhor reconhecimento da área. Seguindo a denominação abordada no levantamento da SEPLAN, as categorias foram definidas em parques e praças, e em

Figura 61: Equipamentos de maior influência da mesoescala.

- 1 📍 Paróquia Santo Inácio de Loyola (Igreja da Matriz)
- 2 📍 Colégio Madre Bárbara
- 3 📍 Cachorião Carmelito e Beto
- 4 📍 Casa Noturna: Sprints Lajeado
- 5 📍 Associação Comercial e Industrial de Lajeado (ACIL)
- 6 📍 ARLA Cooperativa
- 7 📍 Supermercado STR
- 8 📍 Banco Santander
- 9 📍 Cooperativa Sicredi
- 10 📍 SESC Lajeado
- 11 📍 Vinagres Prinz
- 12 📍 Supermercado Rede Super
- 13 📍 Restaurante Barranco
- 14 📍 Casa Noturna: Agitus
- 15 📍 Casa Noturna: Magic Danceteria
- 16 📍 Espaço de Formação: Rede ICM
- 17 📍 SLAN: Sociedade Lajeadense de Atendimento à Criança e ao Adolescente
- 18 📍 Cooperativa Sicredi



Fonte: *Snazzy Maps*, Plano Diretor Municipal, adaptado pela autora (2020).

adição, destaca-se também os belvederes da orla do Rio Taquari. Foi possível identificar três praças (em cinza), as quais são a Praça da Matriz, Praça Gaspar Silveira Martins (conhecida como praça do chafariz) e a Praça Moreira César. Em relação a parques (em verde sólido), o perímetro de intervenção

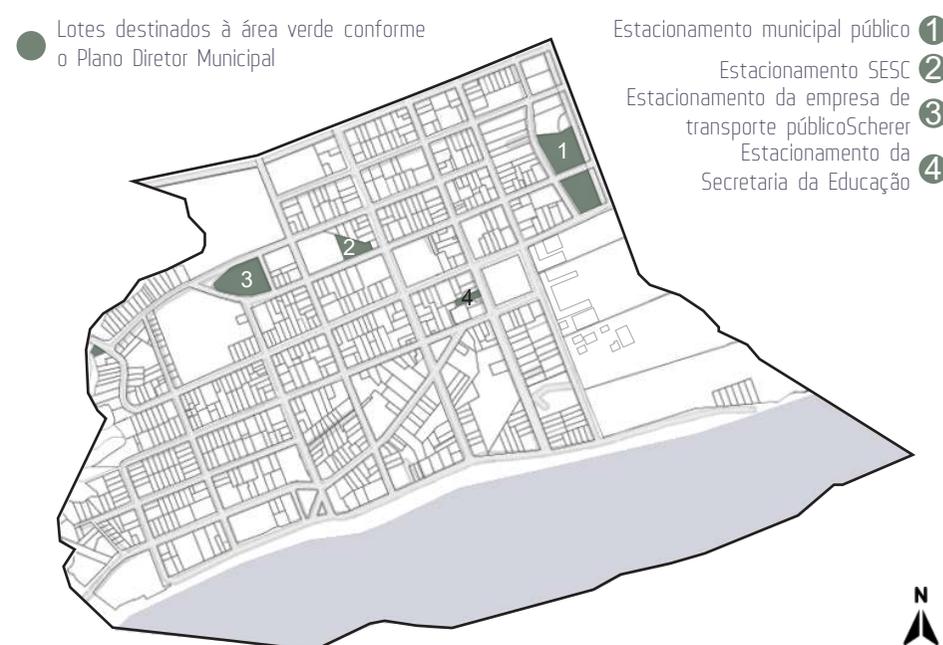
abrange uma parcela do Parque Professor Theobaldo Dick e a área destinada ao Parque Municipal (em fase de planejamento). Já a orla do Rio Taquari conta com dois belvederes, estando localizados em frente ao Restaurante do Barranco e das fábricas dos Vinagres Prinz.

A partir da análise do levantamento da Secretaria de Planejamento Urbano de Lajeado (SEPLAN) acerca dos lotes públicos destinados à área verde, pode-se identificar a presença de 6 lotes no Centro Histórico. Desses, quatro são utilizados atualmente como área de estacionamento.



Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

Figura 63: Lotes públicos destinados à área verde na mesoescala.



Fonte: Snazzy Maps, Plano Diretor Municipal, adaptado pela autora (2020).

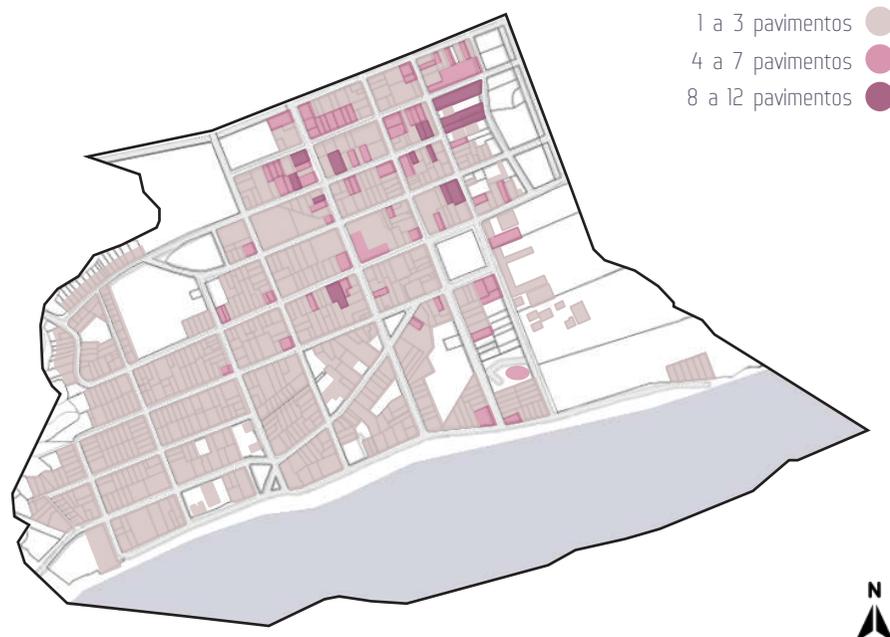
Em relação às alturas, pode-se observar que as edificações são predominantemente baixas, possuindo entre um e três pavimentos, em sua maioria. A segunda altura mais predominante é de quatro a sete pavimentos, na qual a maioria das edificações está localizada ao norte,

juntamente com algumas edificações de oito a doze pavimentos. Não foi identificada nenhuma edificação com mais de doze pavimentos no centro histórico.

Para poder analisar o perfil socioeconômico do centro histórico, observou-se as edificações nas áreas

com maior presença de residências. A partir disso, dividiu-se essas áreas em quadrantes, totalizando quatro perfis distintos (Figura 65).

Figura 64: Alturas das edificações na mesoescala.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

Figura 65: Perfis socioeconômicos de acordo com as edificações.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).



O perfil A (rosa escuro) está alocado mais ao norte do centro histórico, entre as ruas Bento Gonçalves, Santos Filho, Júlio May e Av. Benjamin

Constant. Esse perfil representa tipos de residenciais e equipamentos com um padrão mais elevado, demonstrando que essa área atualmente é mais favorecida. Isso pode ser interpretado como um reflexo da localização, uma vez que essa parte do Centro está mais afastada das áreas críticas de cheias, o que influencia no investimento imobiliário. O perfil B (rosa claro) parte da Praça da Matriz, se estende ao longo da Rua Silva Jardim e vai até a orla e a Praça Moreira César. Nesse, é possível visualizar a presença de edifícios mais simples do que os presentes no perfil A, mas ainda em bom estado. A posição do perfil socioeconômico C (laranja) está em uma área mais vulnerável, e de característica industrial e de serviço mais marcante. As residências são mais simples e possuem uma característica estratégica em comum: o andar térreo é caracterizado por uma garagem ou cômodo que pode ser alagado, uma vez que essa área pode sofrer com enchentes em épocas

de cheias. As casas do perfil D, localizado no popularmente conhecido “cantão do sapo”, possuem a mesma estratégia das residências do perfil C, mas estão em situação mais precária. Pode-se observar que não recebem manutenção e algumas estão inacabadas, sem os revestimentos adequados para a aumentar o período de vida edificação. Isso, aliado às enchentes que atingem essa região, deterioram as edificações constantemente sem perspectiva de possibilitar a finalização dessas construções.

As massas vegetais são também importantes em relação às cheias, uma vez que possuem o solo permeável. Devido à área de intervenção possuir consideráveis cursos d’água, como arroios e o Rio Taquari, há também áreas de preservação permanente (APP). As APPs identificadas estão presentes ao longo das margens do Rio Taquari e dos Arroio do Engenho e Arroio Encantado. Ademais, há também a presença de

algumas massas vegetais próximas à orla, nas quadras entre as Rua Bento Gonçalves, Rua Júlio de Castilhos e Av. Benjamin Constant. Nos espaços abertos, como a Praça da Matriz e Praça Moreira César - em frente à EMEI Risque Rabisque -, as vegetações estão presentes.

Acerca dos patrimônios culturais, Figura 66: Massas vegetais na mesoescala.



Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

aborda-se alguns edifícios importantes no Centro Histórico. Pretto (2011) explana o Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul, realizado no ano de 1992 pelo IPHAE, no qual listou-se 35 imóveis de Lajeado. Dentre esses, alguns sofreram com a deterioração e não existem mais. Isso posto, pode-se inferir a presença de 16 imóveis no Centro

Histórico, sendo um deles a Casa de Cultura (01), patrimônio tombado em 1984 (PRETTO, 2011; IPHAE, 2018).

IMÓVEL TOMBADO:

- 1 Casa de Cultura (1900)

IMÓVEIS INVENTARIADOS:

- 2 Rua Borges de Medeiros, 370 (1940)
- 3 Rua Borges de Medeiros, 342 (1930)
- 4 Rua Júlio de Castilhos, 344 (1940)
- 5 Rua Júlio de Castilhos, 364 (1926)
- 6 Rua Silva Jardim, 150 (1932)

Figura 67: Patrimônios culturais: tombados, inventariados e propostos.



Fonte: Snazzy Maps, Pretto (2011), adaptado pela autora (2020).

IMÓVEIS INVENTARIADOS:

- 7  Rua Silva Jardim, 174 (1930)
- 8  Rua Silva Jardim, 197 (1945)
- 9  Rua Silva Jardim, 364 (1920)
- 10  Rua Borges de Medeiros, 487 (1920)
- 11  Rua Borges de Medeiros, 400 (1930)
- 12  Rua Borges de Medeiros, 388 (1925)
- 13  Rua Borges de Medeiros, 350 (1930)
- 14  Rua Júlio de Castilhos, 481 (1910)
- 15  Rua Júlio de Castilhos, 452 (1930)
- 16  Rua Osvaldo Aranha, 785/801 (1930)

IMÓVEIS PROPOSTOS PARA LISTAGEM EM INVENTÁRIO:

- 17  Rua Silva Jardim, 276 (estimada 1920-1930)
- 18  Rua Silva Jardim, 185 (estimada 1920-1930)
- 19  Rua Silva Jardim, 135 (estimada 1930-1940)
- 20  Rua Silva Jardim, 96 (estimada 1930-1940)
- 21  Rua Silva Jardim, 24 (estimada 1920-1930)
- 22  Rua Júlio de Castilhos, 284 (estimada 1930-1940)
- 23  Rua Júlio de Castilhos, 334 (estimada 1930-1940)
- 24  Rua Borges de Medeiros, 263 (estimada 1930-1940)
- 25  Rua Borges de Medeiros, 235 (estimada 1920-1930)
- 26  Rua Borges de Medeiros, 225 (estimada 1920-1930)
- 27  Rua Bento Gonçalves, 291 (1907)
- 28  Rua Júlio de Castilhos, 630 (estimada 1920)





O imóvel 02, localizado na Rua Borges de Medeiros, nº 370, tem sua datação estimada de 1940, e pertencia à família Schneider, após ser adquirido pelo Governo do Estado, passou a funcionar como sede da Secretaria Municipal de Educação. No imóvel 03, localizado em

frente ao 02, funcionava a Antiga Estação Rodoviária de Lajeado, e tem sua datação em 1930. O edifício 04 está localizado em frente à Praça da Matriz, teve sua construção datada em 1940, e foi um importante equipamento para a cidade, onde aconteciam bailes para toda a comunidade do Vale do Taquari. Nos lotes ao seu lado esteve sediado o sobrado de Fialho de Vargas, também denominado nos anos seguintes de Armazém de Secos e Molhados, tendo sido por fim demolido. A edificação da esquina da Rua Borges de Medeiros com a Rua Júlio de Castilhos (05) tem sua datação em 1926 e pertenceu à família Jaeger (PRETTO, 2011).

Por sua importância no desenvolvimento da cidade de Lajeado, a Rua Silva Jardim abriga ainda alguns imóveis da época, sendo esses os 06, 07, 08 e 09. Esses possuem datação de 1932, 1930, 1945 e 1920, respectivamente. A Rua Borges de Medeiros também foi de significativa importância para o

desenvolvimento da cidade, portanto abriga mais quatro imóveis, sendo esses os 10, 11, 12 e 13. Suas datações variam entre as décadas de 1920 e 1930, e todos receberam restaurações anos atrás. Os imóveis 14 e 15 estão localizados na Rua Júlio de Castilhos e são datados em 1910 e 1930, respectivamente, e atualmente sediam lojas de comércio varejista (PRETTO, 2011).

Por fim, o imóvel 16, localizado na Rua Osvaldo Aranha, na orla do Rio Taquari, é o imóvel conhecido como Casa Born. Pretto (2011, p. 50) ressalta que “neste prédio funcionou a agência do Deutsche Bank, Banco Alemão, na então Casa Comercial de Júlio Born. Posteriormente o prédio foi sede da empresa Transportes de Mudanças Pinguim Ltda”. No ano de 2013, quando já estava abandonada e tomada por dependentes químicos e moradores de rua, sofreu um incêndio e ficou em ruínas. O poder público projetava uma transformação do edifício histórico em

uma Casa de Artes, mas com o incidente de 2013, abandonou-se o projeto e a casa tem estado fechada desde então (KRÜGER, 2013).

3.1.3 A Orla do Rio Taquari

As orlas dos rios são repletas de potencialidades para estabelecer uma relação da vida urbana com as riquezas naturais. Na microescala, define-se como área de intervenção a via às margens do rio, as edificações ao longo dessa e áreas de espaço aberto como a praça e a área do parque municipal. A Orla do Rio Taquari, portanto, é delimitada pelos Arroio Encantado (esquerda), que desemboca do Arroio Saraquá, e Arroio do Engenho (direita). A via que se relaciona com as margens do rio e que está paralela a essas, é a Rua Osvaldo Aranha, a qual é objeto de estudo nessa escala.

Figura 68: Transição de escala: do Centro Histórico para a Orla.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

Figura 69: Limites microescala.



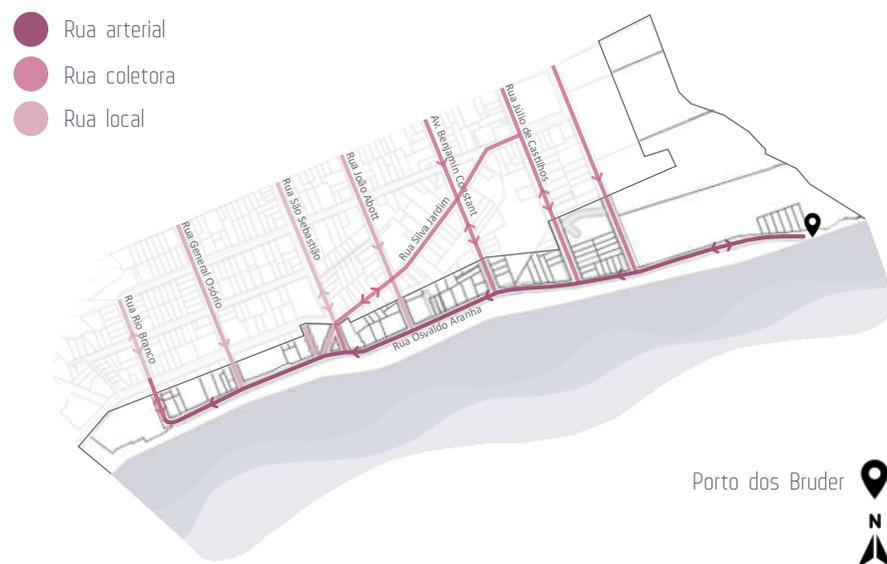
Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

Inicia-se essa análise da área com a hierarquia das vias, fluxos e acessos à Orla (Figura 70). Na microescala, a Rua Osvaldo Aranha desempenha o papel de via arterial, e em sua maior extensão possui sentido único. No trecho entre a Rua Bento Gonçalves e o Porto dos Bruder a via é utilizada em sentido duplo, uma vez que os carros vão até o porto

para descarregar barcos e outros equipamentos náuticos. As ruas que dão acesso à Orla são, em maioria, de caráter local, com exceção da Rua Júlio de Castilhos, Rua Bento Gonçalves, Av. Benjamin Constant e um trecho da Rua Sebastião, que atuam como coletoras. Essas vias formam a rota de acesso à Rua Osvaldo Aranha, quando a intenção

não é dirigir-se ao Porto dos Bruder. Dentre as vias locais, as Rua São Sebastião e Rua Rio Branco possuem sentido duplo, enquanto as Rua João Abbott e Rua General Osório sentido único, em direção à orla.

Figura 70: Acessos, hierarquia e sentidos das vias na microescala.



Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

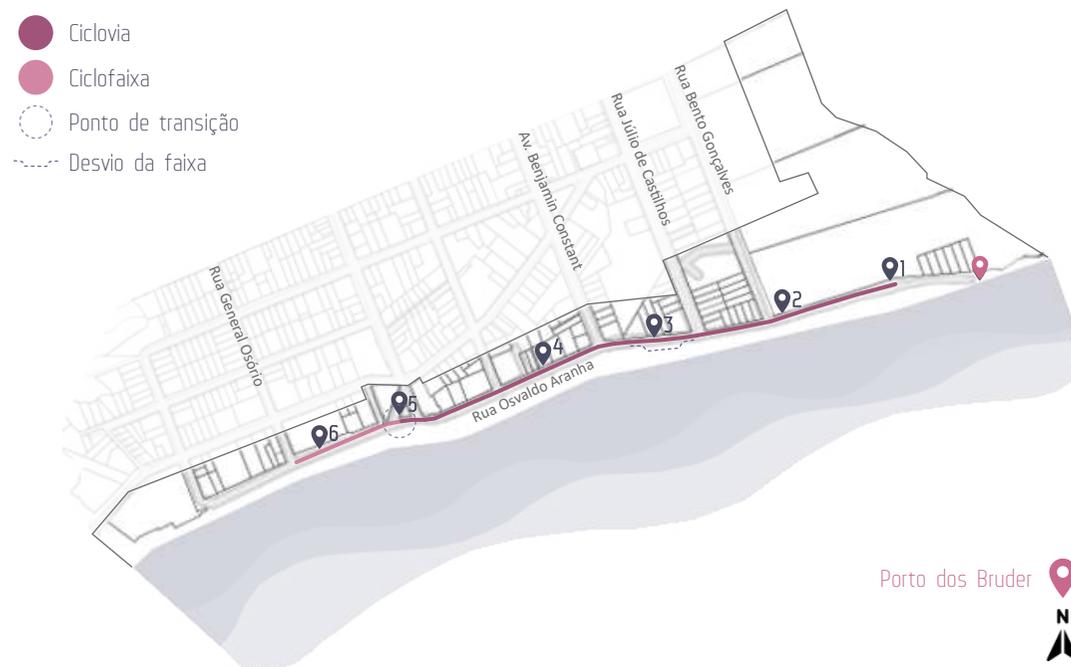
Figura 71: Fluxos e rotas na microescala



Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

Ainda sobre fluxos, destaca-se a ciclovia presente na Rua Osvaldo Aranha. Essa se estende com infraestrutura de ciclovia desde a entrada do Porto dos Bruder (1) até a Praça Moreira César (5), e segue como ciclofaixa até a Rua General Osório, com um gabarito menor. Entre as Rua Júlio de Castilhos e Av. Benjamin Constant, a ciclovia sofre um desvio (3), alterando o gabarito da via, mas mantendo o gabarito da ciclovia. A falta de manutenção é mais perceptível em alguns trechos, e pode-se observá-los principalmente na extremidade sudoeste.

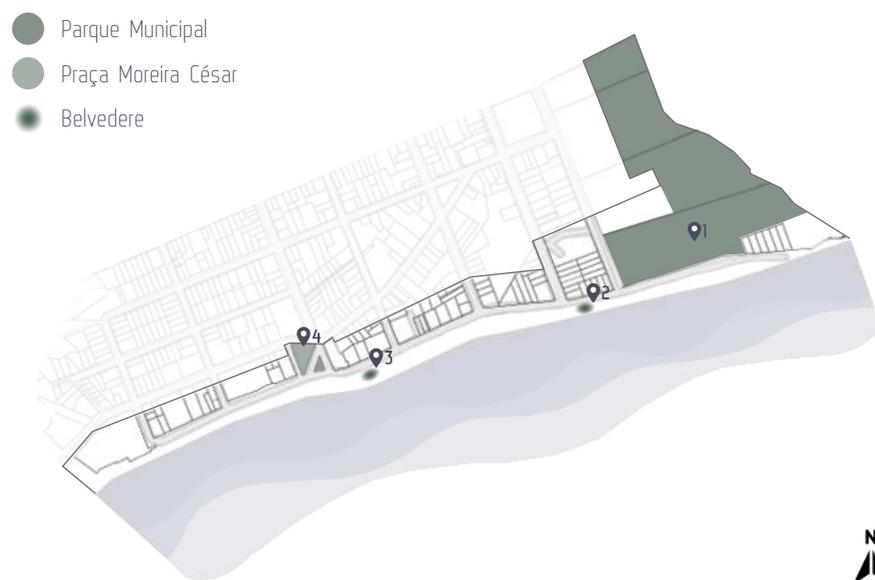
Figura 72: Sistema Cicloviário.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).



Figura 73: Espaços abertos na microescala.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).



Os espaços abertos da microescala consistem na área do futuro Parque Municipal, na Praça Moreira César e nos Belvederes. A área do porto pode ser considerado, em algumas vezes, um espaço aberto informal, uma vez que os espaços abertos formais são definidos, nesse projeto, como parques, praças e belvederes. Nesse caso, entretanto,

classifica-se o Porto dos Bruder como um equipamento, o qual é explorado no levantamento dos equipamentos da área.

As obras no Parque Municipal iniciaram na gestão do Prefeito Marcelo Caumo (2017/2020), com a abertura da via principal, continuação da rua Capitão Leopoldo Heineck, em janeiro de 2019. A via também terá um acesso para a

ponte seca, passando sobre o Arroio do Engenho e se conectando à BR-386, uma das entradas ao município. As obras tendem a se estender até o final do mandato de Caumo, considerando a finalização atual somente da via de acesso entre a orla e a Rua Bento Rosa (ASCOM LAJEADO, 2019).

Os equipamentos presentes na escala da orla, são, em sua maioria, de serviço ou comércio alimentício. O Restaurante Skinão (2) e o Restaurante Barranco (3), que estão localizados na quadra entre as Rua Bento Gonçalves e Rua Júlio de Castilhos, são os únicos equipamentos de serviço alimentício na área. No setor alimentício ainda, há o Supermercado Rede Vivo (13), localizado

próximo à extremidade sudoeste da orla. Próximo a ele há também outros equipamentos de serviço, além de industriais, o que caracteriza essa área como um setor mais voltado aos serviços.

O levantamento de uso do solo reforça a distribuição de equipamentos identificada no levantamento desses. Percebe-se, principalmente, o uso misto

(residencial e comercial) nas vias paralelas à Rua Osvaldo Aranha. O uso institucional (lilás), por outro lado, aparece com pouca frequência, sendo representado pelo Salão Comunitário da Montanha e pela EMEI Risque Rabisque. Conforme analisado nos equipamentos, e o que se reforça no levantamento de usos, percebe-se a caracterização da área sudoeste como industrial e de

Figura 74: Equipamentos da microescala.



Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

Figura 75: Usos do solo na microescala.



Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).



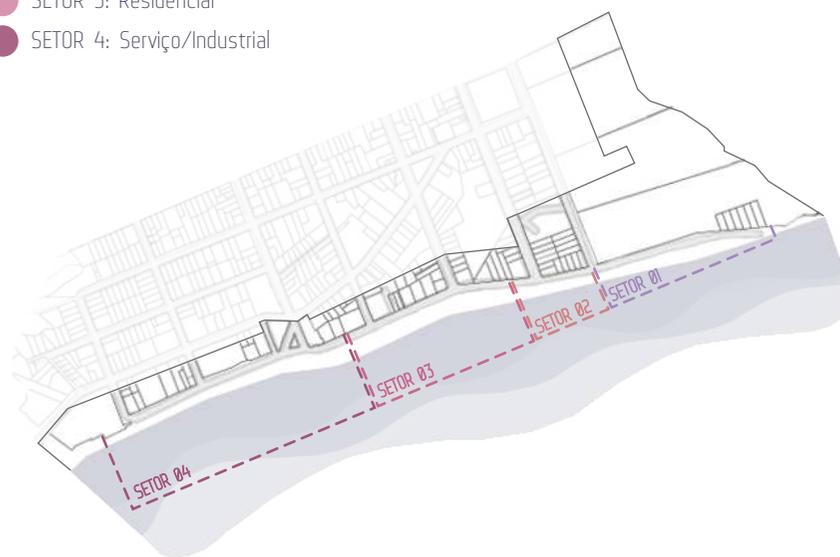
serviço (azul).

A partir da análise de usos e equipamentos, pode-se identificar a existência de setores ao longo da via Osvaldo Aranha. Conforme a setorização, pode-se perceber que na extremidade nordeste da via, no setor 01, concentra-se um uso mais recreativo, devido ao Porto dos Bruder. A partir da observação no local, infere-se que esse é utilizado com considerável frequência durante os fins de semana, seja para esportes náuticos, ou para apreciação da vista. O porto também é o local de encontro para a ação do Viva o Taquari-Antas Vivo, conforme abordado no capítulo anterior. O setor 02 é caracterizado pela presença de restaurantes, possivelmente devido à sua proximidade com o porto, e é único setor que possui esses equipamentos. O setor 03 consiste, majoritariamente, em residências, tendo por vezes algum tipo de serviço, alocado juntamente com a habitação. Por fim, o setor 04 é

qualificado como o setor de serviço e indústrias. Nesse, identifica-se a presença de equipamentos como supermercado, indústria alimentícia e serviços de construção civil, o que caracteriza a área. Além desses, identifica-se também a presença da Praça Moreira César e da EMEI Risque Rabisque.

Figura 76: Setores ao longo da Rua Osvaldo Aranha.

-  SETOR 1: Recreação
-  SETOR 2: Comercial/Alimentação
-  SETOR 3: Residencial
-  SETOR 4: Serviço/Industrial



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

A partir do levantamento de alturas das edificações realizado, observa-se que há uma predominância de edificações entre 1 e 3 pavimentos. Há a presença de um edificação com 3 pavimentos, a Casa Noturna Magic, localizada na Rua Júlio de Castilhos. Ademais, observa-se duas edificações de 4 a 5 pavimentos, além de duas com mais de 6 pavimentos, que representam os edifícios mais altos da área.

3.2 Condicionantes legais e medidas globais

3.2.1 Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado (PDDI) (LAJEADO, 2006) é um dos instrumentos de política urbana, definido no Capítulo II, inciso III do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). De acordo com a divisão de setores censitários de Lajeado, na área de intervenção identifica-se os setores 01 e

Figura 77: Alturas das edificações na microescala.

-  1 pav.
-  2 - 3 pav.
-  3 pav.
-  4 - 5 pav.
-  mais de 6 pav.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

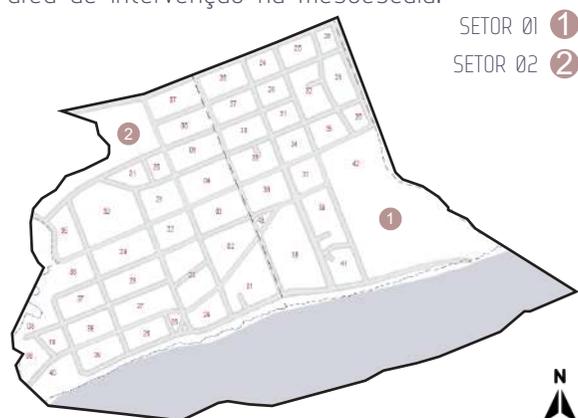
02. O primeiro se estende, dentro da área de abrangência, da Av. Benjamin Constant até o limite nordeste; enquanto o segundo inicia na avenida e continua até o limite sudoeste.

Referente à Outorga Onerosa do Direito de Construir, destaca-se o Art. 25, alínea c; além do Art. 127, ambos presente na Seção II:

“ Art. 125: A outorga onerosa do direito de contribuir poderá ser exercida nas seguintes regiões da cidade:
c) No setor 02, quadra 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39 e 40.
Art. 127: O Poder Público Municipal poderá autorizar a alteração do uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, sempre por lei específica, no setor 02, quadras 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40, como forma de revitalizar a região antiga da cidade.

”

Figura 78: Setores censitários e quadras da área de intervenção na mesoescala.



Fonte: *Snazzy Maps*, PDDI (2006), adaptado pela autora (2020).

Conforme análise realizada do Zoneamento de Uso do Solo Urbano (LAJEADO, 2006, Anexo 01) pode-se identificar dois usos: Pólo de Comércio e Serviço (PCS) e Unidade Territorial Especial (UTE). O primeiro exerce o principal uso da área; enquanto o segundo está presente em 4 áreas somente, sendo essas o lote da Casa de Cultura, o lote do Colégio Madre Bárbara, e dois lotes públicos definidos pelo PDDI como lotes destinados a áreas verdes.

Conforme definição presente no PDDI (LAJEADO, 2006, Art. 75), caracteriza-se Pólo de Comércio e Serviço (PCS) “pela homogeneidade de uso, em que predominam as atividades comerciais ou de serviços”. As Áreas Especiais, encontradas na UTE, são classificadas em três incisos (I, II e III) do Art. 24: “I - Áreas de Interesse Público; II - Áreas de Interesse Urbanístico; III - Áreas de Interesse Ambiental”. As áreas de Interesse Público estão definidas em parágrafo único como locais previamente demarcados no zoneamento do uso do solo do PDDI, e são explanadas no Art. 30, incisos I ao V:

Art. 30: Áreas de Interesse Público são aquelas onde estão implantados equipamentos urbanos, programas e projetos governamentais, os quais, por suas características, não são passíveis de enquadramento no regime urbanístico estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, tais como:

I - centros administrativos e outros prédios destinados à administração pública, inclusive

instalações militares ou civis;

II - estádios, auditórios, parques, clubes, áreas particulares de recreação de grande porte;

III - equipamentos urbanos comunitários e de serviços ao público, inclusive prédios e instalações destinadas à televisão, à radiodifusão e telefonia fixa e móvel;

IV - terminais de transportes de passageiros, cargas ou abastecimento, inclusive instalações centrais de armazenamento ou comercialização atacadista;

V - cemitérios.

As definições das Áreas de Interesse Urbanístico são divididas nos incisos I, II e III do Art. 33, entre: “I - Áreas de Recuperação Urbana; II - Áreas de Indução ao Crescimento Urbano; III - Áreas de Contenção ao Crescimento Urbano”. As quais define-se, no Art. 34, como Áreas de Recuperação Urbana como “[...] objeto de planos e programas específicos de renovação e recuperação urbanística”, em que elenca-se os incisos I, II, III e IV:

- I - núcleos habitacionais carentes de estrutura de equipamentos urbanos;
- II - núcleos decorrentes de parcelamento clandestino do solo: irregulares, incompletos, abandonados ou carentes de equipamentos urbanos;
- III - núcleos deteriorados ou de sub-habitação;
- IV - áreas de densidade populacional rarefeita ou excessiva.

As Áreas de Indução ao Crescimento Urbano, definidas no Art. 35, são “[...] objeto de planos e programas indutores de ocupação e urbanização prioritárias, nas quais os investimentos privados objetivando eliminar os vazios urbanos, serão orientados pela instituição de Áreas Especiais de Indução ao Crescimento Urbano”. Conforme Parágrafo 1º, a sua identificação será realizada conforme critérios:

- I - a continuidade da área urbanizada;
- II - a infra-estrutura urbana implantada ou a viabilidade de sua implantação imediata sem ônus para o Município;
- III - a existência na área ou nas suas

proximidades de equipamentos comunitários adequados à sua demanda.

No parágrafo 3º ressalta-se que “nas glebas ou lotes de terrenos que permanecerem inocupados, após a caducidade do prazo de declaração da Área Especial de Indução do Crescimento Urbano em que estiverem inseridos [...]” será aplicado as alíneas “a” e “b” do inciso I, Art. 62:

- a) imposto territorial urbano progressivo para as glebas baldias, não parceladas na forma desta Lei;
- b) imposto territorial urbano progressivo, com alíquotas inferiores àquelas fixadas nos termos da letra “a” do inciso I deste artigo, para lotes baldios situados em glebas loteadas;

Por fim, as Áreas de Contenção ao Crescimento Urbano, explanadas no Art. 36, são caracterizadas como “áreas densamente povoadas, cuja ocupação acarretará extensão territorial urbanizada em proporções inadequadas às previsões do crescimento populacional”, conforme

índices demográficos de órgãos oficiais e de projeções do Sistema Municipal de Planejamento - SIMPLA. Nessas áreas é proibido, pelo parágrafo 2º do referido artigo, a implementação de edificações de habitações unifamiliares.

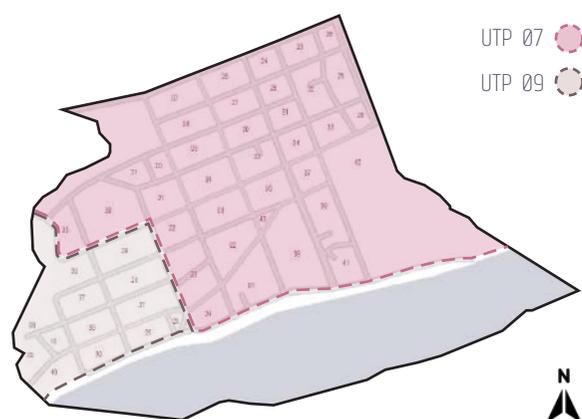
Referente às Áreas de Interesse Ambiental, define-se pelo Art. 37 como “espaços físicos que, pelas suas características, devam ter a sua ocupação e utilização reguladas, no sentido de conservar o patrimônio ambiental do Município”. As áreas de interesse ambiental dividem-se em: áreas de preservação permanente (APP), legisladas pelo Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012); e pelas áreas de interesse paisagístico e cultural. A segunda é definida pelo Art. 47, incisos I a IV, como:

- I - os bens de valor histórico e as manifestações culturais bem como os locais onde ocorram;
- II - as reservas e estações ecológicas;
- III - as áreas destinadas à proteção dos

- recursos naturais renováveis;
- IV - as paisagens notáveis;
- V - as localidades e os acidentes naturais adequados à prática do lazer ativo e passivo;
- VI - as localidades que apresentem condições climáticas especiais.

Nas áreas de interesse paisagístico e cultural, atenta-se para a preservação do visual urbano, do patrimônio natural e cultural; promoção de lazer, recreação e turismo; além da definição de normas e

Figura 79: Unidades Territoriais de Planejamento (UTPs) da área de intervenção.



Fonte: *Snazzy Maps*, PDDI (LAJEAOD, 2006), adaptado pela autora (2020).

diretrizes específicas para essas áreas (LAJEADO, 2006, ART. 47-57).

Em relação às diretrizes para o uso do solo na área de intervenção, é preciso identificar a Unidade Territorial de Planejamento (UTP) e, posteriormente identificar os índices de aproveitamento (IA), taxa de ocupação (TO), altura das edificações (H) e recuos de ajardinamento (RC).

O Índice de Aproveitamento, conforme Art. 96, é o instrumento “que estabelece a relação entre as áreas máximas de construção permitidas e as áreas dos terrenos sobre os quais acedem as construções”. De acordo com definição no Art. 101, Taxa de Ocupação é o instrumento que “estabelece a relação entre as projeções horizontais máximas de construção permitidas e as áreas dos terrenos sobre os quais acedem as construções”. A Altura das Edificações, de acordo com definição prevista em Art. 105, é um dos critérios que estabelece “a relação entre as alturas máximas de

construção permitidas e os terrenos sobre os quais acedem as construções”. Em relação aos Recuos de Ajardinamento, conforme Art. 113, incisos I e I, define-se que esses asseguram:

- I - predominância dos elementos naturais sobre os de construção com vistas à valorização da paisagem urbana, nas áreas residenciais;
- II - predominância do pavimento e fluidez da circulação de pedestres, nas áreas comerciais e de serviços.

Analisando os dados estabelecidos pelo PDDI para a área de intervenção, pode-se explanar os índices conforme a UTP 7. Na UTP 9 não consta o uso do solo “Pólo de Comércio e Serviço”, portanto não será analisada.

Tabela 04: Unidade Territorial de Planejamento (UTP 7) com demarcação de Pólo de Comércio e Serviço e Unidade Territorial Especial.

		AT	IA	TO	H	RC
UTP 7	UTR	01	01	01	01	02
	UTRP	03	06	02	02	03
	UTM	05	02	02	02	02
	PCS	07	07	03	06	05
	UTCS ⁵	06 ⁵	02 ⁵	02 ⁵	02 ⁵	02 ⁵
	CCS	08	07	03	06	05
	UTE	09	10	06	07	01
	UTI	11	04	04	06	04

Fonte: Anexo 01 do PDDI (LAJEADO, 2006), adaptado pela autora (2020).

Juntamente com a tabela da UTP 7, o PDDI (2006) ressalta que “nos bairros, Centro e Americano exclusivamente, quando o zoneamento for Pólo de Comércio e Serviços, será utilizado o código 02 para a altura”. Na tabela de IA deve-se observar o Índice de Aproveitamento para cada uso, sendo o de UTE definido por estudos do SIMPLA. Na tabela, IR indica o índice para residências, ICS para comércio e serviço, e II para indústrias. Deve-se observar também as áreas inundáveis, que

conforme o PDDI, tem seus índices reduzidos em 2/3 do valor da tabela. Ademais, em casos de edificações de uso misto, 50% do pavimento térreo deve ser destinado ao uso comercial e os outros 50% para vagas de estacionamento, o que resulta na diminuição do IA 6 para 5.

Tabela 05: Índice de Aproveitamento (IA).

CÓDIGO	REGIME		
01	IR = 2,00	ICS = 1,00	II = 1,00
02	IR = 3,00	ICS = 3,00	II = 1,00
03	IR = 4,00	ICS = 6,00	II = 2,00
04	IR = 0,50	ICS = 1,00	II = 2,50
05	IR = 4,00	ICS = 2,00	II = 1,00
06	IR = 3,00	ICS = 3,00	II = 1,00
07	IR = 3,00	ICS = 6,00	II = 2,00
08	IR = 0,75 ⁴	ICS = 0,50	II = 1,00
09	IR = 4,00	ICS = 6,00	II = 1,00
10	ÍNDICE DEFINIDO MEDIANTE ESTUDO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO		

Fonte: Anexo 02 do PDDI (LAJEADO, 2006), adaptado pela autora (2020).

Na tabela 06 pode-se observar a Taxa de Ocupação (TO) conforme o tipo de atividade/uso estabelecido no lote.

Tabela 06: Taxa do Ocupação (TO).

TAXA DE OCUPAÇÃO			
CÓDIGO	REGIME		
01	TO = 2/3		
02	TO RESID. E MISTA = 3/4	TO COM. E SERV. = 2/3	TO INDL. = 2/3
03	TO RESID. = 2/3 TO COM. E SERV. MISTA E INDUSTRIAL S/RECUO = 2/3 TO COM. E SERV. MISTA E INDUSTRIAL S/RECUO DE FRENTE, MAS COM RECUO LATERAL DESDE O TÉRREO DE 1,5M = 3/4 TO COM. E SERV. MISTA E INDUSTRIAL C/RECUO MÍNIMO DE 2,00 M = 3/4 TO COM. E SERV. MISTA E INDUSTRIAL C/RECUO MÍNIMO DE 2,00 M DE FRENTE E COM RECUO LATERAL DESDE O TÉRREO DE 1,5M = 3/4 (Texto alterado pela Lei 7.865/07) TO COM. E SERV. MISTA E INDUSTRIAL C/RECUO MÍNIMO DE 4,00 M = 4/5 AS QUADRAS AO LONGO DAS RUAS: JULIO, BENJAMIN BENTO E PASQUALINI, PODERÃO OCUPAR 100% DO LOTE PARA SUBSOLO COM USO DE ESTACIONAMENTO		
04	TO RESID. E COM. E SERV. = 1/2 TO INDUSTRIAL = 2/3		
05	TO = 2/3 TO RESID. = 1/2 SOMENTE PARA UTRURAL (Texto alterado pela Lei 8.300/10)		
06	TAXA DEFINIDAS MEDIANTE ESTUDO DO SISTEMA DE PANEJAMENTO, RESPEITANDO UM MÁXIMO DE 1/2.		

Fonte: Anexo 03 do PDDI (LAJEADO, 2006), adaptado pela autora (2020).

Em relação às alturas permitidas, destaca-se os códigos 2 e 7, para Pólo de Comércio e Serviço (PCS) e Unidade Territorial Especial (UTE), respectivamente.

Tabela 07: Altura das Edificações (H).

CÓDIGOS	ALTURA DAS EDIFICAÇÕES
02	LIVRE, TODOS OS PRÉDIOS COM MAIS DE 3 PAVIMENTOS DEVERÃO MANTER A PARTIR DO 4º PAVIMENTO EXCLUSIVE, AFASTAMENTOS LATERAIS EQUIVALENTES A 2,00m (DOIS METROS) E A PARTIR DO 8º PAVIMENTO EXCLUSIVE, AFASTAMENTOS LATERAIS DE 0,50m (CINQUENTA CENTÍMETROS) PARA CADA PAVIMENTO ADICIONAL. <small>(Texto alterado pela Lei 7.865/07)</small> * PARA CONSTRUÇÕES NO RECUO DE FUNDOS, A ALTURA MÁXIMA SERÁ DE 5,00m (CINCO METROS), INCLUSIVE O TELHADO.
06	ALTURA LIVRE * PARA CONSTRUÇÕES NO RECUO DE FUNDOS, A ALTURA MÁXIMA SERÁ DE 5,00m (CINCO METROS), INCLUSIVE O TELHADO.
07	ALTURAS DEFINIDAS MEDIANTE ESTUDO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO. * PARA CONSTRUÇÕES NO RECUO DE FUNDOS, A ALTURA MÁXIMA SERÁ DE 5,00m (CINCO METROS), INCLUSIVE O TELHADO.

Fonte: Anexo 04 do PDDI (LAJEADO, 2006), adaptado pela autora (2020).

Ademais, explana-se a classificação do PDDI (LAJEADO, 2006, Art. 135, par. 1º) de que imóveis “[...] localizados em cota de nível inferior a 27,00 metros [...]” são considerados alocados em áreas sujeitas a cheias e inundações.

Isso posto, explana-se a tabela de Recuos de Ajardinamento (RC), que aponta os recuos para os dois usos do solo presentes na área de intervenção. Ademais, junto ao anexo, o PDDI (2006)

apresenta observações:

Nos terrenos fronteiros às linhas demarcatórias dos Pólos de Comércio e Serviço, Corredores de Comércio e Serviço e Unidades Territoriais de Comércio e Serviço, também poderão ser construídos prédios comerciais e mistos no alinhamento, observados os demais dispositivos de controle das edificações da respectiva Unidade Territorial de Planejamento.

O recuo de Fundos será de 1/10 da profundidade do lote e nunca inferior a 3 (três) metros.

Terrenos de esquina terão de prever além dos recuos acima, mais um recuo de ajardinamento de 1,5m.

Tabela 08: Recuos de Ajardinamentos (RC).

PADRÕES DE RECUOS PARA AJARDINAMENTO		
CÓDIGO	REGIME	
01	J = RECUOS DEFINIDOS MEDIANTE ESTUDO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E NUNCA INFERIORES A 4,00m.	
02	J = 4,00m	
03	JR = 2,00m (terrenos < ou = a 300m²)	JCS = 4,00m
	JR = 4,00m (terrenos > 300m²)	JI = 4,00m
04	J = 6,00m	
05	JCS = ISENTO DE AJARDINAMENTO	JR = 4,00m
06	J = 4,00m	
07	J = 8,00m	

Fonte: Anexo 05 do PDDI (LAJEADO, 2006), adaptado pela autora (2020).

Por fim, explora-se a Seção IV do PDDI (LAJEADO, 2006), referente às

Operações Urbanas Consorciadas (OUC), na qual o Art. 129 estabelece que é de responsabilidade do Poder Público Municipal a aplicação dessas operações, com base em lei específica.

3.2.2 Planos Setoriais

Dentre os planos identificados do município de Lajeado, apresenta-se o decreto de pavimentação de passeios públicos, manutenção e recuperação das calçadas integrantes das vias públicas do município de Lajeado (LAJEADO, 2014); e a resolução do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Lajeado (CONDEMA Nº. 01, 2010) que dispõe sobre o Plano Diretor da Arborização Urbana de Lajeado. O Plano Municipal de Saneamento Básico de Lajeado, em vigor desde 2013, apresenta estudos que abordam a execução dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além da drenagem e manejo de águas pluviais.

Em relação às inundações recorrentes no município, apresenta as medidas abordadas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado. Atualmente o Plano de Mobilidade Urbana (PLANMOB) está em fase de concepção, tendo como previsão a sua aprovação em abril de 2021.

Em relação ao decreto de pavimentação de passeios público, ressalta-se que esse fornece informações como os elementos necessário em um passeio público, sendo esses abordados nos incisos I, II e III do Art. 3º, os tipos de pavimentação recomendados, bem como dimensões mínimas.

- I – MEIO FIO, CORDÃO OU GUIA: [...] que a separa da pista de rolamento, canteiros centrais, interseções, onde se torne necessário a ordenação do tráfego, cumprindo importante função de segurança, além de orientar a drenagem superficial;
- II – FAIXA ACESSÍVEL: área destinada à livre circulação de pessoas, desprovidas de obstáculos, elementos de urbanização (bancos, floreiras, postes de energia,

sinalização de trânsito, etc.), vegetação, rebaixamento de meio fio para acesso de veículos fora dos padrões de acessibilidade, ou qualquer outro tipo de interferência, permanente ou temporária; com dimensão mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

III – FAIXA DE URBANIZAÇÃO: área localizada junto ao meio fio, destinada à instalação de equipamentos, vegetação, arborização e outras interferências, tais como lixeiras, postes, sinalização, iluminação pública e eletricidade, rebaixamento de meio fio para acesso de veículos em edificações, dentre outros, distribuída longitudinalmente ao passeio, podendo ser descontínua, e a sua dimensão deve ficar entre o mínimo de 50 cm (cinquenta centímetros) e o máximo 80 cm (oitenta centímetros).

Em relação à arborização em passeios públicos, explana-se que o espaçamento entre mudas de vegetação, plantadas na faixa de urbanização, deve ser de no mínimo 6,00 metros, além da calçada possuir, no mínimo 1,50 metros de largura. Também determina-se que o canteiro para plantio da árvore deve possuir no máximo 50x50cm na faixa de

urbanização (DECRETO Nº 9.253, 2014, Art. 14).

Em relação às distâncias entre árvores e elementos da infraestrutura urbana, explana-se os incisos I a V do Art. 15:

- I – 5,00 (cinco) metros da esquina edificante e de pontos de ônibus;
- II – 5,00 (cinco) metros do semáforo;
- III – 2,00 (dois) metros das bocas de lobo, caixa de inspeção, hidrantes, acesso de veículos e faixas de pedestres;
- IV – no mínimo 2,00 (dois) metros de postes de iluminação com ou sem transformadores, de acordo com a espécie arbórea;
- V – junto ao meio fio viário na faixa de urbanização, conforme Anexo I, exceto em canteiros centrais;

As espécies indicadas para plantio em espaços urbanos são elencadas na resolução do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Lajeado (CONDEMA Nº. 01, 2010). Na seção II, destaca-se o Art. 14:

I - A árvore escolhida deverá estar de acordo com a largura da rua e da calçada, levando-se em conta seu porte quando adulta visando a não necessidade de podas constantes, para não interferir na arquitetura de sua copa;

II - Nas áreas residenciais, comerciais e em estacionamentos públicos recomenda-se o plantio de espécies que não comprometam as edificações, equipamentos públicos o sistema de drenagem, as redes de esgoto, o sistema de eletricidade, de telefonia e outros (redes aéreas e subterrâneas);

III - Nos canteiros centrais de avenidas, a vegetação a ser implantada deverá ser compatível com o espaço disponível;

IV - Nas ruas com largura igual ou superior a 14m, com recuo uniforme, será permitido o plantio de árvore de pequeno porte nas calçadas que possuem rede aérea. Na calçada do lado oposto, sem rede aérea, devem ser plantadas árvores de pequeno ou médio porte.

V - Nas ruas com largura inferior a 14 metros, sem rede aérea, somente será permitido o plantio de espécies de pequeno porte, respeitando os artigos anteriores.

3.2.3 Legislação Ambiental

No Brasil, a legislação ambiental

surgiu com a Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, para a qual criou-se o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) (AVELINO, 2016). Juntamente com o SISNAMA, determinou-se órgãos auxiliares e a criação de instrumentos para regulamentar e fiscalizar as leis ambientais. Dentre esses, destaca-se o Novo Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012), tendo revogado o Código Florestal Brasileiro, lei nº 4.771, de 1965; o Código Estadual do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2020); e o Código do Meio Ambiente de Lajeado (LAJEADO, 1996).

3.2.3.1 Código Florestal Brasileiro

O Novo Código Florestal Brasileiro é a lei federal que dispõem as diretrizes para proteção da vegetação nativa, bem como demais providências acerca da preservação ambiental. Destaca-se, do Capítulo I Art. 1º (BRASIL, 2012), os

incisos:

III: ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

IV: responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

V: fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

VI: criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

Os incisos reforçam a responsabilidade social do setor privado,

poder público e sociedade civil para com o cumprimento da lei, a fim de preservar o meio ambiente. Explana-se, também, o Capítulo X “Do Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente”, no qual observa-se alguns incisos que vão de encontro às diretrizes determinadas em projeto. Considerando-se a área de intervenção e a importância da preservação da flora e fauna definida em lei, destaca-se esses incisos para a proteção das massas vegetais, além das hidrografias presentes na área. Conforme o Art. 4º., o inciso I “pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente”, determina:

[...]

- b) a conservação da beleza cênica natural;
- c) a conservação da biodiversidade;
- d) a conservação das águas e dos serviços

hídricos;

- f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico;
 - g) a conservação e o melhoramento do solo;
 - h) a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito;
- [...]

Para fins de compreensão, define-se pelos incisos II, III e XIX, do Capítulo I, Art. 3º.:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

[...]

XIX - leito regular: a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano;

Acerca do leito regular, conforme Capítulo II, seção I, Art. 5º., parágrafo 4º.:

Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

Conforme o Capítulo II, seção II, Art. 7º, as vegetações presentes em APPs devem ser preservadas “[...] pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado”. Ademais, prevê-se no Art. 8º: “A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade

pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei”. Bem como no Art. 9º: “É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental”. Sobre atividades eventuais e de baixo impacto ambiental, no inciso X, destaca-se as alíneas:

- a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d’água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável;
- b) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;
- c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo;
- d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro;
- [...]
- g) pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos

previstos na legislação aplicável;

[...]

i) plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área;

Em relação às delimitações de APPs, considera-se a Seção I, Art. 4º, incisos I e II, do Capítulo II:

I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d’água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d’água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d’água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

[...]

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

3.2.3.2 Código Estadual do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul

O Código Estadual do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2020) tem por função, além de atender as leis dispostas pelo Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012), estabelecer diretrizes para a proteção ambiental estadual. Conforme o Título I, Art. 3º:

Para garantir um ambiente ecologicamente equilibrado que assegure a qualidade de vida, são direitos do cidadão, entre outros:

I - acesso aos bancos públicos de informação sobre a qualidade e a disponibilidade das unidades e dos recursos ambientais;

II - acesso às informações sobre os impactos ambientais de projetos e atividades potencialmente prejudiciais à saúde e à estabilidade do meio ambiente;

III - acesso à educação ambiental, como elemento essencial e permanente da educação estadual, em caráter formal e não formal;

IV - acesso às Unidades de Conservação e demais áreas legalmente protegidas de domínio público, resguardada a consecução do seu objetivo de proteção; e

V - opinar, na forma da lei, no caso de projetos e de atividades potencialmente prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, sobre sua localização e padrões de operação.

Parágrafo único. O Estado deverá dispor de bancos de dados públicos eficientes e inteligíveis com vista a garantir os direitos previstos neste artigo, além de instituir o Sistema Estadual de Informações Ambientais.

O Art. 15 explana os objetivos do planejamento ambiental, estando esses, de maior relevância e aplicação para a área de intervenção, nos incisos II, VII, VIII e IX. Do primeiro selecionou-se as alíneas: “e) aproveitamento dos recursos hídricos”; “i) patrimônio cultural, estadual, especialmente os conjuntos urbanos e sítios de valor ecológico”; “l) conservação e recuperação de florestas e demais

formas de vegetação nativa”.

À respeito dos incisos VII, VIII e IX, explicita-se:

VII - criar, demarcar, garantir e manter as Unidades de Conservação, áreas de sítios históricos, arqueológicos, espeleológicos, de patrimônio cultural, artístico e paisagístico e de ecoturismo;

VIII - incluir os aspectos ambientais no planejamento da matriz energética do Estado;

IX - reavaliar a política de transportes do Estado, adequando-a aos objetivos da política ambiental;

Acerca dos estímulos e incentivos, presentes no Capítulo II, aborda-se aqueles presentes nos artigos 22 e 23. Nesses, nomeia-se a criação das linhas especiais de crédito, além de “mecanismos de compensação financeira aos municípios que possuam espaços territoriais especialmente protegidos” (RIO GRANDE DO SUL, art. 23, 2020). No art. 158, presente no Capítulo V do Título III, consta “a autorização para construção de estruturas que resultem no

barramento de cursos d’águas naturais perenes dependerá da adoção de medidas mitigadoras quanto aos efeitos sobre a fauna silvestre aquática”.

3.2.3.3 Código do Meio Ambiente de Lajeado

O Código do Meio Ambiente do município de Lajeado (LAJEADO, 1996) estabelece, no Art. 24 do Capítulo II, que:

Toda a atividade que envolva projetos de engenharia civil, tais como, trabalhos de terraplanagens, aterros e escavações no Município, que impliquem na descaracterização da morfologia natural da área, deverá ser submetida à exame por parte do Departamento Municipal do Meio Ambiente-DMA, com posterior licenciamento.

Bem como reforça a proibição de corte de massas vegetais nativas, pelo Art. 28 e 30, no qual o primeiro proíbe “[...] o corte ou a destruição parcial ou total de essências florestais nativas no âmbito do Município sem a autorização

prévia do órgão florestal competente”; e o segundo proíbe “[..] o corte de formação florestal original ou em regeneração em área de preservação permanente, definidos em lei estadual e federal”.

Sobre as vegetações, ainda, define-se nos Art. 33, 34 e 35:

Art. 33 - Todas as árvores e vegetação plantada em logradouros públicos são considerados bens de interesse público e o corte somente será permitido após autorização expressa do Departamento Municipal do Meio Ambiente-DMA.

Art. 34 - Fica expressamente proibido destruir plantas ornamentais e flores de vias e logradouros públicos, ou apropriar-se das mesmas.

Art. 35 - A instalação de campings, áreas de lazer e similares dentro de área de preservação permanente, deverá ter prévia autorização do Departamento Municipal do Meio Ambiente-DMA.



PROGRAMA



4 PROGRAMA

4.1 Os eixos estruturantes

Os eixos estruturantes do projeto são as diretrizes principais que norteiam os pontos a serem priorizados no lançamento do projeto. Ao analisar a área e identificar as suas problemáticas e potencialidades, definiu-se seis eixos: Combate à Vulnerabilidade Social, Igualdade de Gênero no Direito à Cidade, Inovação Tecnológica: Smart Cities, Mobilidade Sustentável: a transição entre modais, Valorização da Cultura e História Local, e Acessibilidade Universal.

4.1.1 Combate à Vulnerabilidade Social

O primeiro eixo foi definido a partir das observações na área de intervenção foi o combate à vulnerabilidade social. No Centro Histórico, em especial na Praça da Matriz e na Orla, é possível observar a presença mais significativa de moradores em situação de rua. Além desses,

também observa-se, ainda que seja uma vulnerabilidade mais velada, os moradores do “cantão do sapo”, que possuem moradias em locais mais críticos de inundação. Nos últimos anos, além desses públicos, também observou-se a movimentação de imigrantes e refugiados nos arredores da Praça

Moreira César e Supermercado Rede Super.

Em relação à população em situação de rua, o abrigo da cidade, Abrigo São Chico, forneceu os relatórios de outubro de 2019 à fevereiro de 2020 que apresentam alguns indicativos quantitativos. Ao observar o quadro 03,

Quadro 03: Relatórios do Abrigo São Chico no período de outubro de 2019 à fevereiro de 2020.

MÊS	Nº DE PASSAGENS	GENÊRO	IDADE	COR	SAÚDE
OUT 2019	82	Feminino: 10 Masculino: 71 Transgênero: 1	18 a 39: 48 40 a 59: 32 60 ou mais: 2	Branco: 57 Preto: 12 Pardo: 13	Dependência química: 49 Alcoolismo: 33 Deficiência Física: 9 Transtorno mental: 9
NOV 2019	74	Feminino: 8 Masculino: 65 Transgênero: 1	18 a 39: 41 40 a 59: 31 60 ou mais: 2	Branco: 53 Preto: 7 Pardo: 13 Indígena: 1	Dependência química: 48 Alcoolismo: 8 Transtorno mental: 11 Deficiência Física: 7
DEZ 2019	70	Feminino: 4 Masculino: 66	18 a 39: 37 40 a 59: 30 60 ou mais: 1	Branco: 41 Preto: 7 Pardo: 21 Indígena: 1	Dependência química: 43 Alcoolismo: 9 Transtorno mental: 4 Deficiência Física: 6
JAN 2020	77	Feminino: 6 Masculino: 71	18 a 39: 49 40 a 59: 25 60 ou mais: 3	Branco: 45 Preto: 8 Pardo: 24	Dependência química: 52 Alcoolismo: 10 Transtorno mental: 61 Deficiência Física: 12
FEV 2020	65	Feminino: 5 Masculino: 60	18 a 39: 36 40 a 59: 26 60 ou mais: 3	Branco: 44 Preto: 8 Pardo: 13	Dependência química: 49 Alcoolismo: 11 Transtorno mental: 56 Deficiência Física: 8

Fonte: Abrigo São Chico (2019; 2020), adaptado pela autora (2020).

pode-se inferir que o público que frequentou o asilo nesse período é, majoritariamente, masculino, com idade entre 18 e 39 anos, e branco. Na declaração do estado de saúde, destaca-se que essas condições são, muitas vezes, cumulativas, o que significa que uma pessoa que passa pelo abrigo pode ter tanto dependência química de múltiplas drogas, quanto algum tipo de transtorno mental, por exemplo. Observa-se também que o número de passagens por mês varia entre 82 e 65, com uma média de 73,6 pessoa por mês.

Com esses indicativos, é possível traçar o perfil das pessoas em situação de rua e pensar políticas públicas para atender essa população.

Além da população moradora de rua, ressalta-se a presença de imigrantes na área central da cidade. Não foi possível identificar o quantitativo de imigrantes na área, contudo, percebe-se que esses instalaram-se entre os

bairros centro e Moinhos, em que o segundo é próximo da área central e possui duas grandes indústrias que empregaram grande parte dos imigrantes. Os imigrantes são um caso particular, uma vez que alguns deles são refugiados, e trazem consigo a cultura do seu país de origem. Para a plena inclusão dessa população na comunidade local e regional, espera-se integrá-los de forma representativa com programas que abordem culturas, idiomas e outros fatores importantes para proporcionar o sentimento de pertencimento ao local.

No capítulo anterior explanou-se os perfis socioeconômicos da área, que ressaltam a situação de vulnerabilidade em que os moradores do “Cantão do Sapo” encontram-se. As moradias em cotas alagáveis escancaram a alocação espontânea e popular, mas também ressaltam que essas famílias que ali residem estão expostas à uma situação além do controle humano: as cheias.

Unindo esses três públicos, tem-se

a caracterização da população mais socialmente vulnerável, seja essa vulnerabilidade em relação à moradia, condições de saúde ou ao acolhimento na comunidade.

Com esse eixo, busca-se a implementação de ações e programas com esse foco, dando visibilidade e possivelmente amenizando as deficiências sociais da área.

4.1.2 Igualdade de Gênero no Direito à Cidade

O segundo eixo aborda a igualdade de gênero no direito à cidade, o qual aborda o aspecto de segurança pública nos espaços abertos da área.

O contraste da desigualdade de gênero no âmbito urbano é percebido inicialmente nos cargos públicos. Considerando que a organização comunitária da sociedade é composta majoritariamente por mulheres, seja em movimentos sociais, ONGs ou mesmo em

cargos da prefeitura, é questionável porque somos tão pouco representadas no cargos hierarquicamente mais altos (CYMBALISTA; DE MENEZES CARDOSO; SANTORO, 2011). Em Lajeado, por exemplo, dentre os 15 vereadores, temos somente duas mulheres (CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO, sem data).

Unindo esse fator com a sociedade culturalmente machista e patriarcal em que vivemos, é esperado que as cidades e os espaços públicos não sejam pensados para fornecer segurança às mulheres. Ainda que a Constituição Federal (1988) defenda os direitos plenos a todos os cidadãos, a prática não a segue, sendo essa mutável de acordo com os comportamentos e interações sociais.

Para desenvolvimento e compreensão da atual situação da igualdade de gênero em relação à segurança pública nos espaços abertos da área de intervenção, elaborou-se dois formulários: um para o público masculino

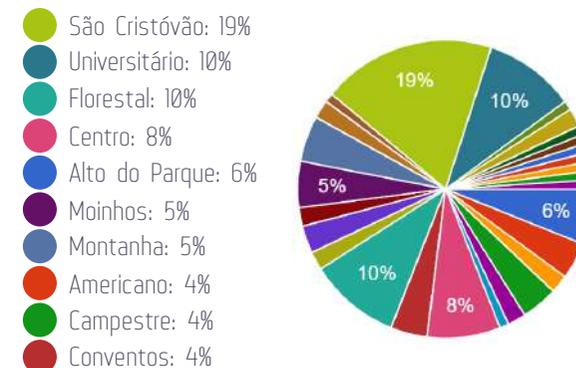
e um para o público feminino. Optou-se por separar os formulários entre os gêneros a fim de captar as impressões de ambos os públicos por diferentes perspectivas, o que ressalta essas distinções de gênero atuais. Ressalta-se que a pesquisa sobre segurança pública foi pensada inicialmente por meio de entrevistas *in loco*, a qual foi adaptada para o meio virtual devido à pandemia do Covid-19. Os formulários podem ser conferidos na íntegra nos Anexos 01 e 02.

A divulgação dos formulários, portanto, foi realizada pelos meios digitais, essencialmente pela rede social *Instagram*, nos perfis *A.Woman Art*, *Coletivo Juntas*, *Vale Diferença*, *Nosotras Coletivo* e *Volúpia Bar*. Ademais, também foi encaminhado para aplicativo de mensagens instantâneas e por *e-mail* para os estudantes de *Arquitetura e Urbanismo* da *Univates*. Evidencia-se que o público feminino foi amplamente mais atingido, tendo o total de 100 respostas,

enquanto o masculino teve apenas 26.

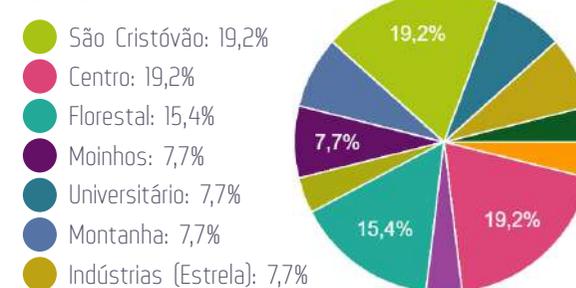
Inicia-se a análise das respostas dos formulários apresentando as características do público atingido.

Gráfico 01: Público feminino: bairros em que residem.



Fonte: da autora (2020).

Gráfico 02: Público masculino: bairros em que residem.



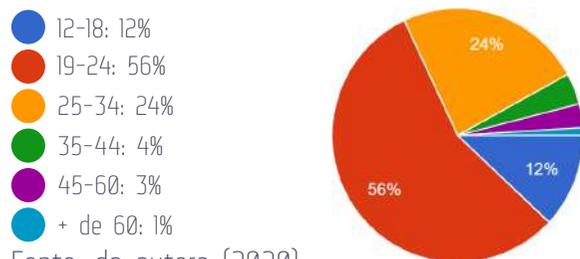
Fonte: da autora (2020).

Nos gráficos destacou-se os

bairros com maior porcentagem de residentes, e pode-se perceber que do públicopúblico feminino mais atingido , somente 8% residem no Centro. Enquanto que no público masculino, os residentes do Centro empatam com os do São Cristóvão em 19,2%.

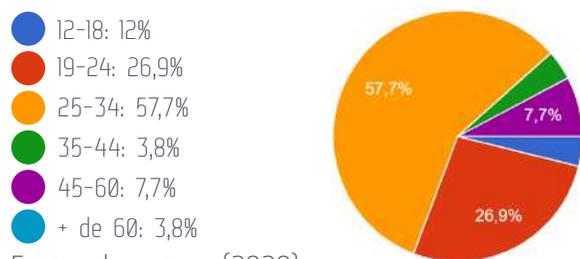
Em relação à faixa etária, percebe-se um alcance maior ao público jovem, o que também é em decorrência da forma como os formulários foram

Gráfico 03: Público feminino: faixa etária.



Fonte: da autora (2020).

Gráfico 04: Público masculino: faixa etária.



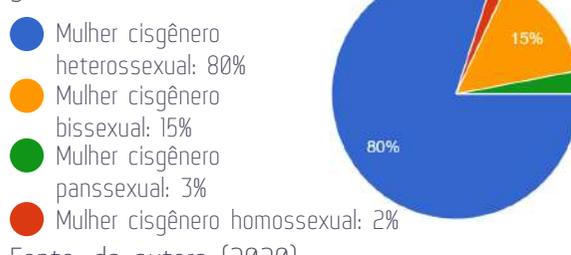
Fonte: da autora (2020).

divulgados.

Pode-se notar também que entre os homens, a faixa etária de “25 a 34” anos foi a mais contemplada, e a segunda foi de “19 a 24”, enquanto que no público feminino inverte-se essa ordem.

Ainda sobre a caracterização do público, questionou-se sobre a identidade de gênero de cada participante. Percebe-se em ambos públicos que cisgênero heterossexual foram mais atingidos, sendo seguidos no masculino por cisgênero homossexual, e no feminino por cisgênero bissexual. No público feminino também constou 3% de mulher cisgênero panssexual.

Gráfico 05: Público feminino: identidade de gênero.



Fonte: da autora (2020).

Gráfico 06: Público masculino: identidade de gênero.



Fonte: da autora (2020).

Por definição, cisgênero é aquele que se identifica com o gênero de nascimento, seja esse feminino ou masculino. E os termos menos conhecidos como bissexual e panssexual, são definidos como atração sexual por ambos os gêneros e atração sexual independente do gênero, respectivamente.

Sobre a identidade de gênero é importante destacar que as definições de gênero e sexualidade foram fornecidas para o público que respondeu o questionário juntamente com a pergunta.

Na sequência, aborda-se também as questões de segurança nos espaços públicos da cidade, principalmente nos

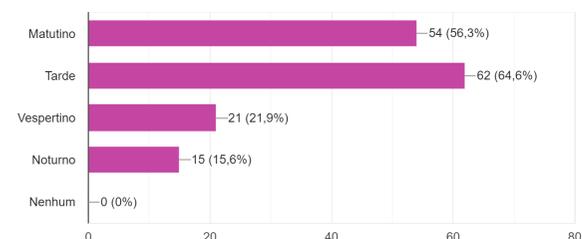
públicos da cidade, principalmente nos espaços abertos formais. O público feminino, quando questionado se utilizam os espaços abertos, bem como em quais turnos e porque utilizam, em sua maioria respondeu que frequenta pouco e que se sentem seguras dependendo do local e do horário.

Gráfico 07: Público feminino: Você se sente segura nos espaços abertos do Centro Histórico, incluindo a Orla do Rio Taquari?



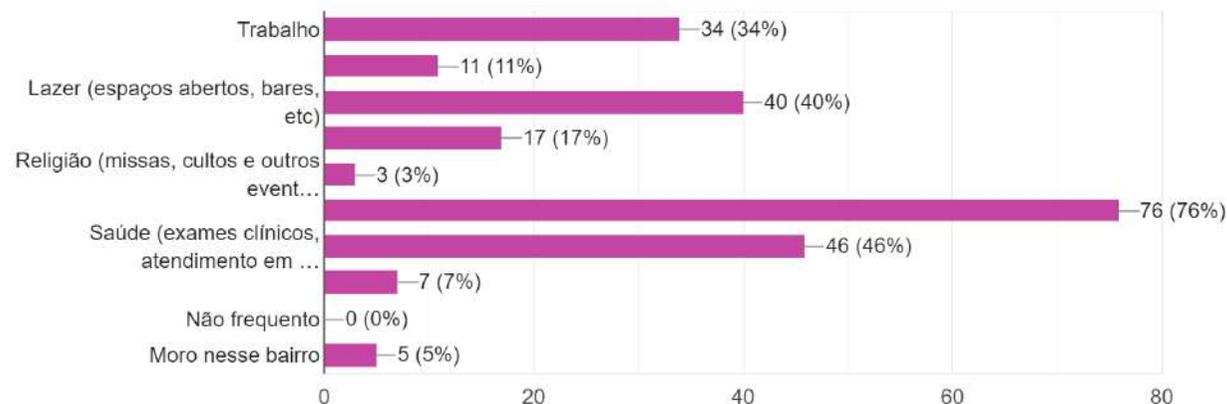
Fonte: da autora (2020).

Gráfico 08: Público feminino: Em qual turno você mais frequenta o centro?



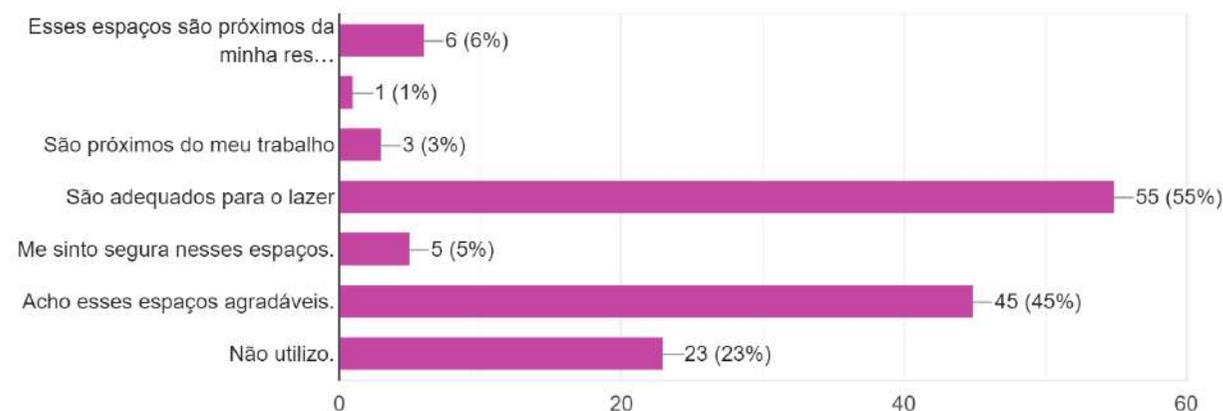
Fonte: da autora (2020).

Gráfico 09: Público feminino: Por qual motivo você frequenta o Centro?



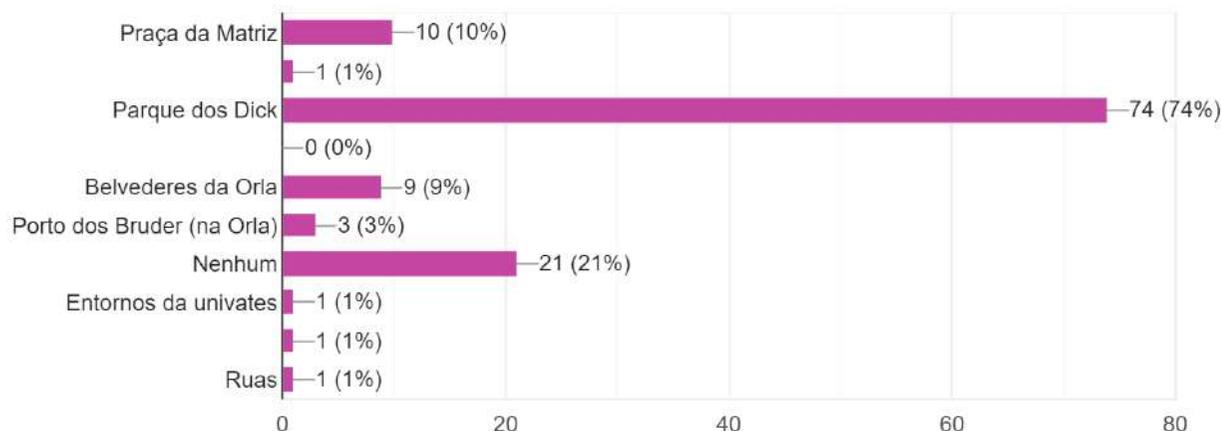
Fonte: da autora (2020).

Gráfico 10: Público feminino: Por quais motivos você utiliza os espaços abertos do Centro?



Fonte: da autora (2020).

Gráfico 11: Público feminino: Quais espaços abertos do Centro você frequenta?



Fonte: da autora (2020).

A partir da análise dos gráficos 09, 10 e 11, percebe-se que a maioria do público frequenta o Centro para comércio (76%) e serviços com saúde e exames em geral (46%). Na pergunta sobre os motivos de utilização dos espaços abertos, a opção mais marcada é “são adequados para o lazer”, com 55%, e a segunda é “acho esses espaços agradáveis”, 45%. Observa-se também que 23% das participantes não utilizam os espaços. Dentre os espaços listados no formulário, o espaço mais utilizado é

o Parque dos Dick, que também é o parque mais consolidado da cidade. Em segundo lugar a opção de “nenhum espaço aberto”, com 21%, e em terceiro a Praça da Matriz, com 10%.

Dentre as opções abordadas na pergunta sobre o que se considera importante para um espaço aberto ser considerado bom (seguro e eficiente), os que mais se destacaram são: iluminação adequada, com 94%, movimento de pessoas, 81%, locais para sentar e contemplar, com 69%, e locais para

realização de eventos da comunidade e valorização de pedestre e ciclistas acima de veículos motorizados, empatados em 50%.

No formulário do público masculino o espaço mais frequentado também é o Parque dos Dick, e o que é considerado essencial para um espaço seguro e eficiente, além da iluminação adequada que ficou com 92%, e movimento de pessoas, 80%, é a opção “local que atrai diferentes públicos”, com 80%.

Uma das últimas perguntas aborda o que falta nos espaços públicos de Lajeado para que o público os frequente. Dentre as respostas do público feminino, o que mais aparece é a consolidação dos espaços com a apropriação da comunidade. Para que isso aconteça, ressaltam a necessidade de investimento em iluminação pública, policiamento nas ruas, investimentos do poder público em infraestrutura adequada e adequação de equipamentos e usos que atraiam mais pessoas para

aqueles locais.

Dentre as sugestões do que mais poderia ser encontrado nos espaços públicos, as mulheres destacaram a presença de totens com informações sobre conscientização de gênero, raça e coletivos, estimulando o respeito a todos os públicos, bem como a exposição de números e medidas que podem ser tomadas em casos de perigo naquele local.

Nas respostas do público masculino, observou-se a divisão de opiniões, em que alguns ressaltam que esses locais já são seguros, o que reforça essa diferença de sensação de segurança entre os gêneros, e outros que acreditam faltar policiamento nas ruas para tornar os espaços agradáveis para a circulação das pessoas.

A partir das respostas desses formulários, tem-se conhecimento das percepções da população nos espaços da cidade, principalmente em relação ao gênero, que é objeto de estudo nesse

eixo estruturante. Com isso, pode-se estudar medidas e priorizar alguns elementos de infraestrutura do espaço público, como a iluminação adequada para oportunizar a utilização dos espaços em horários noturnos, e outros elementos que garantam a segurança integral da comunidade feminina. Nesse âmbito, ressaltar também a segurança necessárias para grupos mais fragilizados na sociedade, como mulheres da comunidade LGBTQIA+, mulheres negras, mulheres idosas e crianças.

O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e o Instituto Semeia lançaram, em maio de 2020, uma ferramenta para o planejamento de parques urbanos considerando os desafios da igualdade de gênero. O “Parques para Todas e Todos – Sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero” é uma ferramenta para “inspirar a construção de espaços mais diversos

a partir da inserção da perspectiva de gênero em parques urbanos, seja em sua implantação ou gestão” (UNOPS, INSTITUTO SEMEIA, 2020, p. 5). Essa ferramenta pode ser útil para a elaboração do projeto, na segunda etapa do Trabalho de Conclusão de Curso.

4.1.3 Inovação Tecnológica: *Smart Cities*

O terceiro eixo estruturante engloba o programa Pro_move Lajeado, fundamentado no conceito de *Smart Cities*, que foi apresentado no capítulo do Tema. Com a inovação tecnológica, pretende-se oportunizar desenvolvimento sustentável com a utilização de ferramentas de tecnologias da informação e comunicação (TICs).

A inovação tecnológica integra desde os tipos de geração de energia e aproveitamento de recursos naturais, até a compatibilização e economia de meios através de ferramentas apropriadas para

isso. Ademais, está presente no monitoramento dos fluxos de veículos do município, como exemplo a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) de Porto Alegre, que atua nesse âmbito. Em adição a isso, a adequação dos espaços públicos para a utilização desses não somente na situação atual da cidade, mas prevendo futuras intervenções e necessidades.

Figura 80: Diagrama do que o *Smart Cities* engloba.



Fonte: da autora (2020).

Leite (2012, p. 112) ressalta que o que caracteriza com maior ênfase os “sistemas locais de inovação marcados pelas novas dinâmicas tecnológicas e internacionais, são as inovações que ali são continuamente produzidas”. Na área de intervenção é possível identificar a presença desses sistemas de inovação, o Parque Tecnológico e Científico Univates - Tecnovates. Dentro do Tecnovates, tem-se a Incubadora Tecnológica Univates - Inovates, que fornece o espaço físico e os recursos necessários para “apoiar novos empreendedores na produção e prestação de serviços caracterizados pelo conteúdo tecnológico e pela inovação de seus processos e modelos de negócios” (INOVATES, sem data). O sistema de Incubação é composto por duas etapas, sendo essas a **Pré-Incubação**, período de qualificação e orientações gerais com duração de até 12 meses, e a **Incubação**, etapa de execução do plano de negócio, período

de até 36 meses.

Figura 81: Diagrama do etapas do sistema de incubação do Inovates.



Fonte: Inovates (sem data).

Com essas medidas e investimentos do poder público, em conjunto com o poder privado, pode-se pensar em cidades inteligentes que melhorem a qualidade de vida de todos moradores

Ao pensar as cidades para o futuro, espera-se a inclusão dos demais eixos em consonância com esse, integrando todos os interesses para uma

sociedade mais inclusiva.

4.1.4 Mobilidade Sustentável: a transição entre modais

De acordo com o eixo anterior, o quarto eixo estruturante do projeto busca dar visibilidade e oportunizar a utilização dos modais sustentáveis, colaborando para a transformação das cidades em lugares mais verdes.

Nos formulários aplicados com a população em relação à segurança pública, dedicou-se algumas perguntas que abordaram a mobilidade no Centro de Lajeado, buscando identificar os hábitos de locomoção dos usuários. Inicia-se, portanto, com os meios de locomoção utilizados para realizar o percurso da sua residência até o Centro. Nessa pergunta, tanto o público feminino quanto masculino marcou a opção “automóvel” como o meio de transporte mais utilizado, e em segundo lugar ficou a opção “a pé”. Para as mulheres, o

“ônibus” é o terceiro modal mais utilizado, com 14%, enquanto que os homens possuem a “motocicleta” como terceira opção, com 7,7%. Considerando que a segunda opção mais utilizada é “a pé”, pode-se começar a pensar como a infraestrutura para esse modal se encontra atualmente e se atende plenamente ao público. Nesse caso, considera-se não somente se os passeios públicos possuem acessibilidade e estão com manutenção em dia, mas também se são agradáveis de caminhar.

Jacobs em “Morte e Vida de Grandes Cidades” (2011[1961]), escreve que as calçadas não são somente um espaço de passagem para pedestres, assim como as vias não são somente para passagem de veículos. “As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais” (JACOBS, 2011 [1961], p. 29).

Gráfico 12: Público feminino: modais de locomoção da sua residência para o centro.

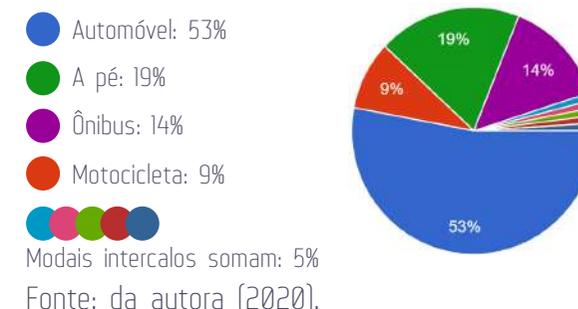
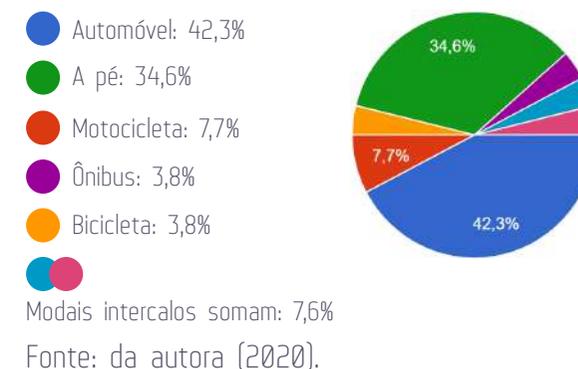


Gráfico 13: Público masculino: modais de locomoção da sua residência para o centro.



Ao analisarmos os gráficos, percebe-se a inexistente utilização da bicicleta pelo público feminino e somente 3,8% do público masculino a utiliza. Em contrapartida, um número significativo do público masculino se locomove da sua residência até o Centro a pé, e no

público feminino, ainda que seja menos expressivo, ainda ocupa o segundo lugar de modal mais utilizado.

Percebe-se, ainda, muito significativa a cultura do automóvel, em que prioriza-se o veículo motorizado privado em oposição aos demais modais. Para as cidades sustentáveis, a priorização principalmente de transporte público coletivo e transporte não motorizado, é essencial para o seu bom desempenho e diminuição da emissão de gás estufa. Em cidades europeias com altas densidades percebe-se a utilização de bicicletas e caminhada como meios de transporte nos centros das cidades (LEITE, 2012).

Além disso, Gehl (2013, p. 7) ressalta que as locomoções a pé, de bicicleta ou transporte público “[...] proporcionam acentuados benefícios a economia e ao meio ambiente, reduzem o consumo de recursos, limitam as emissões e diminuem o nível de ruídos”.

Ainda sobre os gráficos,

percebeu-se a sinalização de muitos usuários para a utilização de diversos modais dentro da cidade. Em Curitiba, cidade brasileira modelo em planejamento e mobilidade, a introdução de intermodais nos ônibus com espaço para alocação de bicicletas é o que aponta para as soluções de cidades do futuro. O programa de *BRT Bike*, desenvolvido em parceria pela URB e Secretaria Municipal de Trânsito, consiste em transportar a bicicleta dentro de ônibus, proporcionando a integração de modais de transportes (CHELI, 2016).

Figura 82: Espaço para alocação de bicicletas em transporte público.



Fonte: Cheli (2016).

Peixoto (2019, texto digital) explica que:

Os sistemas de transporte compartilhados são essenciais para a promoção da integração modal. Eles conferem flexibilidade e liberdade para que cada indivíduo possa combinar e utilizar os modais da maneira que melhor atendam suas necessidades.

Em adição, ressalta que a combinação dos modais é essencial para a acessibilidade universal aos meios de transporte e locais da cidade.

A intermodalidade (combinação eficiente entre diferentes modais de transporte) aumenta a acessibilidade, o conforto e a praticidade dos deslocamentos urbanos. Por exemplo, combinar a bicicleta com o transporte coletivo aumenta, em geral, cerca de 3 vezes os níveis de acessibilidade a um sistema de transporte, uma

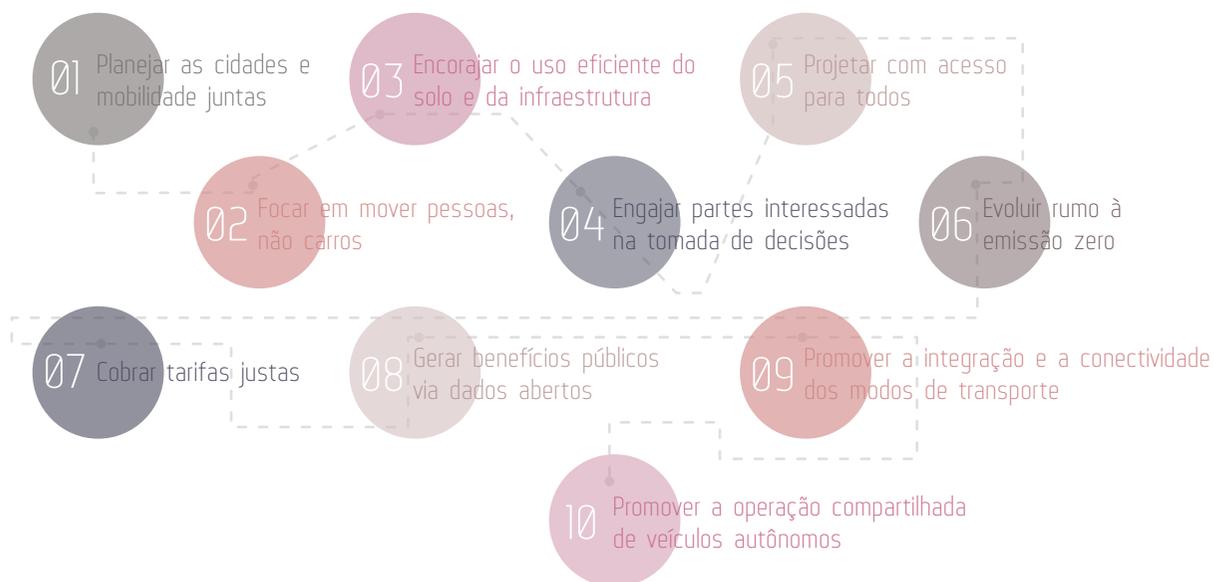
vez que uma pessoa de *bike* consegue percorrer a uma distância maior que um pedestre em cerca de 1 terço do tempo.

Para auxiliar na implementação do conceito de mobilidade integrada e sustentável, o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) lançou os 10 Princípios de Mobilidade Compartilhada para Cidades mais Humanas (MARQUES, 2017).

4.1.5 Valorização da Cultura e História Local

A valorização da cultura e história local é essencial para o reconhecimento da identidade local. Como problemática para esse eixo, ressalta-se a fragilizada abordagem das culturas locais, muitas vezes reforçadas no município de Lajeado para a cultura de imigração alemã e italiana, e excludente das

Figura 83: 10 Princípios de Mobilidade Compartilhada para Cidades mais Humanas.



Fonte: Marques (2017).

demais culturas presentes no Vale.

Com o quinto eixo estruturante do programa, pretende-se dar voz e visibilidade para as demais identidades do povo lajeadense, englobando os povos indígenas, a comunidade quilombola, a cultura mais recente trazida também por imigrantes e

refugiados que se molda às características do povo residente, e que se mutou quando esses passaram a ser parte dessa comunidade.

Ademais, reforçar a salvaguarda de edificações históricas para a preservação da paisagem e memória urbana do Centro Histórico. Assim como

a atuação em ações de educação patrimonial que conscientizem a população para a importância da preservação e registro de memórias e costumes.

Acerca da paisagem cultural, Berque (2012, p. 239) infere que:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas também é uma matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação - ou seja, da cultura - que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem de seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de codeterminação.

E para reforçar a premissa de que a cultura dos imigrantes e refugiados para a cidade é essencial para a definição da paisagem e da cultura local,

Tosco (2009, p. 91) reforça que “as paisagens do passado e seus significados são identificadas e discutidas também a partir das suas marcas na situação presente”.

4.1.6 Acessibilidade Universal

O último eixo estruturante do programa aborda a acessibilidade universal, que vai de encontro com todos os eixos anteriores, mas principalmente com o de vulnerabilidade social, igualdade de gênero e mobilidade sustentável. Nesse último, destaca-se o 5º princípio do manual de 10 Princípios de Mobilidade Compartilhada para Cidades mais Humanas: Projetar com acesso para todos (SHARED MOBILITY PRINCIPLES, 2017).

Nós promovemos a equidade. Os acessos físico, digital e financeiro a serviços de transporte compartilhados são bens públicos

valiosos e precisam de um desenvolvimento inteligente para garantir que o uso seja possível e acessível a todas as idades, gêneros, faixas de renda e habilidades.

Além disso, priorizar o planejamento de infraestruturas que comportem todos os públicos, permitindo a apropriação social sem exclusão de grupos ou culturas. Com o estudo de ferramentas de planejamento urbano, promover espaços atrativos e qualificados para a população, em especial para idosos, crianças e mulheres, além de racializar esses espaços para combater o racismo estrutural existente em nossa sociedade.

4.2 Organização do programa: as três escalas

O programa se organiza em três escalas de abrangência, iniciando com a macroescala, do município, seguindo com a meso, do Centro Histórico, e finalizando na micro, da Orla do Rio Taquari.

4.2.1 Macroescala: a cidade

Um projeto, tanto arquitetônico quanto urbano, é característico por intervir em uma parcela, seja essa um edifício ou uma área da cidade. Isso, entretanto, não exclui a importância da compatibilização desse projeto no contexto da cidade. Santos (2006, p. 14) ressalta que a cidade efetiva não é homogênea, portanto “não é propriamente um lugar, mas compõem-se de vários lugares”. Isso posto, define-se o programa da macroescala, que consiste na cidade com foco na área central, como um estudo do panorama

geral para que a intervenção na área do centro histórico não seja desconexa do contexto urbano. Tal decisão reforça a unidade do programa criado, no qual algumas estratégias e diretrizes podem ser adaptadas para outras áreas na cidade.

Assim sendo, para que haja a possibilidade de propor rotas cicloviárias

na meso e microescala, é necessário analisar o contexto urbano da macroescala, a fim de completar o circuito e conectar a área central com outras localidades da cidade. Uma vez identificados os macroatratores e pontos de conexão em potencial, é possível traçar rotas que conectam esses pontos e zonas (Figura 84).

Figura 84: Macroatratores, pontos nodais e infraestrutura cicloviária.



Fonte: *Snazzy Maps*, Prefeitura Municipal, adaptado pela autora (2020).

Pretende-se, posteriormente, com o estudo e proposta de corredores verdes e rotas cicloviárias da meso para a microescala, seja possível uma simulação de conexão dos espaços abertos e dessas infraestruturas com os demais espaços da cidade.

4.2.2 Mesoescala: o Centro Histórico

O Centro Histórico configura a escala intermediária, denominada mesoescala. Para essa, dividiu-se o programa de forma que se atendessem as diretrizes definidas para o projeto. Com a análise da área de intervenção e o levantamento de suas problemáticas, é possível propor medidas a fim de solucionar ou amenizar aquilo que desvaloriza a área e interfere negativamente na vida dos moradores. Para isso, dividiu-se as problemáticas identificadas na área em 3 categorias na mesoescala: Segurança e Vulnerabilidade

Social, Infraestrutura e Cultura.

Quadro 04: Diagnóstico e Prognóstico da mesoescala.



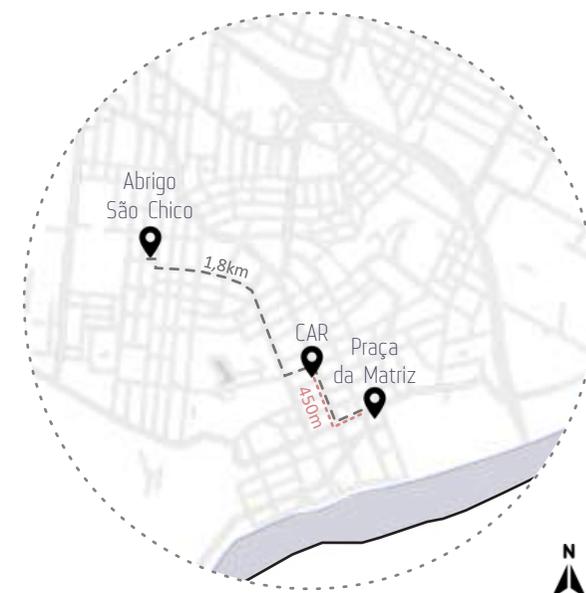
Fonte: da autora (2020).

Em “Segurança e Vulnerabilidade Social”, identificou-se três situações. No estudo dos níveis de cheias de Moraes et al (2006), nas Figuras 53 e 54, pôde-se perceber que grande parte da área de intervenção encontra-se em área de inundação, ainda que no “cantão do sapo” seja a área mais crítica, na cota 19. Isso comprova a presença de edificações em áreas alagáveis e o risco que isso representa tanto para a saúde da população, quanto para o tempo de vida das edificações. A partir disso, espera-se realizar um estudo de viabilidade para realocação dessas famílias para locais, dentro da área de intervenção, menos afetados pelas cheias. Com o levantamento de perfis socioeconômicos das edificações foi possível identificar que as moradias dessa região possuem estratégias a fim de minimizar os danos das cheias, mas ainda encontram-se em locais vulneráveis.

Também foi possível identificar, ao

transitar pela área, a presença de moradores em situação de rua, principalmente nas proximidades da Praça da Matriz. Apesar de haver um abrigo na cidade de Lajeado, o Abrigo São Chico, esse não consegue atender toda a população em vulnerabilidade social, devido ao número limitado de vagas, além de ser mais afastado da área central - cerca de 2 km de distância da praça -, o que dificulta o seu acesso. Assim sendo, pretende-se incluir na área de intervenção o Centro de Acolhimento Resignificar (CAR), abrigo voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade social, como imigrantes, refugiados e pessoas em situação de rua. O CAR é o trabalho de conclusão de curso de uma das alunas de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari - Univates, o qual está inserido na área da mesoescala, a cerca de 500m da Praça da Matriz.

Figura 85: Localização do Abrigo São Chico e distância da Praça da Matriz.



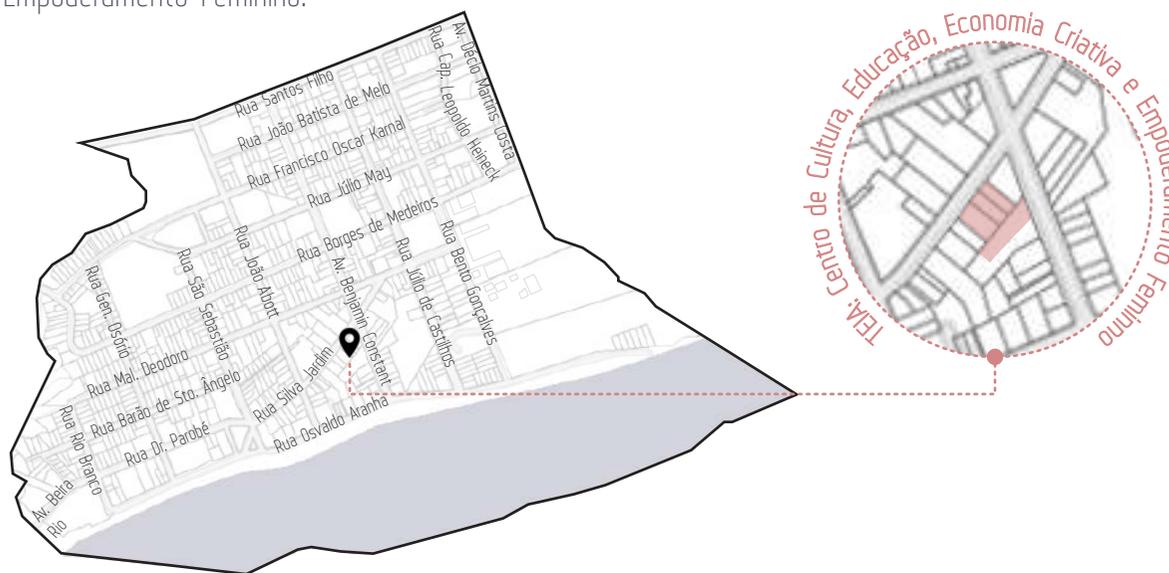
Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

Conforme observado nas respostas dos questionários, a maioria do público feminino que participou da pesquisa não se sente seguro em espaços públicos. Dentre os espaços listados, observa-se que aquele em que se sentem mais seguras é o Parque Professor Theobaldo

Dick, que também é o espaço com maior investimento. Outro aspecto observado nos levantamentos foi que os espaços públicos e vias são majoritariamente nomeados homenageando homens. Isso somente reforça a cultura machista e patriarcal em que vivemos, dando destaque para homens importantes, deduzindo, mesmo que de forma inconsciente, que as mulheres não exerceram a mesma importância. Tal afirmação pode parecer exagerada, mas quando trata-se de uma cultura instaurada na sociedade, até mesmo os pequenos gestos influenciam. A partir disso, espera-se dar mais representatividade às mulheres, inclusive mulheres negras, indígenas, e da comunidade LGBTQIA+¹. Ademais, valorizar e dar voz a mulheres da região com a inserção do TEIA: Centro de Cultura, Educação, Economia Criativa e Empoderamento Feminino, localizado próximo à Orla do Rio Taquari, outro trabalho de conclusão de curso do curso

de Arquitetura e Urbanismo da Univates.

Figura 86: Nomes das ruas e localização do TEIA: Centro de Cultura, Educação, Economia Criativa e Empoderamento Feminino.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

A segunda categoria é a de Infraestrutura, na qual elencou-se 5 deficiências. Conforme levantamento da mesoescala, observou-se a presença de lotes destinados à área verde, de acordo com o plano diretor municipal, que atualmente não são utilizados para esse fim. Isso, aliado aos espaços abertos do

centro que já possuem infraestrutura mas que ainda não são plenamente apropriados pela população, inspira a criação de um sistema de espaços abertos integrados, os quais pretende-se conectar por corredores verdes. Outra observação realizada na área é a falta de acessibilidade universal

¹ Sigla que representa o movimento político e social de inclusão de pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero. As letras significam: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Transexuais, Queer, Interssexo, Assexual. O sinal de "+" representa as diversas sexualidades e identidades de gênero. Disponível em: <<https://bluevisionbraskem.com/desenvolvimento-humano/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/>>

nos espaços abertos e passeios públicos, o que restringe a circulação de pessoas com necessidades especiais e idosas. Para que o sistema de conexão dos espaços abertos tenha êxito, esses devem ser seguros e acessíveis para toda população, bem como devem suprir as necessidades dos locais.

No levantamento da infraestrutura cicloviária percebe-se que as rotas não são completamente conectadas, o que dificulta a circulação e a utilização desse modal como transporte entre as localidades. Ao traçar as rotas e definir as vias que podem receber essa infraestrutura, com a adequação dos gabaritos dessas vias, incentiva-se o uso do transporte sustentável, além de tornar o espaço público mais eficiente e democrático. Ademais, pretende-se dar uso aos imóveis abandonados na área, possivelmente transformando esses em locais para suprir a necessidade de moradia, e quando não estiver em condições, substituir por novos.

Na última categoria, Cultura, destaca-se a proposta de inclusão de imóveis históricos no inventário do Rio Grande do Sul, conforme levantamento realizado na área de intervenção, além da implementação de políticas públicas que valorizem a história e cultura local. Em adição, realizar o estudo de adequação dos índices de H, IA, TO e RC no Centro Histórico, a fim de preservar a paisagem cultural da área.

O Pro_move, iniciativa promovida pelo poder público, setor privado, Universidade e comunidade civil, busca o desenvolvimento tecnológico regional, bem como o aprimoramento da qualidade de vida da população. Sua implementação iniciou no ano de 2019, com o treinamento e competição de projetos que empresas apresentaram, dos quais dois serão escolhidos para serem financiados, conforme apresentado na seção 4.2.5, do capítulo 2: Tema. Nesse âmbito, propõem-se a inserção de um polo criativo próximo à

Rota da Inovação, em frente à Praça da Matriz, que também vai de encontro com a valorização dos empreendedores locais. O COLAB: Centro de Incentivo a Iniciativas Criativas e Colaborativas, é também o trabalho de conclusão de curso de uma aluna da Arquitetura e Urbanismo da Univates.

Figura 87: Localização do CAR, TEIA e COLAB.



Fonte: *Snazzy Maps*, adaptado pela autora (2020).

4.2.3 Microescala: a Orla

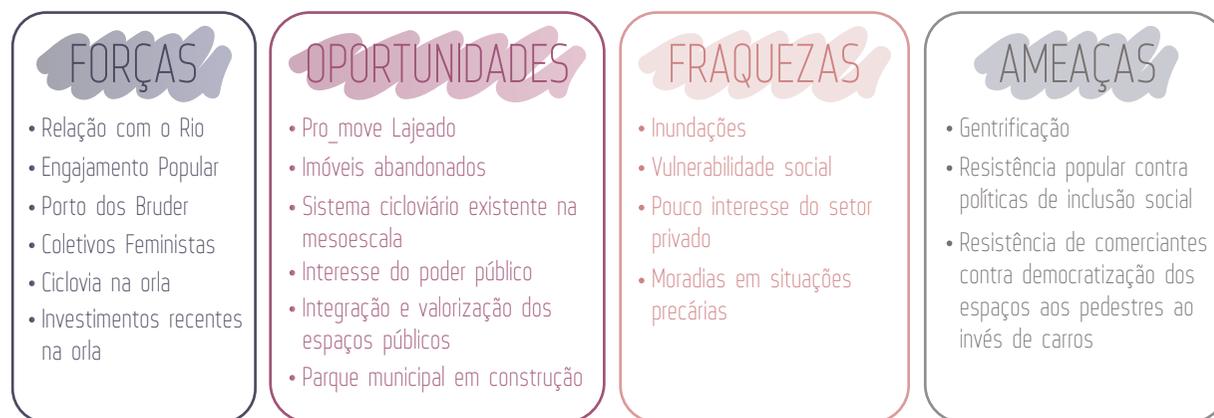
Para organização das diretrizes do projeto urbano, define-se a matriz FOFA. Essa matriz é composta por quatro categorias, em que cada letra representa as categorias: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Para a determinação da FOFA da SESMart, observou-se os levantamentos e as análises realizadas na área.

A partir da FOFA pode-se traçar os objetivos para a área, dentre os quais ressalta-se o projeto piloto do Parque Municipal, localizado ao lado da orla, próximo ao Porto dos Bruder. A área do parque, 6,5 hec, constitui cerca de 1/3 da área da microescala, e juntamente com a Praça Moreira César e com os Belvederes da orla, compõem o sistema de espaços abertos da orla. A praça, localizada em frente à uma escola de educação infantil, naturalmente possui um caráter maior de *playground*, com o

foco para as crianças. Possui também, atualmente, uma academia ao ar livre, o que atrai o público mais idoso do entorno. Devido a isso, espera-se que esse equipamento público seja acessível para tal público, o que não acontece plenamente, uma vez que está a 50 cm do nível da rua e com acessos por meio de escadas. Propõem-se, portanto, melhorias nos acessos para tornar esse espaço acessível para todos os públicos, sejam essas pessoas com deficiência (PcD), idosos, gestantes e/ou qualquer pessoa com algum tipo de limitação.

Acerca dos belvederes, destaca-se que dois deles receberam investimentos e foram reinaugurados no ano de 2016. Os investimentos do Belvedere em frente ao Restaurante Barranco e do Belvedere Aldino Aloísio Gallas incluíram a recuperação do pavimento de concreto, meio-fio, rede pluvial, instalação do guarda-corpo, bancos em concreto e madeira e luminárias e refletores para iluminação do local em todos os turnos

Figura 88: Matriz FOFA.



Fonte: da autora (2020).

(GRÜN via O INFORMATIVO DO VALE, 2016).

Em relação à infraestrutura, ressalta-se também a adequação da Rua Osvaldo Aranha e seus elementos. A infraestrutura cicloviária, que atualmente não está conectada à uma rota específica, recebeu alguns investimentos mas ainda necessita de melhorias. O gabarito da rua, em relação às faixas de rolamento, também demanda ajustes, de forma que passe a incentivar a utilização da via por pedestres e ciclistas. Com isso, aplicar os conceitos e elementos presentes nas ruas completas, estudando a sua aplicação em outras vias do centro histórico.

A interface entre as edificações e a via também será estudada a fim de valorizar a relação da rua com os equipamentos, propondo também fachadas ativas. Essas trazem mais segurança à rua e transformam as pessoas dentro dos equipamentos nos “olhos da rua” de Jacobs (2011[1961]).

Aliado a isso, propor novos usos e equipamentos, tornando essa via mais movimentada, com mais apropriação e, conseqüentemente, mais segura para utilização.

Na orla observa-se também a presença de áreas de preservação permanente (APP), o que limita um pouco a relação direta da população com o rio, com exceção do porto, onde encontra-se livre de vegetação. Isso, entretanto, pode ser utilizado como conscientização ambiental, ao educar a comunidade para a preservação do meio ambiente e das vegetações nativas, importantes nos ciclos da fauna e da flora. O Plano Diretor de Arborização Urbana de Lajeado também será utilizado para introdução de vegetação em espaços que atualmente carecem da flora, propondo espécies adequadas para a nossa região e espaços urbanos.

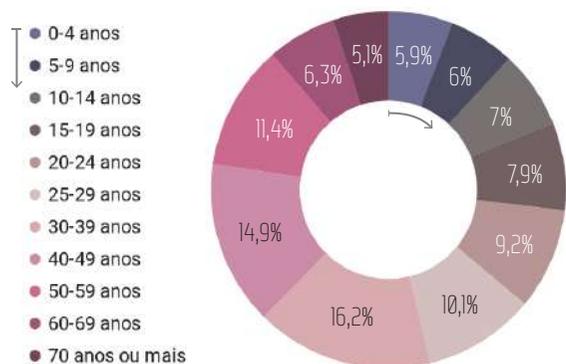
4.3 Influências de Pesquisa

Para traçar as estratégias e objetivos para a área é fundamental reconhecer e analisar os dados municipais, os quais tangem a diversidade racial da população, gênero e idade. Em seguida apresenta-se alguns dados de segurança pública, que desde o ano de 2019 vem diminuindo com a implementação do projeto Lajeado Pacto pela Paz, e dados da frota de veículos do município. Além disso, introduz-se o conceito de *Placemaking*, a ser exemplificado no capítulo de Referenciais.

4.3.1 Análise Comparativa de Dados Municipais

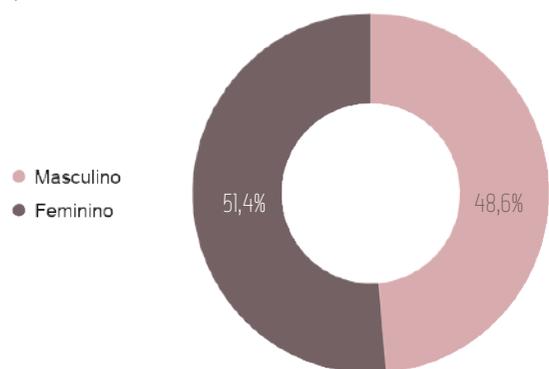
A população lajeadense, conforme o censo do IBGE (2010), é composta majoritariamente pelo público adulto (de 20 anos a 70 anos ou mais), o que representa 73,2% da população total.

Gráfico 14: Faixa etária da população.



Fonte: Censo IBGE (2010), adaptado pela autora (2020).

Gráfico 15: Relação entre os gêneros da população.



Fonte: Censo IBGE (2010), adaptado pela autora (2020).

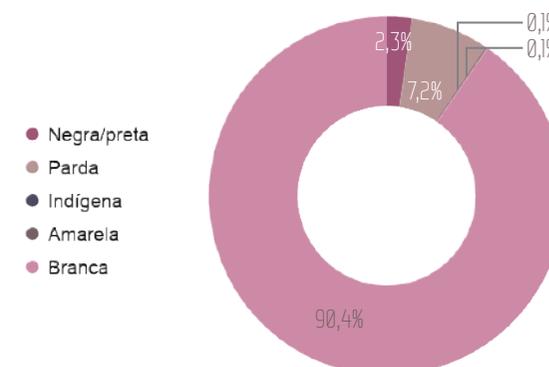
Em relação ao gênero, a população é dividida de forma homogênea, com uma variação em torno de 2% e que predomina o público feminino. Considerando a predominância das mulheres no município, reforça-se ainda mais a importância de fornecer segurança para as mulheres nos espaços públicos.

O censo do IBGE, para o levantamento de cor e raça, somente contabiliza as pessoas de 10 anos ou mais ocupadas na semana do levantamento. Entre as ocupações, lista as categorias de emprego “com carteira de trabalho assinada”, “sem carteira de trabalho assinada”, “militares e funcionários públicos”, bem como “trabalhadores na produção para o próprio consumo” e “pessoas não remuneradas”.

A partir desses números, gerou-se o gráfico de cor e raça para análise do panorama geral. Reforça-se que o censo é referente ao ano de 2010, portanto

ainda não registrava a presença dos 1,2 mil imigrantes e refugiados, principalmente haitianos e senegaleses, que vieram para Lajeado no ano de 2015 (REDAÇÃO O INFORMATIVO DO VALE, 2015).

Gráfico 16: Cor da população.



Fonte: Censo IBGE (2010), adaptado pela autora (2020).

Analisando o gráfico, percebe-se a predominância da população branca em relação às demais, enquanto que a amarela e a indígena representam a menor porcentagem, totalizando 0,2% quando somadas. A segunda cor predominante é a parda, com 7,2%, seguida logo mais pela população

preta/negra, que contabiliza 2,3%.

Acerca da segurança pública, apresenta-se o projeto Pacto Lajeado pela Paz, que teve início em junho de 2019, com um investimento de R\$ 230 mil até fevereiro de 2020. Esse projeto é um movimento multissetorial que tem como objetivo diminuir os índices de violência do município e incentivar uma cultura de paz. O Pacto possui parcerias com diversas entidades e está alicerçado em cinco eixos estruturantes: Prevenção Social, Urbanismo, Fiscalização Administrativa, Tecnologia e Policiamento e Justiça. Lajeado registra 23,86 homicídios para cada 100 mil habitantes, enquanto o índice nacional está em 24,5/100 mil hab, o que representa uma situação alarmante (PREFEITURA DE LAJEADO, sem data; DUARTE, 2019).

Para o pacto de Lajeado, traçaram-se algumas metas: reduzir os homicídios, bem como atuar em escolas para a redução do consumo e tráfico de drogas; reduzir a vulnerabilidade juvenil e

a vitimização infantil, além de combater a violência contra a mulher. As ações, determinadas a partir da identificação dos objetivos, são a produção e disseminação de conhecimento, implementação de metodologias de prevenção e a formulação de políticas públicas (PREFEITURA DE LAJEADO, sem data; DUARTE, 2019).

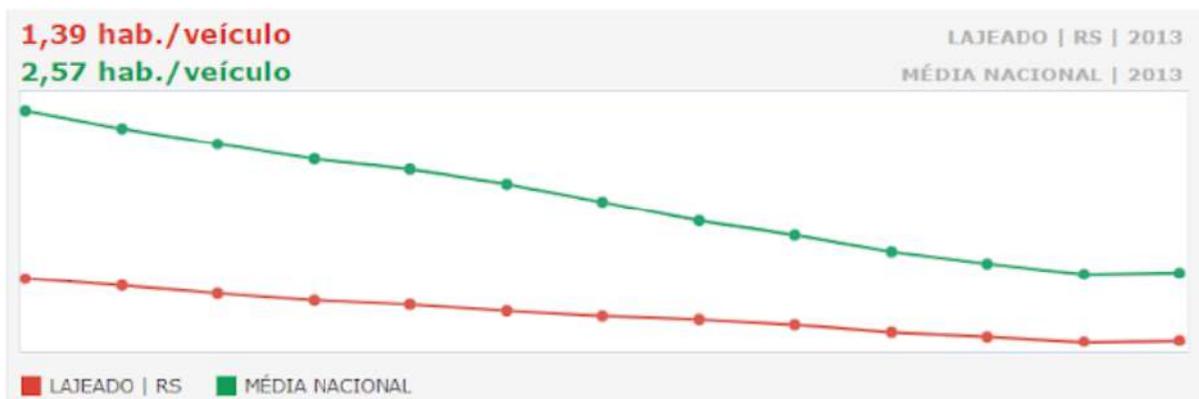
Neste ano, em junho, o programa completou 12 meses de atuação, e apesar de ter tido suas ações prejudicadas pela pandemia do Covid-19, os números são satisfatórios. Os índices de homicídios apresentaram uma queda de 35%, feridos por arma de fogo reduziram 64%, 26% de redução para roubos a pedestres e 30% em roubos ou furtos de veículos. Em relação às ações de educação e conscientização, aponta-se que 3 mil jovens se envolveram nessa fase. As ações do Socioemocional formaram mais de mil professores de escolas estaduais, municipais e particulares, além de terem

disponibilizado materiais para quase 10 mil alunos do município (GARSKE, 2020).

Acerca da mobilidade no município, destaca-se a frota de veículos em Lajeado no ano de 2013, conforme levantamento do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). A pesquisa aponta que a frota lajeadense é de 1,39 hab./veículo, na qual são considerados todos os tipos de locomoção, enquanto a frota nacional é de 2,57 hab./veículo. Se observarmos o gráfico, percebe-se a linha decrescente da frota, o que representa uma melhora nos números, ainda que não tão acentuada.

Ressalta-se também, que esse levantamento do DENATRAN considera os veículos com emplacamento do município, mas considerando que Lajeado é a cidade polo do Vale do Taquari, a frota que circula no município é possivelmente maior.

Gráfico 17: Comparação entre frota de veículos (todos) de Lajeado e Brasil.



Fonte: Deepask (2013).

4.3.2 O conceito de Placemaking

Os conceitos que englobam o *placemaking*, ou na tradução literal “fazer lugares”, surgiram por volta de 1960 com autores como Jane Jacobs, William H. Whyte, Jan Gehl e outros. As narrativas desses autores voltando as cidades para pessoas ao invés de carros, reforçam a ideia do lugar feito por pessoas para pessoas. Jacobs, em *Morte e Vida de Grandes Cidades* (2011[1961]), aborda a expressão “olhos da rua”, e a define

como a função que as pessoas desempenham, mesmo que não intencionalmente, nas ruas. Com isso, Jacobs declara que ruas e espaços públicos com pessoas são mais seguros, uma vez que as pessoas observam os usos nesses espaços. William H. Whyte, em *City: Rediscovery of the Center* (1988), estuda o comportamento dos pedestres em espaços públicos da cidade de Nova Iorque, e relata que os espaços devem ter alguns elementos que atraiam as pessoas para lá.

Jan Gehl, em *Cidades para Pessoas* (2013), apresenta diversas estratégias

para pensar e fazer as cidades para as pessoas. No capítulo 1, A dimensão humana, Gehl traz exemplos de cidades que fizeram algumas adequações no espaços públicos para voltar esses às pessoas, criando espaços de permanência ao invés de espaços somente de passagem. Isso pode se refletir como referência para a Rua Osvaldo Aranha, que atualmente não é plenamente utilizada como um espaço público, ao possuir uma relação com o rio, e sim como passagem ou acesso para o porto. A partir dessas estratégias elencadas por Gehl, é possível pensar nesses espaços de forma efetiva e inclusiva.

Relacionado à isso, apresenta-se o *Project for Public Spaces* (PPS), organização sem fins lucrativos que surgiu em Nova Iorque, e que atua no âmbito do planejamento de espaços públicos, envolvendo as pessoas na criação desses espaços. Heemann e Santiago (2015, p. 10) definem:

“*Placemaking* é, ao mesmo tempo, um conceito amplo e uma ferramenta prática para melhorar um bairro, uma cidade ou uma região”. Os **processos do placemaking**, de acordo com as autoras, surgiram por volta de 1970 com Whyte, que atentou para os conceitos de **olhar, ouvir e fazer perguntas** para quem frequenta aqueles espaços. Com isso, é possível identificar quais as necessidades e expectativas para um determinado local, além de auxiliar na criação de uma rede de diretrizes e objetivos, pensando naquele espaço a partir dos problemas e aspirações identificadas.

Um ótimo espaço público não pode ser medido apenas por aspectos físicos, ele deve ser um lugar vívido, onde as funções vêm antes da forma.
(HEEMANN; SANTIAGO, 2015, p. 12)

O *placemaking* está presente também na implementação das ruas completas, que colaboram para a

produção de espaços mais democráticos e colaborativos. Nos referenciais aborda-se a Rua João Alfredo, em Porto Alegre, que foi a via piloto para a introdução do Programa de Ruas Completas, que selecionou 10 ruas pelo cenário brasileiro (WRI BRASIL, 2017).

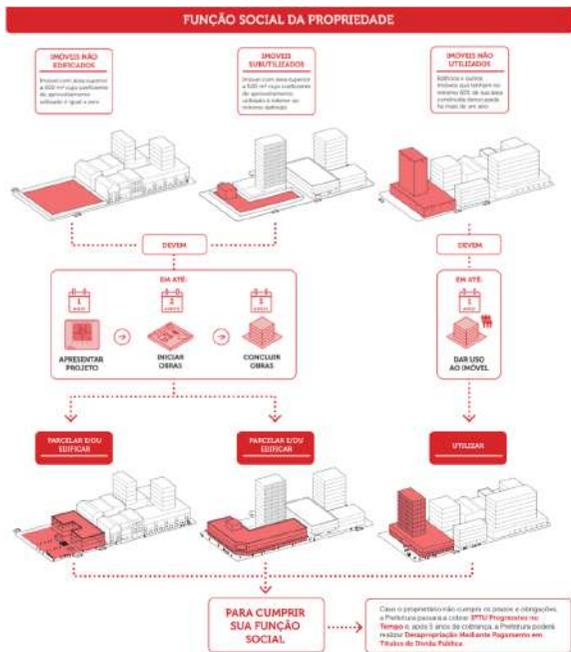
4.4 Condicionantes legais do programa

Para fundamentar o programa, utilizou-se como condicionantes legais o Estatuto da Cidade (LEI Nº 10.257, 2001), o qual é abordado de forma breve, complementado pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE) (LEI Nº 16.050, 2014). Além desses, aborda-se a Política Nacional de Mobilidade Urbana (LEI 12.587, 2012) e o Plano de Mobilidade Urbana, um dos instrumentos de planejamento urbano, no âmbito municipal, determinados pelo Estatuto da Cidade.

4.4.1 Estatuto da Cidade

O Estatuto da Cidade (LEI Nº 10.257, 2001) é a lei de desenvolvimento urbano que regulamenta os instrumentos de política urbana que são aplicados, de acordo com a Constituição de 1988, por municípios, estados e União. Dentre os instrumentos do Estatuto a Cidade, pode-se citar o Plano Diretor Municipal; os Planos, programas e projetos setoriais, e no caso de Lajeado considera-se o Plano de Mobilidade Urbana. Além desses, destaca-se também o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC) e o IPTU Progressivo no Tempo, ilustrados no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (LEI Nº 16.050, 2014).

Figura 89: Ilustração do IPTU Progressivo no Plano Diretor Estratégico de São Paulo.



Fonte: Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014).

Destaca-se também o Tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; além das Operações Urbanas Consorciadas, que consistem em operações na cidade em que o poder público fornece a concessão do aumento do índice de aproveitamento ou demais negociações entre poder municipal e

iniciativa privada. Por fim, a Regularização Fundiária e Assistência Técnica e Jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, a exemplo das famílias alocadas atualmente no “Cantão do Sapo”.

Em relação ao Plano Diretor Municipal, define-se esse instrumento obrigatório quando (LEI Nº 10.257, 2001, Art. 41):

- Cidades com 20.000 habitantes ou mais;
- Cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- Cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- Cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Em complemento ao estudo do

Estatuto da Cidade, pode-se analisar também a Política Nacional de Mobilidade Urbana e o Plano de Mobilidade Urbana.

4.4.2 Política Nacional de Mobilidade Urbana e PLANMOB

A Política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU (LEI 12.587, 2012, p. 5), institucionalizada no ano de 2012, tem como princípios, diretrizes e objetivos “[...] orientar a elaboração de normas municipais, além de procedimentos para que os municípios implementem suas políticas e planejamentos” de mobilidade em consonância com o Estado.

Apresenta-se alguns princípios da PNMU que vão de encontro com os princípios do programa:

- Acessibilidade universal;
- Desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;

- Segurança nos deslocamentos das pessoas;
- Equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;
- Eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

A partir dos princípios, a PNMU destaca as diretrizes que tem como foco a integração das demais políticas públicas e a priorização do transporte público coletivo. Ressalta-se as diretrizes que corroboram com o programa:

- Prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;
- Integração entre os modos e serviços de transporte urbano;
- Incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos

poluentes.

Os objetivos da PNMU ressaltam a importância do combate às desigualdades sociais, além de melhorar as mobilidade e acessibilidade urbanas. A partir desses objetivos, destaca-se:

- Reduzir as desigualdades e promover a inclusão social;
- Promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;
- Proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;
- Promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades;
- Consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do

aprimoramento da mobilidade urbana.

A fim de exercer esses princípios, diretrizes e objetivos, a PNMU lista algumas medidas que podem ser tomadas pelo poder público municipal:

Acesso restrito a veículos motorizados em determinados locais e horários visando uma maior utilização do espaço público por pedestres e ciclistas.

Esse tipo de medida pode ser aplicada em áreas comerciais, onde há muita circulação de veículos e pedestres, o que diminui a poluição sonora, visual, do ar e permite maior acessibilidade aos consumidores. Isso estimula a utilização das vias como áreas de lazer, além de melhorar os passeios e acessos, voltando-os para as pessoas.

No caso do programa, poderia ser aplicada alguma restrição nas ruas

principais do Centro, estimulando assim, a utilização do transporte público, ciclovias e a locomoção peatonal nas vias do pólo de comércio e serviço. Salvo em situações excepcionais, como transporte de cargas, PCDs e idosos.

Aplicação de tributos sobre modos e serviços, ou seja, cobrança aos usuários de automóveis pela infraestrutura utilizada.

Para custear os investimentos em ampliação e manutenção das vias para automóveis, sugere-se a implementação de pedágio urbano, o que auxilia na diminuição da desigualdade e na redistribuição dos custos.

Definição de faixas exclusivas para o transporte coletivo e para os modos não motorizados, como forma de distribuir de forma mais justa o uso do espaço físico das vias e privilegiar pedestres e ciclistas.

Para uma cidade mais democrática e acessível para todos os modais, sugere-se a demarcação dos espaços que cada modal deve ocupar, incentivando o uso do transporte público coletivo. Com isso, diminuindo as vias destinadas a veículos individuais e fornecer mais espaço de qualidade para ônibus, que consegue comportar passageiros de 50 veículos individuais, com uma pessoa em cada um. Ao investir em transporte público coletivo, diminui-se os custos com manutenção das vias utilizadas majoritariamente por veículos individuais.

Com a PNMU, criou-se o instrumento de efetivação: Plano de Mobilidade Urbana (PLANMOB). Esse é responsável em atender e fazer valer os princípios, diretrizes e objetivos da PNMU. O PLANMOB, portanto, deve representar, planejar e fiscalizar, conforme os incisos I a XI do Art. 24:

- I - os serviços de transporte público coletivo;
- II - a circulação viária;
- III - as infraestruturas do sistema de mobilidade urbana;
- IV - a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;
- V - a integração dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados;
- VI - a operação e o disciplinamento do transporte de carga na infraestrutura viária;
- VII - os polos geradores de viagens;
- VIII - as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos;
- IX - as áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada;
- X - os mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana; e
- XI - a sistemática de avaliação,

revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana em prazo não superior a 10 (dez) anos.

Determina-se obrigatória a criação do PLANMOB nas seguintes circunstâncias:

- Municípios acima de 20.000 habitantes;
- Todos os municípios que têm como obrigatoriedade a criação do Plano Diretor Municipal;
- O PLANMOB deve ter como prioridade o transporte não motorizado e o planejamento da infraestrutura para deslocamentos ciclístico ou peatonal, nos municípios sem sistemas de transporte público coletivo ou individual;
- O PLANMOB deve estar integrado ao demais planos existentes no município.

Ainda que algumas cidades não se

encaixem nos critérios de obrigatoriedade, qualquer município pode fazer a criação do plano de mobilidade.

4.4.3 Agenda 2030 ONU: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), criada no ano de 2015, consiste em um plano de ação elaborado por diversos líderes mundiais, que tem como intuito “[...] erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade [...]” (AGENDA 2030, sem data, texto digital). Esse plano de ação conta com 17 objetivos, os quais são denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030, adotada pelos 193 países membros das Nações Unidas, “representou o momento político internacional de maior relevância para o desenvolvimento sustentável após a

Conferência Rio+20” (AGENDA 2030, sem data, texto digital). Sua implementação é possível com o suporte oferecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a fim de incentivar os governos para a integração dos ODS em planos e políticas de desenvolvimento (PNUD, sem data).

A agenda tem como meta implementar os 17 ODS, bem como as 169 metas e os 241 indicadores até o ano de 2030. Isso posto, apresenta-se os 17 objetivos:

- 01 **Erradicação da Pobreza**
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- 02 **Fome Zero e Agricultura Sustentável**
Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 03 **Saúde e Bem-Estar**
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 04 **Educação de Qualidade**
Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

- 05 **Igualdade de Gênero**
Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 06 **Água Potável e Saneamento**
Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- 07 **Energia Acessível e Limpa**
Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
- 08 **Trabalho Decente e Crescimento Econômico**
Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.
- 09 **Indústria, Inovação e Infraestrutura**
Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- 10 **Redução das Desigualdades**
Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- 11 **Cidades e Comunidades Sustentáveis**
Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12 **Consumo e Produção Responsáveis**
Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

- 13 **Ação Contra a Mudança Global do Clima**
Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
- 14 **Vida na Água**
Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- 15 **Vida Terrestre**
Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda.
- 16 **Paz, Justiça e Instituições Eficazes**
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- 17 **Parcerias e Meios de Implementação**
Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Ao observar-se os ODS, pode-se inferir que todos são importantes para a construção de uma sociedade mais justa e humana. Portanto, dentre esses objetivos, analisou-se aqueles que melhor se relacionam com os eixos

estruturantes definidos para o projeto. Assim sendo, optou-se pelos objetivos 3: Saúde e Bem-Estar, objetivo 5: Igualdade de Gênero, objetivo 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura e, por fim, o objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

4.4.3.1 ODS 3: Saúde e Bem-Estar

O objetivo 3, Saúde e Bem-Estar, discorre sobre o direito ao bem estar e à qualidade de vida para todas e todos. Esse objetivo possui treze metas para o seu cumprimento, partindo desde a redução das taxas de mortalidade infantil, o combate das epidemias de doenças, o tratamento de dependências de qualquer tipo, até acesso universal a tratamentos e financiamento de pesquisas na área (ONU BRASIL, sem data). Para o projeto, escolheu-se uma meta principal:

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

A partir do estudo das metas e das deficiências identificadas na área de intervenção, definiu-se como meta para o projeto, do ODS 3, a meta 3.5. Uma das problemáticas identificadas na área central é a presença de moradores em situação de rua. Conforme relatório mensal do Abrigo São Chico de Lajeado, no mês de janeiro de 2020 acolheu-se 77 pessoas que estão em situação de rua. No levantamento do estado de saúde dessa população, registrou-se duas condições que se apresentam de forma bem significativa: transtorno mental em 61 pessoas, e dependência química de múltiplas drogas, em 52. Além disso, o levantamento revela também as principais causas de acolhimento: 72 pessoas não possuem condições de autossustento, e 56 possuem vínculos familiares fragilizados/rompidos. Tais dados refletem a atual carência de inclusão dessas pessoas na comunidade, o que deve ser foco no combate às desigualdades e na oferta de oportunidades.

4.4.3.2 ODS 5: Igualdade de Gênero

O objetivo 5, que aborda a Igualdade de Gênero, conta com 9 metas, que têm como foco promover uma sociedade equitativa independentemente do gênero. Essas metas refletem-se na valorização e reconhecimento do trabalho doméstico, igualdade de oportunidades e liderança em todos âmbitos, seja dentro de entidades, vida política e econômica. Ademais, explana a importância da equidade salarial em todas áreas, bem como a garantia do direito em diversas instâncias, e acesso universal à saúde sexual e reprodutiva (ONU BRASIL, sem data). Desse ODS, destaca-se os seguintes objetivos:

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

A partir da análise dessas metas, bem como dos levantamentos e estudos da localidade, pode-se destacar três metas principais a serem abordadas no programa. A meta 5.1 engloba o combate ao machismo tóxico e todas suas formas de manifestação, o que fica evidente nas interações humanas na cidade. Aliado à isso, visa-se combater a violência contra as mulheres, física ou verbal, recorrente de comportamentos ainda socialmente aceitos. Com isso, espera-se oportunizar segurança para todas e todos cidadãos no espaço urbano, bem como a conscientização de valorização da vida feminina. Aliado à isso, também o reconhecimento da equidade em todos os âmbitos, seja social, financeiro ou representatividade em cargos públicos.

4.4.3.3 ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

O objetivo de desenvolvimento sustentável 9 é intitulado como “Indústria, Inovação e Infraestrutura”, e seu foco se estabelece na construção de infraestruturas resilientes, bem como na industrialização inclusiva e sustentável, a fim de fomentar a inovação. Nesse objetivo, observa-se a

existência de 8 metas, das quais destaca-se duas que se relacionam com as diretrizes propostas em projeto (ONU BRASIL, sem data). Dos objetivos, destaca-se:

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

Ao analisar as metas 9.1 e 9.c, pode-se inferir que essas abordam o acesso universal a preços justos e às tecnologias de informação e comunicação (TICs), bem como reforçam a importância da atuação de empresas na área de desenvolvimento econômico. No programa do projeto essas metas se refletem na valorização das empresas locais, no investimento em programas como o Promove Lajeado e no

envolvimento da população civil.

4.4.3.4 ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

O objetivo Cidades e Comunidades apresentado pela Agenda 2030 da ONU tem como enfoque “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU BRASIL, sem data, texto digital). Esse objetivo conta com 10 metas, das quais três se encaixam nas diretrizes do programa.

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros,

inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

A meta 11.3 ressalta a importância do planejamento urbano, visando a inclusão social, sustentabilidade e gestão de assentamentos humanos, o que se reflete na proposta de melhoria das moradias em áreas de maior risco de inundações. Em consonância com o direito à cidade, destaca-se a meta 11.7, a qual propõe espaços públicos mais sustentáveis e verdes, além de acessíveis e inclusivos, com foco no público idoso, infantil, feminino e com necessidades especiais. Essa meta reafirma a diretriz de segurança e acessibilidade nos espaços públicos, a fim de transformar esse em um local mais democrático. Ademais, destaca-se a meta 11.4 que reforça a importância da salvaguarda do patrimônio cultural e natural, indo de encontro com a diretriz de valorização da história e cultura local, principalmente no que tange os patrimônios edificados.

Ao analisar-se os objetivos e metas traçados pela ONU, pode-se perceber que as expectativas para uma sociedade melhor na escala global coincidem com as diretrizes do

programa para a escala municipal. Essa compatibilização de interesses é fundamental para a construção de uma cidade mais agradável e compatível com os objetivos de uma sociedade democrática.



REFERÊNCIAS PROJETOAIS



5 REFERÊNCIAS PROJETOAIS

Para dar seguimento ao trabalho de conclusão de curso definiu-se cinco referenciais, dentre esses alguns relacionados à diretrizes, e outros que representam a composição do projeto.

5.1 Reconhecer: 4º Distrito POA - RS

Inicia-se a análise com o Reconhecer, projeto de requalificação urbana vencedor do Concurso Urban 21 em 2017, que possui como objeto de intervenção 4º Distrito, na cidade de Porto Alegre, RS. O 4º Distrito da capital gaúcha é uma área formada pelos bairros Farrapos, São Geraldo, Navegantes, Floresta e Humaitá. A área é localizada próxima ao centro e era caracterizada por ser uma zona industrial importante para a cidade.

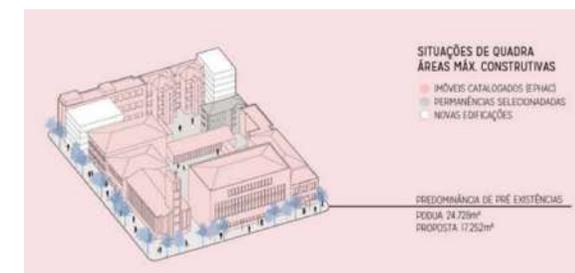
Com o abandono de fábricas e a desvalorização da área com a presença de pessoas socialmente vulneráveis, como dependentes químicos e

moradores de rua, essa área atualmente não recebe investimentos. O 4º Distrito também conta com inúmeros patrimônios edificados, alguns abandonados e poucos valorizados, e também tem relação com o Rio Guaíba, que se estende ao longo da Av. Castelo Branco. As características no âmbito social se aproximam da área de intervenção da SESMart, o que influenciou na sua escolha para análise das diretrizes projetuais. No Reconhecer, elencaram-se 4 diretrizes: preservação, morfologia, alturas e espaços públicos.

Na diretriz de Preservação, buscou-se a preservação da paisagem urbana que caracteriza a área, na qual definiu-se algumas edificações a serem preservadas. Com isso, o objetivo foi dar novos usos a essas edificações, tornando esse imóvel atrativo e funcional, sem perder a identidade local que aquele imóvel representa na área. Esses imóveis podem ou não ter valor arquitetônico, mas fazem parte da

história industrial do bairro, motivo pelo qual optou-se pela sua preservação.

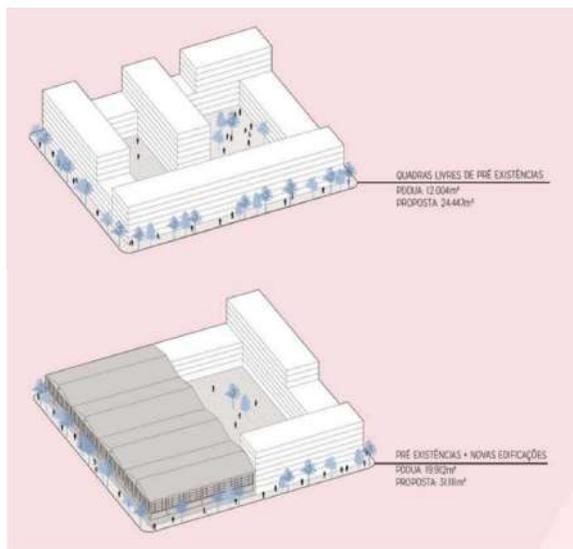
Figura 90: Diretriz de Preservação.



Fonte: Reconhecer (2017, p. 3).

A diretriz de Morfologia atua com foco na densificação da área, sem perder a unidade do local. Com isso, preserva-se a identidade contínua das fachadas, e dá-se um uso para o miolo da quadra, característica marcante da área, seja esse público ou privado. A adaptação da morfologia das quadras, em consonância com a preservação da identidade, requalifica os espaços e as edificações, o que não somente valoriza a área, como também a torna funcional.

Figura 91: Diretriz de Morfologia.



Fonte: Reconhecer (2017, p. 3).

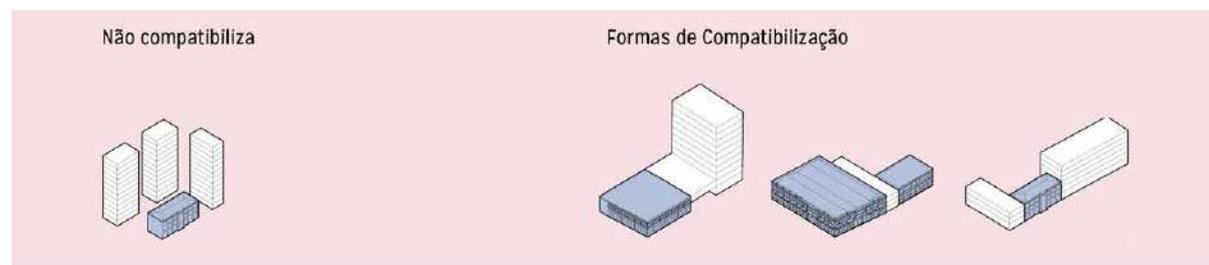
Em relação às alturas, destaca-se o contraste que o condomínio na antiga Fiateci, que possui 21 pavimentos ou 52 metros de altura, exerce na área, que é majoritariamente composta por edificações de 6 a 9 metros. Com isso, a possibilidade de verticalização representa a apreensão de alteração das características da área. Para minimizar isso, propõem-se tipos de implantação que estabeleçam uma relação com o

entorno, que exercem o papel de densificação na área, mas não agridem a *skyline*² da área. Nessas disposições, percebe-se a presença de edificações com altura que equilibra tanto com a Fiateci, quanto com as alturas predominantes no resto da área.

Os espaços públicos do 4º Distrito, diferentemente da área do Centro Histórico de Lajeado, são quase

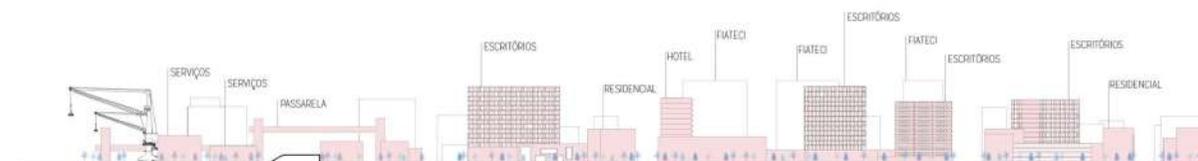
Figura 92: Diretriz de Alturas.

inexistentes. Enquanto no 4º distrito há carência de espaços públicos para apropriação do público, em Lajeado percebe-se que há presença desses espaços, mas que por algumas razões não são plenamente utilizados. No projeto, utiliza-se como estratégia a inclusão de espaços públicos próximos de equipamentos estratégicos e de forma que valorize também os usos do



Fonte: Reconhecer (2017, p. 3), adaptado pela autora (2020).

Figura 93: *Skyline* proposta.



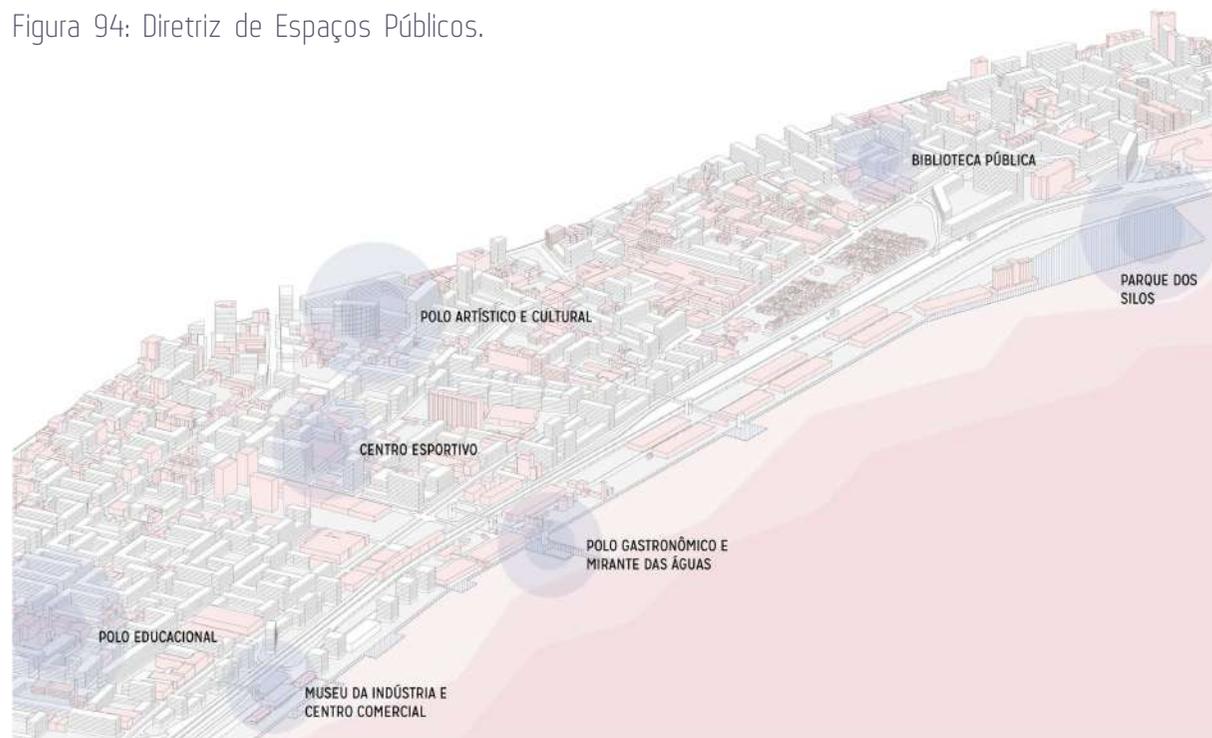
Fonte: Reconhecer (2017, p. 3), adaptado pela autora (2020).

²É como um esboço de um grupo de edifícios ou de montanhas visto na linha do horizonte, de forma que é possível identificar a cidade por sua silhueta. Disponível em: <<https://college.canon.com.br/dicas/como-fazer-fotos-de-skyline-124>>

local. A partir da análise em Lajeado, a estratégia a ser aplicada é invertida: inclui-se equipamentos aos espaços já existentes, o que pode acarretar na utilização desses de forma conjunta, onde os dois “apoiam” um ao outro.

Devido à topografia da área ser predominantemente plana, optou-se em favorecer os percursos a pé e incentivar o transporte de bicicleta. Para priorizar ruas destinadas a pedestres e ciclistas, deve-se atentar para a relação que a rua e as edificações estão ofertando, bem como investir em infraestruturas que favoreçam e privilegiam a escala humana. No Centro Histórico percebe-se também a predominância de topografia plana, com algumas variações maiores entre as ruas Júlio May e Francisco Oscar Karnal. Portanto, o estudo de percursos e de sistema cicloviário é também aplicável para a área.

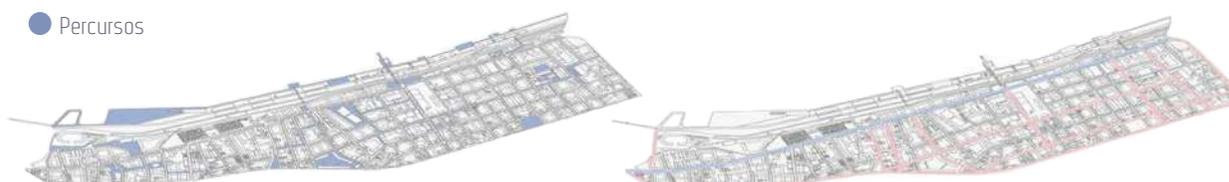
Figura 94: Diretriz de Espaços Públicos.



Fonte: Reconhecer (2017, p. 4), adaptado pela autora (2020).

Figura 95: Percursos no 4º Distrito.

Figura 96: Sistema Cicloviário no 4º Distrito.



Fonte: Reconhecer (2017, p. 5), adaptado pela autora (2020).

Cicloviários Existentes 
 Cicloviários Propostos 

Percebe-se que as diretrizes e estratégias utilizadas no projeto Reconhecer têm semelhanças com as estratégias determinadas no programa da SESMart, assim como o 4º Distrito também possui afinidades com a área do Centro Histórico de Lajeado.

5.2 Jardim da Cidade de Glazov

Como referência para a Orla, escolheu-se primeiramente o Jardim de Glazov, projeto de NPO Foundation for Urban Development "Garden City", localizado na cidade de Glazov, Rússia. O projeto é do ano de 2019 e conta com uma área de 1000m², em que a intervenção ocorre nesse espaço que existe desde o século XIX, mas que foi abandonado pela população em 1958. Por meio de mobilizações populares, com liderança de um ativista da cidade, iniciaram em 2010 o plano de requalificação da área (Maggiore, 2019).

Essa é a única área da cidade que possibilita um contato com o Rio Cheptsá, o que se configura como um dos principais atrativos para a comunidade local. A praça central, em 2010, foi reconstituída, e o passeio às margens do rio não recebeu nenhum tipo de intervenção, o que mobilizou o movimento popular de intervir no local. Assim, buscou-se com a intervenção recuperar a relação com o rio, trazendo atrativos para a área, que eram praticamente inexistentes (Maggiore, 2019). O Jardim de Glazov assemelha-se

com a área de intervenção por possuir vegetação nas margens do rio, impossibilitando a interação direta da população com o rio.

O projeto é dividido em dois setores: de recreação e de contemplação. O primeiro é destinado à abrigar equipamentos de playground e espaços mais protegidos do acesso ao rio, estando em uma parte com mais vegetação nas margens. O espaço de contemplação é composto por uma escadaria que está direcionada para o rio, além de um espaço que desempenha

Figura 97: Implantação do Jardim de Glazov.



Fonte: Maggiore (2019).

função de mirante, acima da escadaria. Ademais, observa-se a presença de uma ciclovia, bem como um traçado viário estreito composto por uma faixa de rolagem. Isso favorece a circulação de veículos automotores em velocidade reduzida, tornando os passeios mais seguros para os pedestres e ciclistas.

Na final da escadaria, pode-se aproveitar o espaço para apresentações ao ar livre, bem como pode ser utilizado como mirante. Apesar da escadaria não se estender até a margem do rio, a relação que o local possui é clara e

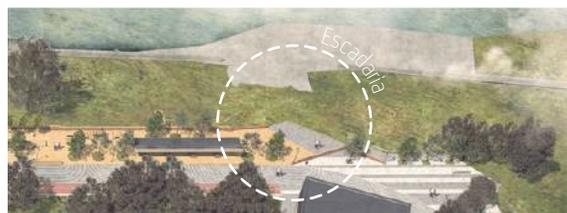
Figura 98: Setores do Jardim de Glazov.



Fonte: Maggiora (2019), adaptado pela autora (2020).

coerente. Esse tipo de intervenção pode ser pensado e adaptado para o projeto na área próxima ao Porto dos Bruder, considerando que o porto é a única parte da Orla do Rio Taquari que está mais em contato com o rio por não possuir vegetação densa.

Figura 99: Escadaria ampliada na implantação.



Fonte: Maggiora (2019), adaptado pela autora (2020).

Figura 100: Escadaria do jardim.



Fonte: Maggiora (2019).

A iluminação pública, além da função de iluminar os espaços, desempenha a função de composição estética e de segurança nos espaços abertos. Quando utilizada de forma estratégica, a iluminação torna os locais seguros e habitáveis, inclusive para a realização de eventos noturnos. Isso contribui para a universalidade dos espaços, bem como auxilia na preservação desses ao desencorajar a manifestação de vandalismo e depredação.

Figura 101: Iluminação pública e multifuncionalidade em diferentes turnos.



Fonte: Maggiora (2019).

Não é possível observar nas fotos do local, o que presume-se não ter sido

executado, os mirantes, espaços de permanência e o *playground*. Nas imagens do projeto, entretanto, percebe-se a semelhança desses espaços com os belvederes existentes na orla do Rio Taquari.

Figura 102: Espaços de Permanência.



Fonte: Maggiora (2019).

Figura 103: Espaços de Permanência.



Fonte: Maggiora (2019).

Figura 104: Espaços de Permanência.



Fonte: Maggiora (2019).

Figura 105: Espaços de Permanência.



Fonte: Maggiora (2019).

5.3 JD Riverfront Park

O segundo projeto escolhido como referencial para a orla é o JD Riverfront Park, projeto de CLD e PINHOLE DESIGN, localizado em Nanquim, China. O projeto foi pensado de acordo com a principal

característica do local, que é uma barragem de controle de inundação natural. Esse estava abandonado e foi transformado em um parque às margens do rio, no qual restaurou-se o ecossistema e se inseriu áreas de lazer (CLD, 2015). Da mesma forma que o projeto anterior, essa área na orla conta também com vegetação densa, assemelhando-se com a Orla de Lajeado.

O programa se organiza principalmente em patamares com vegetação rasteira e algumas árvores em locais pontuais, onde os passeios os cruzam transversalmente. Esses patamares funcionam como barreiras para cada nível de inundação, e somado ao plantio em grande escala de árvores nas margens do rio, tornou o projeto

eficaz para o controle das cheias. Além disso, na extremidade esquerda, está alocado o setor de recreação, que conta com pistas de *skate*. A via demarcada em rosa é de caráter peatonal e também é utilizada para prática de ciclismo e outras atividades esportivas. Os caminhos que cruzam os patamares se estendem até o passeio paralelo ao rio, que também possui uma baía mais larga para contemplação do rio.

Figura 106: Implantação do *JD Riverfront Park*: organização do programa.



Fonte: CLD (2015), adaptado pela autora (2020).

Figura 107: Patamares com vegetação, e margens do rio com presença de vegetação densa.



Fonte: CLD (2015).

Figura 108: Passeios.



Fonte: CLD (2015).

Figura 109: Área de recreação: pistas de skate.



Fonte: CLD (2015).

Percebe-se, nesse projeto, que há caminhos que se aproximam das margens do rio, estabelecendo, mesmo que de forma limitada, uma relação

direta com esse. Isso foi possível pois o projeto de inserção das vegetações foi realizado em conjunto com o projeto dos caminhos, sendo assim não configurou em interferência na vegetação nativa. Na orla do Rio Taquari em Lajeado, a vegetação às margens do rio é demarcada como APP, portanto caminhos entre elas podem ser estudados desde que esses não se configurem como “construção”.

Figura 110: Passeio próximo às margens do rio.



Fonte: CLD (2015).

Figura 101: Baía do passeio próximo às margens do rio para contemplação.

Figura 111: Passeio próximo às margens do rio.



Fonte: CLD (2015).

Figura 112: Baía do passeio próximo às margens do rio para contemplação.



Fonte: CLD (2015).

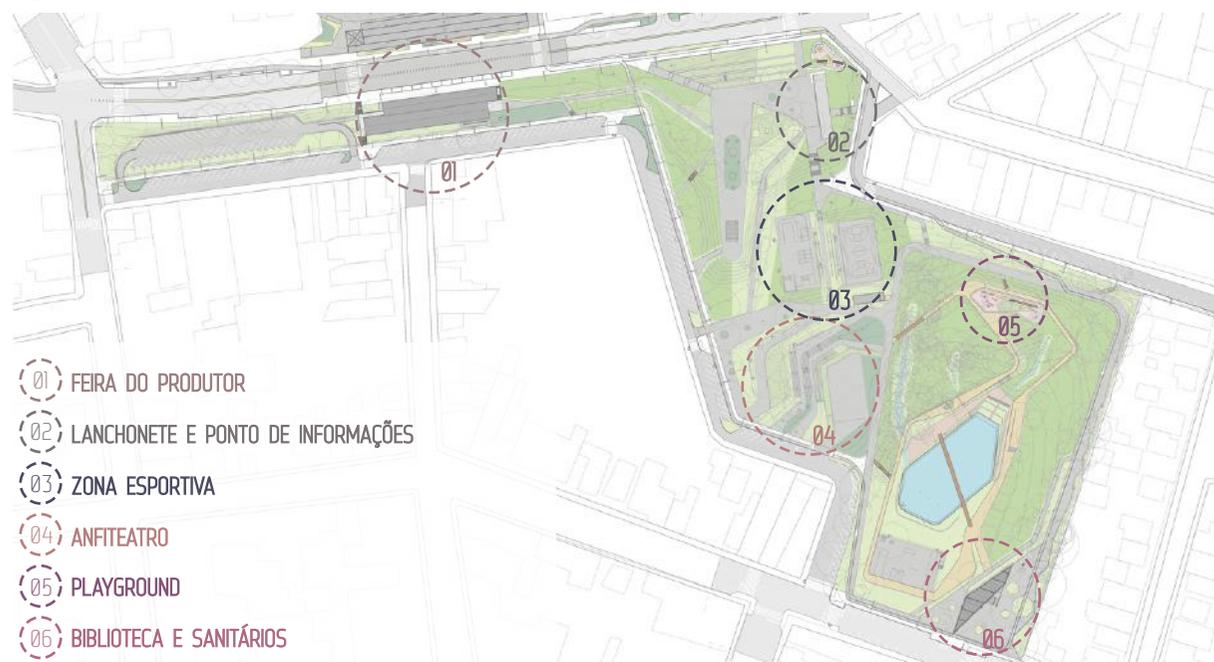
5.4 Parque da Gare

Como referência de parque urbano optou-se pelo Parque da Gare, localizado em Passo Fundo, RS. O projeto de 2013 foi realizado pelo escritório de arquitetura e engenharia IDOM, e teve sua conclusão em 2016, no terreno com 60.000 m² de área. O parque, criado por volta de 1980, está situado na área da antiga estação de trem da cidade e recebeu a requalificação recentemente. Além do parque, o projeto contempla outras infraestruturas, sendo uma delas a feira do produtor, que substitui a feira que funcionava no prédio da Antiga Gare. O edifício com a biblioteca pública conta também com sanitários e uma área coberta, e está alocado próxima ao lago, mantendo uma relação mais próxima. O bar existente foi substituído por uma edificação que suporta o ponto de informações e uma lanchonete, além de possuir um espaço coberto (IDOM, 2016).

Ademais, o parque recebe

infraestrutura para a prática de esportes, com pistas de *skate* e quadra poliesportiva, além de possuir um *playground* com brinquedos para as crianças. Próximo à quadra e às pistas de skate, está o anfiteatro, o qual está posicionado de forma a ter visual para o lago (IDOM, 2016).

Figura 113: Implantação do Parque.



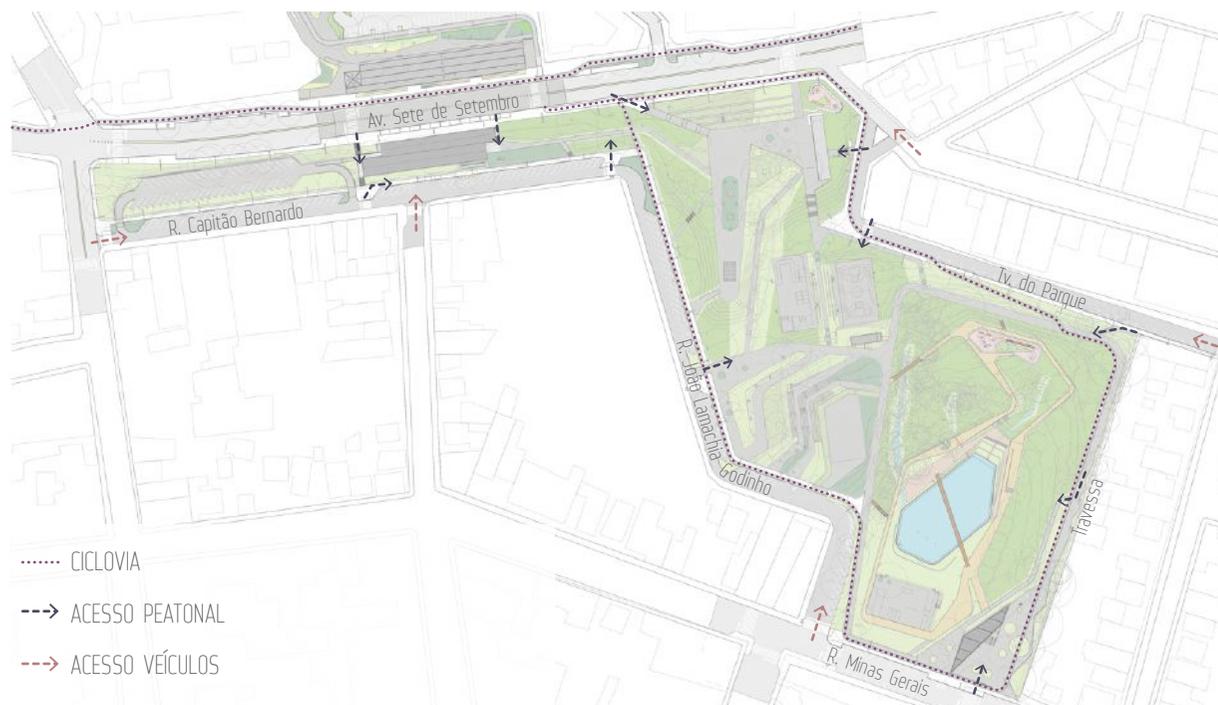
Fonte: IDOM (2016), adaptado pela autora (2020).

O parque possui 11 acessos peatonais: três pela Av. Sete de Setembro, sendo dois desses ao lado do edifício da feira do produtor; dois pela Rua Capitão Bernardo; um pela Rua João Lamachia Godinho; um pela Rua Minas Gerais, em frente à biblioteca; um pela travessa paralela à biblioteca; e três pela

Travessa do Parque. Os acessos para veículos são pelas Rua Capitão Bernardo, Travessa do Parque e Rua João Lamachia Godinho. O parque possui uma ciclovia que forma um circuito praticamente em todo perímetro, não passando somente na Rua Capitão

Bernardo e em frente à feira do produtor (IDOM, 2016).

O edifício da feira do produtor é um dos destaques do projeto, tendo sido a prioridade na execução, uma vez que estava substituindo a antiga feira que não atendia mais às necessidades (IDOM, 2016).



Fonte: IDOM (2016), adaptado pela autora (2020).

Figura 115: Feira do produtor.



Fonte: IDOM (2016).

Figura 116: Feira do produtor.



Fonte: IDOM (2016).

Ainda que o edifício da feira tenha sido prioridade, o projeto também contempla uma lanchonete, a qual possui a mesma linguagem arquitetônica da feira.

Figura 117: Lanchonete.



Fonte: IDOM (2016).

O edifício que mais se difere da linguagem arquitetônica industrial é a biblioteca. Essa, que leva o nome de Prisma, foi pensada a partir dos ângulos que um prisma forma, se consolidando desse maneira. Uma grande abertura no segundo pavimento, exclusivo da biblioteca, garante a contemplação do

parque e do lago, localizado em frente à essa edificação.

Figura 118: Biblioteca.



Fonte: IDOM (2016).

Figura 119: Biblioteca - vista interna.



Fonte: IDOM (2016).

Figura 120: Zona esportiva.



Fonte: IDOM (2016).

Figura 121: Zona esportiva.



Fonte: IDOM (2016).

Figura 122: Anfiteatro.



Fonte: IDOM (2016).

Figura 123: Playground.



Fonte: IDOM (2016).

Figura 124: Playground.



Fonte: IDOM (2016).

Os caminhos são diferenciados de acordo com o seu uso pelo tipo de pavimentação. Nos caminhos principais utilizou-se blocos intertravados cor natural, enquanto que na área do *playground* optou-se por blocos vermelhos, além de demarcar a área com faixas de piso de concreto polido com pintura. Ao redor do lago e na passarela que o atravessa utilizou-se decks de madeira, destacando esses passeios (IDOM, 2016).

Figura 125: Passeio entorno do lago em *deck* de madeira, e o que leva à biblioteca em piso intertravado.



Fonte: IDOM (2016).

Figura 126: Passeio em torno do lago em *deck* de madeira.



Fonte: IDOM (2016).

Figura 127: Passeios principais do parque em piso intertravado na cor natural.



Fonte: IDOM (2016).

5.5 Rua João Alfredo

O conceito de Ruas Completas é definido, segundo WRI Brasil (2017), como ruas que forneçam segurança a todas as pessoas, além de atenderem a todos os modais de transporte. Com isso, espera-se tornar as áreas urbanas mais democráticas, não necessariamente segregando os espaços para cada modal. Ressalta-se que as ruas completas não são definidas por serem ruas perfeitas, mas por se adequar de acordo com o local, seguindo os objetivos:

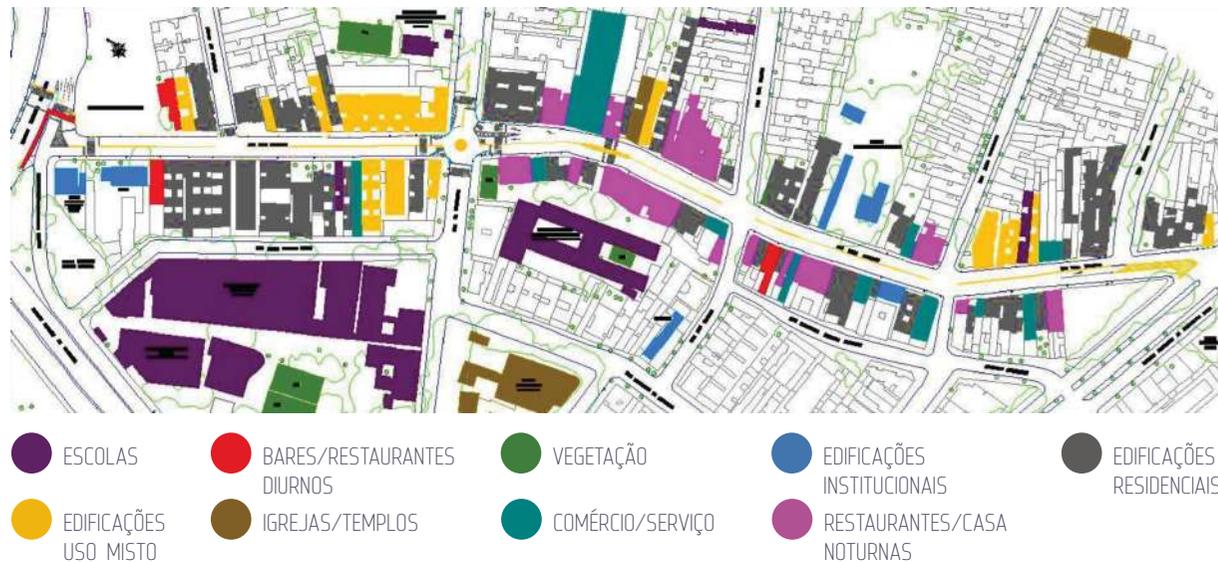
- Respeitar e responder os usos existentes de cada região, assim como usos planejados para o futuro; Priorizar os deslocamentos realizados por transporte coletivo, a pé e de bicicleta;
- Respeitar a escala das construções e recuos;

- Apoiar a diversidade de usos do solo, mesclando residências, comércio e serviços;
- Tornar a rua um lugar de permanência das pessoas e não somente de passagem;
- Envolver residentes e grupos da comunidade para entender o bairro e suas prioridades.

Para construir cidades para as pessoas, as ruas completas podem ser uma boa ferramenta, ainda que essa deva ser aplicada e adaptada para diversas vias, ao invés de só em uma (WRI BRASIL, 2017). Como referencial de rua completa, optou-se pela Rua João Alfredo, em Porto Alegre, RS. Para a implementação do projeto de uma rua completa, é necessário realizar a análise e diagnóstico do objeto de estudo, nesse caso, a Rua João Alfredo. Essa é uma das principais vias do bairro Cidade Baixa, e se conecta com a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, além de cruzar a Rua da República. A João Alfredo é

caracterizada como uma via coletora, sentido duplo, e com velocidade de 40km/h, além de fazer parte da rota turística de pedestres SMTUR. A via é caracterizada por dois perfis: diurno, em que prevalece o uso residencial, com alguns comércios e serviços locais; e noturno, em que a via recebe inúmeros pedestres com a abertura de bares e casas noturnas (EPTC, 2017).

Figura 128: Levantamento de atividades.



Fonte: EPTC (2017), adaptado pela autora (2020).

O levantamento realizado pela prefeitura mostrou o mapeamento de atividades, comportamento dos usuários, vistorias da infraestrutura, índice de atropelamentos e acidentes nos cruzamentos, além da contagem do número de viagens conforme o modal de transporte e pedestres que ocupam a via (EPTC, 2017).

Em relação ao comportamento dos

usuários, ressalta-se, durante o dia, a falta de locais adequados para travessia, o que resulta em insegurança para pedestres e ciclistas, além da via possuir um perfil viário largo, o que incentiva o descumprimento da velocidade permitida na via. À noite, com a circulação de pedestres devido à vida noturna dos bares, observa-se que as calçadas são muito estreitas para abrigar todo o público, resultando em pedestres nas faixas de rolagem.

Figura 129: Comportamento dos usuários, diurno.



Figura 130: Comportamento dos usuários, noturno.



Em relação às infraestruturas, listou-se faixas de pedestres insuficientes e distantes, sinalização viária horizontal precária, passeios estreitos e que não recebem manutenção, acessibilidade limitada devido à falta de rampas, gradis em mau estado de conservação. Além desses, observou-se também a falta de paraciclos e de uma ciclovia, apesar de possuir grande movimento de ciclistas,

bem como a ausência praticamente total de vegetação. Em relação à infraestrutura viária vertical, destaca-se o excesso de fiação, além da precariedade de postes de luz (EPTC, 2017).

O registro de acidentes entre 2007 e 2017 relata que o ponto com mais ocorrências de atropelamentos é no cruzamento da João Alfredo e a Rua da República, e mais da metade ocorrem no período da noite.

Figura 131: Levantamento de acidentes.



Fonte: EPTC (2017), adaptado pela autora (2020).

Em relação ao total de viagens com origem e destino na Cidade Baixa, destaca-se que o primeiro possui cerca de 1000 viagens à menos que o segundo. Dos modais de transporte observados, ressalta-se que a pé/bicicleta e o transporte coletivo são os mais utilizados, com 38% e 39% respectivamente, nas viagens com origem na Cidade Baixa. Nas viagens com destino à Cidade Baixa, os números se mantêm praticamente iguais,

aumentando em 1% o “outros” e diminuindo no “a pé/bicicleta” (EPTC, 2017).

Gráfico 18: Viagens com origem na Cidade Baixa e divisão de modais de transporte.



Fonte: EPTC (2017), adaptado pela autora (2020).

Gráfico 19: Viagens com destino à Cidade Baixa e divisão de modais de transporte.



Fonte: EPTC (2017), adaptado pela autora (2020).

A partir dos levantamentos e do diagnóstico, pode-se traçar os objetivos para a área. Com o novo desenho viário, esperava-se a demarcação mais precisa

para cada modal, de forma a priorizar os pedestres e ciclistas. Assim sendo, listou-se os objetivos:

- Estímulo à criação de áreas de convivência e lazer no espaço urbano;
- Redução da velocidade dos veículos;
- Ampliação e qualificação dos passeios com acessibilidade universal;
- Qualificação da iluminação pública e ampliação de áreas verdes.

Para iniciar a implementação desse tipo de intervenção, inicia-se com investimentos menores, o que faz parte da adaptação do público para as mudanças, podendo analisar o que funciona para a área, e o que não é bem recebido pela maioria. Dentre os investimentos mais em conta está a pintura, que pode delimitar as áreas, sendo mais barato do que calçamento, por exemplo. Na Rua João Alfredo

optou-se em fazer rótulas nos cruzamentos, com o intuito de tornar esse pontos críticos de acidentes em passagens mais seguras, aumentou-se os passeios em esquina, diminuindo o percurso de travessia para pedestre, o que resulta em mais segurança na via, principalmente para pessoas com mobilidade limitada. E também incluiu-se áreas de permanência, com bancos e vegetação, induzindo a permanência ao invés de somente passagem no local. Na inauguração da rua, colocou-se mobiliário especial para mostrar o potencial do novo local.

Figura 132: Áreas de permanência na rua.



Fonte: Batista *et al* (2020).

Figura 133: Áreas de permanência na rua.



Fonte: Batista *et al* (2020).

Esses locais possibilitam e favorecem a fiscalização espontânea do lugar, transformando os usuários nos “olhos da rua”.

Figura 134: Áreas de permanência na rua.



Fonte: Batista *et al* (2020).

Em relação aos cruzamentos, optou-se na consolidação de rotatórias, o que incentivam a redução da velocidade nos pontos mais críticos da via, tornando mais seguro tanto para ciclistas e pedestres, quanto para veículos motorizados ao ingressarem na via. Observa-se também o alargamento da calçada, com tinta, nas esquinas, o que resulta em um percurso de travessia mais curto e seguro.

Figura 135: Cruzamentos.



Fonte: Batista *et al* (2020).

Figura 136: Cruzamentos.



Fonte: Batista *et al* (2020).

Figura 137: Cruzamentos.



Fonte: Batista *et al* (2020).

O conceito do *placemaking*, conforme abordado anteriormente,

REFERÊNCIAS

ABRIGO SÃO CHICO. **Relatórios mensais de atendimentos Associação - Abrigo São Chico**, out/2019-fev/2020.

ACERVO *facebook* **Arte na Praça**, 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/hvzY8>. Acesso em: 21 mai. 2020.

ACERVO *facebook* **Parceiros Voluntários de Lajeado**, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/xlMQ4>. Acesso em: 21 mai. 2020.

ACERVO *instagram* **RolaRolê**, 2018-2019. Disponível em: <<https://www.instagram.com/rolarole/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

ACIL. **13ª edição da ação Viva o Taquari Vivo acontece em 06 de abril**. Lajeado, 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/aAIKT>. Acesso em: 21 mai. 2020.

AMARAL, Júlia. Blog **A.Woman Art: sobre**, 2019. Disponível em: <<https://awomanart.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO. Lajeado, sem data.

ASCOM LAJEADO. **Prefeitura de Lajeado inicia obra de prolongamento da Rua Capitão Leopoldo Heineck**, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/ksHK6>. Acesso em: 23 jun. 2020.

A HORA. **Cine Rua estreia com sessão lotada no Florestal**, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/hozA3>. Acesso em: 21 mai. 2020.

_____. **Existem diferentes maneiras de existir e precisamos respeitar todas**, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/glrT2>. Acesso em: 23 maio. 2020.

_____. **Integração social e a força feminina marcam primeiro A.Woman Ocupa**, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/cnxP6>. Acesso em: 24 mai. 2020.

BATISTA, Bruno; SAMIOS, Ariadne; RIBEIRO, Andressa; CÔRREA, Fernando. **Antes da Covid-19, Porto Alegre devolveu rua para pedestres com urbanismo tático**. WRI Brasil, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/dfGLT>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BERQUE, A. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural**. In: Paisagem, Tempo e Cultura. Org. R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2012 (1984). p. 84 - 91.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 03 mar. 2020.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Planalto: Estatuto da Cidade, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 26 mai. 2020.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012**. Planalto: Código Florestal Brasileiro, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 28 mai. 2020.

REFERÊNCIAS

BOTTONI, Natália. **Pro_Move Lajeado é apresentado à comunidade no Teatro Univates**, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/noticia/25117-pro_move-lajeado-e-apresentado-a-comunidade-no-teatro-univates>. Acesso em: 25 mai. 2020.

CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO. **Vereadores**, sem data. Disponível em: <<https://lajeado.rs.leg.br/vereadores/bcid/52/?vereadores.html>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

CHELI, Maurilio. **Projeto BRT Bike permite o transporte de bicicleta dentro do ônibus**. URBS Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/noticia/projeto-brt-bike-permite-o-transporte-de-bicicleta-dentro-do-onibus>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CLD. **JD Riverfront Park**. Landezine.com, 2015. Disponível em: <<http://landezine.com/index.php/2019/08/jd-riverfront-park-by-cld/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CYMBALISTA, Renato; CARDOSO, Patrícia de Menezes; SANTORO, Paulo Freire. **Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade**. São Paulo: Instituto Pólis, 2011.

DUZZO, Caroline. **CMTI homologa projetos selecionados no Edital Pro_Move Lajeado Acelera 1.0**, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/wGOW4>. Acesso em: 25 mai. 2020.

EPTC. **Rua João Alfredo**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2017.

FABER, Marcos. **A Importância dos rios para as primeiras civilizações**. História Ilustrada, v. 02. 1ª ed. 2011. Disponível em: <http://www.historialivre.com/antiga/importancia_dos_rios.pdf>. Acesso em:

01 mar. 2020.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 6ª edição. São Paulo, SP: Editora Blucher. 2011, p. 02-15.

FGV PROJETOS. O que é uma cidade inteligente?, sem data. Disponível em: <<https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

FORTUNA, Carlos. **Os centros das nossas cidades: entre a revitalização e a decadência**. Oficina do CES, nº 62. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1995.

GARSKE, Caroline. **A praça vira espaço para a venda e exposição da arte pela 38ª vez**. Lajeado: Jornal O Informativo do Vale. Disponível em: <encurtador.com.br/dqPU6>. Acesso em: 21 mai. 2020.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 1ª. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOOGLE MAPS STREET VIEW. Lajeado, 2011-2020.

HBB. **Hospital Bruno Born**: linha do tempo, sem data. Disponível em: <<https://www.hbb.com.br/site/hospital-bruno-born/>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lajeado/panorama>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

IDOM. **Parque da Gare**. Archdaily.com.br, 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/875069/parque-da-gare-acxt>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

REFERÊNCIAS

IECLB LAJEADO. Escolas: **Colégio Evangélico Alberto Torres**, 2019. Disponível em: <<https://www.ieclblajeado.com.br/escolas>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

INDEPENDENTE. **Arte, colaboração e lançamento do 1º Arte na Cidade marcam atividade Ocupa Valão em Lajeado**, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/afORY>. Acesso em: 22 mai. 2020.

INOVATES. **Incubadora Tecnológica Univates**. Univates, sem data. Disponível em: <<https://www.univates.br/tecnovates/innovates>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

IPAC-BA. Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Programa Monumenta**, 2013. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/Programa-Monumenta.pdf>>. Acesso: 11 mai. 2020.

IPHAÉ - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. **Bens tombados pelo estado**, atualizado em jun. 2018. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadAc&Clr=1>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1ª ed. São Paulo: WMF MartinsFontes, 2011 [1961].

JORNAL INDEPENDENTE. **Feira do Produtor de Lajeado terá atividade alusiva a Semana da Alimentação**, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/cfmDU>. Acesso em: 21 mai. 2020.

KRÜGER, Carine. **Incêndio destrói casa histórica no Centro de Lajeado**, 2013. Disponível em: <<https://informativo.com.br/policia/incendio-destroi-casa-historica-no-cent>

[ro-de-lajeado,14118,jhtml](https://informativo.com.br/policia/incendio-destroi-casa-historica-no-cent-ro-de-lajeado,14118,jhtml)>. Acesso em: 29 mai. 2020.

LAJEADO. **Lei nº 5.835, 12 de dezembro de 1996**. Leis Municipais: Código do Meio Ambiente de Lajeado, 1996. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/nrife>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

_____. **Lei nº 7650, de 10 de outubro de 2006**. Leis Municipais: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado, 2006. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/plano-diretor-lajeado-rs>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

_____. **Decreto nº 7.780, de 22 de julho de 2010**. Leis Municipais: Plano de Arborização Urbana de Lajeado, 2010. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/skval>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

_____. **Decreto nº 9.253, de 21 de julho de 2014**. Leis Municipais: Lajeado, 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/adkm5>. Acesso em: 29 mai. 2020.

_____. **Prefeitura de Lajeado**, 2015. Disponível em: <http://www.lajeado.rs.gov.br/?titulo=Lajeado&template=conteudo&categoria=931&codigoCategoria=931&idConteudo=3028&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO>. Acesso em: 04 abr. 2020.

_____. **Decreto nº 10.540, de 27 de março de 2018**. Leis Municipais: Comitê Gestor do Plano de Revitalização do Centro Histórico de Lajeado, 2018. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/hovqu>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

REFERÊNCIAS

- LIMA, Aryane. **Renovação, revitalização ou requalificação urbana?** Projeto Batente, 2017. Disponível em: <<https://projetobatente.com.br/renovacao-revitalizacao-ou-requalificacao-urbana/>>. Acesso em: 10 mai. 2020.
- LIMA, Patrícia. **Programa Monumenta: um legado de passado e futuro em Porto Alegre.** Port Alegre: Jornal do Comércio, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/hkmsV>. Acesso: 11 mai. 2020.
- LOPES, Aldo César. **Pensar Lajeado**, ed. especial, 2020.
- MAGGIORA, Martita Vial Della. Jardim da Cidade de Glazov / NPO Foundation for Urban Development "Garden City". Archdaily, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/BGK27>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- MARQUES, Rafaela. **Princípios de Mobilidade Compartilhada para Cidades mais Humanas: O futuro da mobilidade nas cidades é multimodal e integrado.** ITDP, 2017. Disponível em: <<https://itdpbrasil.org.br/principios-de-mobilidade-compartilhada-para-cidades-mais-humanas/>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- MORÁS, Nicole. **Tecnovates realiza treinamento para interessados em participar do edital do Pro_Move Lajeado Acelera 1.0**, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/yGUWY>. Acesso em: 23 mai. 2020.
- MORAES, Sofia Royer; ECKHARDT, Rafael Rodrigo; OLIVEIRA, Guilherme Garcia de; MENDES JUNIOR, Cláudio Wilson; PEIXOTO, Jerusa da Silva. **Áreas urbanas suscetíveis às inundações do Rio Taquari em Lajeado/RS**, Scientia Cum Industria, v. 6, n. 3, pp. 50-56, 2018.
- MÜLLER, Doris Maria. **Crescimento Urbano: um instrumento de análise aplicado ao Vale do Taquari.** Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR, 1976. p. 47-120.
- NOZOE, Nelson et al. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista Economia**, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.
- ONU BR - Organização das Nações Unidas Brasil. **ODS 3: Saúde e Bem-Estar**, 2016.
- _____. **ODS 5: Igualdade de Gênero**, 2016.
- _____. **ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura**, 2016.
- _____. **ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis**, 2016.
- OLIVEIRA, Aercio de. **Porto Maravilha: as transformações urbanas na região portuária do Rio.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/ceJZ0>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- PEIXOTO, Luisa Feyo Guimarães. **Intermodalidade pode ser a solução para a mobilidade urbana?**. www.viatrolebus.com.br. 2019. Disponível em: <<https://viatrolebus.com.br/2019/10/intermodalidade-pode-ser-a-solucao-para-a-mobilidade-urbana/>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- PERUCCINI, Larissa. **Smart Cities: um conceito internacional que pode virar realidade no Brasil**, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/lmq02>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- PREFEITURA DE LAJEADO. **Programa de aceleração de negócios inovadores é lançado em Lajeado**, 2019. Disponível em: <<https://www.univates.br/noticia/26769-programa-de-aceleracao-de-negocios-inovadores-e-lancado-em-lajeado>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

REFERÊNCIAS

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Obras do Programa Monumenta**, 2002-2016. Disponível em: <encurtador.com.br/eoBGY>. Acesso: 11 mai. 2020.

_____. **Restauração do Pórtico do Cais marca início do Monumenta na Capital**, 2001. Disponível em: <encurtador.com.br/mL67>. Acesso em: 10 mai. 2020.

PRETTO, Ana Lúcia. **A construção da memória através da preservação do patrimônio edificado: a possibilidade do direito moral de autor como instrumento acessório de proteção patrimonial**. Canoas: Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, Centro Universitário La Salle - Unilasalle, 2011.

PROGRAMA MONUMENTA. **Porto Alegre: Organização de Briane Bicca**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

PROMOVE LAJEADO. **Materiais para download**. *Google Drive*, 2019a. Disponível em: <encurtador.com.br/sELR2>. Acesso em: 22 mai. 2020.

_____. **Pro_Move Lajeado Acelera 1.0**, 2019b. Disponível em: <https://www.lajeado.rs.gov.br/arquivos/download_anexo/Pro_Move%20Acelera%20Lajeado%201.0.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

QUINTANA, Marco. **Praça da Alfândega entregue ao povo**. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 2012, versão impressa 26 out. de 2012. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/site/especial.php?codn=107111>. Acesso em: 13 mai. 2020.

RECONHECER - 4º DISTRITO POA/RS. Vencedor do Concurso Urban21, 2017.

REDAÇÃO JORNAL A HORA. **Projeto visa isenções ao centro histórico**, 2015.

Disponível em: <encurtador.com.br/xzUW7>. Acesso em: 25 mai. 2020.

_____. **Temos que ir mais para dentro das escolas do que para o rio**, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/mALPZ>. Acesso em: 16 mai. 2020.

REDE ICM. Colégio Madre Bárbara: Histórico, sem data. Disponível em: <https://www.redeicm.org.br/madrebarama/historico/>. Acesso em: 21 mai. 2020.

RIBEIRO, Natalia. **Bloco Juntas no Rolê ocupará avenida em Lajeado no próximo sábado**, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/hqELX>. Acesso em: 25 mai. 2020.

_____. **Revitaliza Já: Centro Histórico lança plano para dar vida ao berço de Lajeado**, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/efrGY>. Acesso em: 25 mai. 2020.

RICHTER, Natália. **A.Woman Ocupa Lajeado**, 2019. Disponível em: <https://www.informativo.com.br/geral/a.woman-ocupa-lajeado,321430.jhtml>. Acesso em: 24 mai. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.434, de 9 de janeiro de 2020**. Leis Estaduais: Código Estadual do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/djyK6>. Acesso em: 29 mai. 2020.

RISSI, Edson Roberto; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Castelinho: patrimônio, história e memória. **Destaques Acadêmicos Univates**, Lajeado, v. 3, n. 2, 2011.

SANTOS, Kassieli. **Lajeado conhece o projeto para tornar mais vivo o centro histórico**, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/gICS3>. Acesso em: 25

REFERÊNCIAS

mai. 2020.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I: povoamento, colonização e história política**. 2ª ed. Lajeado: Editado pelo autor, 1993.

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. O Programa Monumenta e o modelo de centro histórico das cidades brasileiras. Campinas: **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, PUC, vol.3, N.8, 2012.

SHARED MOBILITY PRINCIPLES. **10 Princípios de Mobilidade Compartilhada para Cidades mais Humanas**, 2017. Disponível em: <<https://www.sharedmobilityprinciples.org/>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SIGNIFICADOS. **Significado de "cidade"**, 2013. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/cidade/>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SNAZZY MAPS. **Layout Ultra Light with Labels**. Disponível em: <<https://snazzymaps.com/style/151/ultra-light-with-labels>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

TOSCO, Carlos. **El paisaje histórico: instrumentos y métodos de investigación**. In: MADERUELO, Javier[dir.]. Paisaje e historia. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 04 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2009. p.89 - 110.

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. **Parques para Todas e Todos**. Instituto Semeia, 2020. Disponível em: <http://semeia.org.br/publicacoes/2020_ParquesParaTodaseTodos.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.

WHYTE, William H. **City: Rediscovering the Center**. Editora: University of Pennsylvania Press, 2012.

WRI BRASIL. **Afinal, o que são Ruas Completas?**, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/mwyMI>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ANEXOS

Anexo 01

Segurança para a mulher no Centro Histórico de Lajeado/RS: enfoque nos espaços abertos e na Orla do Rio Taquari.

Dados Gerais

Em que bairro você reside? (moradores de outras cidades, marcar "outro" *)

- Alto do Parque
- Americano
- Bom Pastor
- Campestre
- Carneiros
- Centenário
- Centro
- Conservas
- Conventos
- Das Nações
- Floresta
- Florestal
- Hidráulica
- Igrejinha
- Imigrante
- Jardim do Cedro
- Moinhos
- Moinhos d'água
- Montanha
- Morro 25

- Olarias
- Planalto
- Santo André
- Santo Antônio
- São Bento
- São Cristóvão
- Universitário
- Verdes Vales
- Outro: _____

Qual a sua faixa etária? *

- 12-18
- 19-24
- 25-34
- 35-44
- 45-60
- + de 60

Como você se identifica? *

- Homem cisgênero heterossexual: homem que se identifica com o seu gênero de nascimento e relaciona-se com mulheres.
- Homem cisgênero homossexual: homem que se identifica com o seu gênero de nascimento e relaciona-se com homens.
- Homem cisgênero bissexual: homem que se identifica com o seu gênero de nascimento e relaciona-se com mulheres e homens.
- Homem cisgênero panssexual: homem que se identifica com o seu gênero de nascimento e relaciona-se com pessoas independente do seu gênero.
- Homem cisgênero assexual: homem que se identifica com o seu gênero de nascimento e não sente atração sexual por qualquer pessoa.
- Homem transgênero heterossexual: homem com identidade de gênero que difere do típico do seu sexo atribuído ao nascer, e relaciona-se com mulheres.

- Mulher transgênero homossexual: mulher com identidade de gênero que difere do seu sexo atribuído ao nascer, e relaciona-se com mulheres.
- Mulher transgênero bissexual: mulher com identidade de gênero que difere do seu sexo atribuído ao nascer, e relaciona-se com homens e mulheres.
- Mulher transgênero panssexual: mulher com identidade de gênero que difere do seu sexo atribuído ao nascer, e relaciona-se com pessoas independente do seu gênero.
- Mulher transgênero assexual: mulher com identidade de gênero que difere do seu sexo atribuído ao nascer, e não sente atração sexual por qualquer pessoa.
- Outro: _____

Relação com o Centro

Como você se locomove da sua residência para o centro da cidade? (moradores do centro considerar a locomoção dentro do bairro) *

- Automóvel.
- Motocicleta.
- Bicicleta.
- A pé.
- Ônibus.
- Outro: _____

Quando você mais frequenta o centro? (para moradores de outros bairros)

- Todos os dias úteis da semana
- Somente alguns dias da semana
- Somente no fim de semana
- A semana toda, incluindo o fim de semana
- Frequento raramente e não em dias específicos
- Não frequento nunca
- Outro: _____

Em qual turno você mais frequenta o centro? (para moradores de outros bairros)

- Matutino
- Tarde
- Vespertino
- Noturno
- Nenhum

Por qual motivo você frequenta o centro? *

- Trabalho
- Estudo (escolas, creches, cursos, etc)
- Lazer (espaços abertos, bares, etc)
- Serviços públicos (prefeitura, biblioteca pública, posto de saúde, etc)
- Religião (missas, cultos e outros eventos religiosos)
- Comércio e serviços (lojas, supermercados, bancos, etc)
- Saúde (exames clínicos, atendimento em consultórios e clínicas médicas, e atendimento hospitalar)
- Serviços de profissionais liberais (advogados, contadores, arquitetos e outros)
- Não frequento

Relação da população com os espaços abertos

Você costuma utilizar os espaços abertos do bairro centro (praças, parques, Orla)? *

- Sim, todos os dias.
- Sim, alguns dias da semana.
- Sim, mas nos finais de semana.
- Sim, eventualmente.
- Não costumo utilizar esses espaços.

Quais espaços abertos do centro você frequenta? *

- Praça da Matriz
- Praça Gaspar Silveira Martins (em frente à Sprints)

- Parque dos Dick
- Praça Moreira César (na Orla, em frente à EMEI Risque Rabisque)
- Belvederes da Orla
- Porto dos Bruder (na Orla)
- Nenhum
- Outro: _____

Por quais os motivos você utiliza os espaços abertos? *

- Esses espaços são próximos da minha residência
- São próximos da escola de alguém da minha família
- São próximos do meu trabalho
- São adequados para o lazer
- Me sinto seguro nesses espaços.
- Acho esses espaços agradáveis.
- Não utilizo.

Coloque em ordem do mais seguro (1) para o menos seguro (6) os espaços abertos do Centro Histórico. *

	1	2	3	4	5	6
Praça da Matriz	<input type="checkbox"/>					
Praça Gaspar Silveira Martins (em frente à Sprints)	<input type="checkbox"/>					
Parque dos Dick	<input type="checkbox"/>					
Praça Moreira César (na Orla, em frente à EMEI Risque Rabisque)	<input type="checkbox"/>					

Belvederes da Orla	<input type="checkbox"/>					
Porto dos Bruder (na Orla)	<input type="checkbox"/>					

Você se sente segura ao frequentar os espaços abertos do Centro Histórico, incluindo a Orla do Taquari? *

- Sim, sempre
- Não, nunca
- Depende do local e do horário

O que você considera importante para um bom (seguro e eficiente) espaço público? *

- Iluminação adequada
- Vegetação com copas mais abertas em locais com pouca movimentação de pessoas
- Mobiliário urbano adequado (paradas de ônibus, bancos, balizadores)
- Espaços bem definidos para pedestres e veículos
- Movimento de pessoas
- Estabelecimentos que funcionem em todos os turnos
- Calçadas mais largas e com boa pavimentação
- Local que atraia diferentes públicos (diversidade de gênero, classes, faixa etária)
- Placas com informações (ex.: horários de transporte coletivo, atividades permitidas naquele local)
- Banheiros públicos
- Locais para sentar e contemplar
- Locais para realização de eventos da comunidade
- Outro: _____

O que falta nesses espaços públicos citados acima para você se sentir segura e frequentá-los? *

Sua resposta

Tem mais alguma coisa em relação à segurança da mulher nos espaços públicos do Centro Histórico de Lajeado, que não foi abordado nesse formulário, que você gostaria de ressaltar? *

Sua resposta

Voltar

Enviar

Formulário desenvolvido no Google Formulários
link: <https://forms.gle/zGMyBNfiCo4vEStSA>

ANEXOS

Anexo 02

Segurança no Centro Histórico de Lajeado/RS: enfoque nos espaços abertos e na Orla do Rio Taquari.

*Obrigatório

Dados Gerais

Em que bairro você reside? (moradores de outras cidades, marcar "outro" *)

- Alto do Parque
- Americano
- Bom Pastor
- Campestre
- Carneiros
- Centenário
- Centro
- Conservas
- Conventos
- Das Nações
- Floresta
- Florestal
- Hidráulica
- Igrejinha
- Imigrante
- Jardim do Cedro
- Moinhos
- Moinhos d'água
- Montanha
- Morro 25

- Olarias
- Planalto
- Santo André
- Santo Antônio
- São Bento
- São Cristóvão
- Universitário
- Verdes Vales
- Outro: _____

Qual a sua faixa etária? *

- 12-18
- 19-24
- 25-34
- 35-44
- 45-60
- + de 60

Como você se identifica? *

- Homem cisgênero heterossexual: homem que se identifica com o seu gênero de nascimento e relaciona-se com mulheres.
- Homem cisgênero homossexual: homem que se identifica com o seu gênero de nascimento e relaciona-se com homens.
- Homem cisgênero bissexual: homem que se identifica com o seu gênero de nascimento e relaciona-se com mulheres e homens.
- Homem cisgênero panssexual: homem que se identifica com o seu gênero de nascimento e relaciona-se com pessoas independente do seu gênero.
- Homem cisgênero assexual: homem que se identifica com o seu gênero de nascimento e não sente atração sexual por qualquer pessoa.
- Homem transgênero heterossexual: homem com identidade de gênero que difere do típico do seu sexo atribuído ao nascer, e relaciona-se com mulheres.

- Homem transgênero homossexual: homem com identidade de gênero que difere do seu sexo atribuído ao nascer, e relaciona-se com homens.
- Homem transgênero bissexual: homem com identidade de gênero que difere do seu sexo atribuído ao nascer, e relaciona-se com homens e mulheres.
- Homem transgênero panssexual: homem com identidade de gênero que difere do seu sexo atribuído ao nascer, e relaciona-se com pessoas independente do seu gênero.
- Homem transgênero assexual: homem com identidade de gênero que difere do seu sexo atribuído ao nascer, e não sente atração sexual por qualquer pessoa.
- Outro: _____

Relação com o Centro

Como você se locomove da sua residência para o centro da cidade? (moradores do centro considerar a locomoção dentro do bairro) *

- Automóvel.
- Motocicleta.
- Bicicleta.
- A pé.
- Ônibus.
- Outro: _____

Quando você mais frequenta o centro? (para moradores de outros bairros)

- Todos os dias úteis da semana
- Somente alguns dias da semana
- Somente no fim de semana
- A semana toda, incluindo o fim de semana
- Frequento raramente e não em dias específicos
- Não frequento nunca
- Outro: _____

Em qual turno você mais frequenta o centro? (para moradores de outros bairros)

- Matutino
- Tarde
- Vespertino
- Noturno
- Nenhum

Por qual motivo você frequenta o centro? *

- Trabalho
- Estudo (escolas, creches, cursos, etc)
- Lazer (espaços abertos, bares, etc)
- Serviços públicos (prefeitura, biblioteca pública, posto de saúde, etc)
- Religião (missas, cultos e outros eventos religiosos)
- Comércio e serviços (lojas, supermercados, bancos, etc)
- Saúde (exames clínicos, atendimento em consultórios e clínicas médicas, e atendimento hospitalar)
- Serviços de profissionais liberais (advogados, contadores, arquitetos e outros)
- Não frequento

Relação da população com os espaços abertos

Você costuma utilizar os espaços abertos do bairro centro (praças, parques, Orla)? *

- Sim, todos os dias.
- Sim, alguns dias da semana.
- Sim, mas nos finais de semana.
- Sim, eventualmente.
- Não costumo utilizar esses espaços.

Quais espaços abertos do centro você frequenta? *

- Praça da Matriz
- Praça Gaspar Silveira Martins (em frente à Sprints)

- Parque dos Dick
- Praça Moreira César (na Orla, em frente à EMEI Risque Rabisque)
- Belvederes da Orla
- Porto dos Bruder (na Orla)
- Nenhum
- Outro: _____

Por quais os motivos você utiliza os espaços abertos? *

- Esses espaços são próximos da minha residência
- São próximos da escola de alguém da minha família
- São próximos do meu trabalho
- São adequados para o lazer
- Me sinto seguro nesses espaços.
- Acho esses espaços agradáveis.
- Não utilizo.

Coloque em ordem do mais seguro (1) para o menos seguro (6) os espaços abertos do Centro Histórico. *

	1	2	3	4	5	6
Praça da Matriz	<input type="checkbox"/>					
Praça Gaspar Silveira Martins (em frente à Sprints)	<input type="checkbox"/>					
Parque dos Dick	<input type="checkbox"/>					
Praça Moreira César (na Orla, em frente à EMEI Risque Rabisque)	<input type="checkbox"/>					

Belvederes da Orla	<input type="checkbox"/>					
Porto dos Bruder (na Orla)	<input type="checkbox"/>					

Você se sente seguro ao frequentar os espaços abertos do Centro Histórico, incluindo a Orla do Taquari? *

- Sim, sempre
- Não, nunca
- Depende do local e do horário

Você acredita que esses espaços são seguros para as mulheres frequentarem? Justifique. *

Sua resposta _____

O que você considera importante para um bom (seguro e eficiente) espaço público? *

- Iluminação adequada
- Vegetação com copas mais abertas em locais com pouca movimentação de pessoas
- Mobiliário urbano adequado (paradas de ônibus, bancos, balizadores)
- Espaços bem definidos para pedestres e veículos
- Movimento de pessoas
- Estabelecimentos que funcionem em todos os turnos
- Calçadas mais largas e com boa pavimentação
- Local que atraia diferentes públicos (diversidade de gênero, classes, faixa etária)
- Placas com informações (ex.: horários de transporte coletivo, atividades permitidas naquele local)
- Banheiros públicos
- Locais para sentar e contemplar
- Locais para realização de eventos da comunidade

O que falta nesses espaços públicos citados acima para você se sentir seguro e frequentá-los? *

Sua resposta

Tem mais alguma coisa em relação à segurança nos espaços públicos do Centro Histórico de Lajeado, que não foi abordado nesse formulário, que você gostaria de ressaltar? *

Sua resposta

Voltar

Enviar

Formulário desenvolvido no Google Formulários
link: <https://forms.gle/XA6CF9BXhtuQIkDL8>

Bruna Zanoni Ruthner



... SESMART ...

Requalificação do Centro Histórico e
da Orla do Rio Taquari de Lajeado/RS